

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AGRONEGÓCIO, NÍVEL DE MESTRADO

CARLA FABIANA DE ANDRADE GONÇALVES IORI

O SENTIDO OCULTO DO VALOR DO TRABALHO E SUA IMPLICAÇÃO NO
SETOR BANCÁRIO: UM ESTUDO DE CASO PARA A CIDADE DE MARINGÁ - PR
E SUA REGIÃO METROPOLITANA EM 2000 A 2010

TOLEDO
2014

CARLA FABIANA DE ANDRADE GONÇALVES IORI

**O SENTIDO OCULTO DO VALOR DO TRABALHO EM KARL MARX ESUA
IMPLICAÇÃO NO SETOR BANCÁRIO: UM ESTUDO DE CASO PARA A CIDADE
DE MARINGÁ - PR E SUA REGIÃO METROPOLITANA EM 2000 A 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/*Campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista

**Toledo
2014**

CARLA FABIANA DE ANDRADE GONÇALVES IORI

**O SENTIDO OCULTO DO VALOR DO TRABALHO EM KARL MARX ESUA
IMPLICAÇÃO NO SETOR BANCÁRIO: UM ESTUDO DE CASO PARA A CIDADE
DE MARINGÁ - PR E SUA REGIÃO METROPOLITANA EM 2000 A 2010**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Nível Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/*Campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ariovaldo de Oliveira Santos (UEL)

Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima (Unioeste)

Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista (orientador-Unioeste)

Toledo, 27 de agosto de 2014.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho dissertativo às mulheres com as quais vivencio a incondicionalidade do afeto e da presença: minha filha Alice Maria, minha irmã Eliane Cristina e minha mãe Luzia. E aos homens que preenchem minha vida de sentido e mostraram alguns caminhos do sentido da liberdade: meu irmão Ricardo Augusto, meu Pai Luiz Antonio e meu esposo José Eduardo.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Enio Verri, que em 2001 plantou a semente que gerou a inquietação de estudar e entender o universo do trabalho em face do sistema capitalista de produção.

À UNIOESTE, à Capes e ao CNPQ, pela oportunidade de cursar o Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, numa universidade pública, e gratuitamente.

À UEM – Universidade Estadual de Maringá, por proporcionar a oportunidade de cursar disciplinas nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Ciências Econômicas.

Ao Sindicato dos Bancários de Maringá/Pr, de modo particular à Janilson Santana, pela atenção e disponibilidade ao fornecimento dos dados solicitados.

Aos professores do curso, pelas contribuições teóricas e pelas experiências acadêmicas transmitidas e aos colegas pela caminhada conjunta.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação, Clarice e João, amigos e profissionais que exercem seus trabalhos pontuados pela seriedade, presteza e eficiência.

À minha amiga Daiane, amizade fruto do Programa de Mestrado, pela parceria, caronas, desabaços e pela cumplicidade no desenvolvimento desse trabalho final.

Ao Seminário Santa Monica, que me acolheu de forma muito carinhosa e me rendeu muitos amigos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alfredo Batista, pela atenção, profissionalismo, temperança e competência. Orientou-me com maestria. Faço-me valer aqui de uma frase atribuída a Sócrates (Banquete de Agáton): “Ótimo seria, caro Agáton, se a sabedoria fosse uma coisa que pudesse passar, por simples contato, de quem a tem a quem não a tem, assim como a água que por um fio de lã corre de um cálice cheio para um cálice vazio [...]”.

Aos meus pais, por ter cuidado e amado tanto a minha (e também nossa) Alice Maria, desde o seu primeiro dia de vida, possibilitando espaço temporal para os meus estudos.

Ao meu José... pela compreensão, companheirismo e apoio incondicional.

À VIDA! Pois tudo que está vivo está em Deus.

“[...] Eu nunca vi ninguém morrer pelo argumento ontológico. Galileu, que detinha uma verdade científica importante, abjurou-a com maior facilidade desse mundo quando ela lhe pôs a vida em perigo. Em um certo sentido, ele fez bem. Essa verdade não valia a fogueira. Se é a Terra ou o Sol que gira em torno um do outro é algo profundamente irrelevante. Resumindo as coisas, é um problema fútil. Em compensação, vejo que muitas pessoas morrem por achar que a vida não vale a pena ser vivida. Vejo outras que paradoxalmente se fazem matar pelas ideias ou as ilusões que lhes proporcionam uma razão de viver (o que se chama uma razão de viver é, ao mesmo tempo, uma excelente razão para morrer). Julgo, portanto, que o sentido da vida é a questão mais decisiva de todas”.

Albert Camus¹

¹O Mito de Sísifo: ensaio sobre o absurdo

IORI, Carla Fabiana de Andrade Gonçalves. **O Sentido oculto do valor do trabalho e sua implicação no setor bancário:** um estudo de caso para a cidade de Maringá-PR e sua região metropolitana em 2000 a 2010. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade do Oeste do Paraná, Toledo, 2014.

RESUMO

O trabalho dissertativo que ora apresentamos é resultado da idealização da necessidade do debate acerca do questionamento de como o sentido oculto do valor do trabalho, apresentado nas relações estabelecidas pelos profissionais bancários em seu cotidiano, é apreendido e compreendido. A condução da pesquisa tem como objetivo a apreensão das dimensões das ações do trabalhador bancário em um cenário de transformações técnicas, científicas e organizacionais. A delimitação espacial e temporal dos sujeitos da pesquisa ocorreu sobre as relações estabelecidas dos funcionários da cidade e região metropolitana de Maringá no período de 2000 a 2010. Buscamos elementos teórico-metodológicos quantitativos e qualitativos, fundamentados em conteúdos de referência macrosocietária, marxiana e da tradição marxista, com destaque à obra *O Capitalismo Tardio*, de Ernest Mandel. Acredita-se na relevância da presente reflexão, pois, é preciso repensar o lugar do trabalho nas relações sociais contemporâneas, haja vista no setor bancário, em que, disseminam-se de forma crescente, novas formas de controle e dominação no trabalho. O intenso processo de reestruturação tanto tecnológica como organizacional modificou, de forma significativa o trabalho nos bancos, conseqüentemente, refratou nas relações de poder constituídas no interior das instituições financeiras, o perfil pessoal e profissional do trabalhador bancário, bem como seu campo objetivo/subjetivo. Subsidiamos esse fundamento com literatura direcionada, permitindo-nos, por meio da ortodoxia marxista, reconstruir o objeto em questão, o que nos levou a compreender que, o trabalhador bancário vende sua mercadoria força de trabalho e, mais, entrega sua individualidade viva. Podemos captar, portanto, a dinâmica do processo de manipulação ideológica das consciências dos trabalhadores pelas empresas bancárias; a tal ponto que o “medo”, propriamente dito e a manipulação do “afeto” tornaram-se práticas normais nos círculos das empresas bancárias.

Palavras Chave: Trabalho, Bancário, Capital, Valor

IORI, Carla Fabiana de Andrade Gonçalves. **THE HIDDEN MEANING OF THE LABOR VALUE AND ITS IMPLICATION IN THE BANKING SECTION: A CASE STUDY FOR MARINGA / PARANA AND ITS METROPOLITAN REGION BETWEEN 2000 AND 2010.** 2014. 140 f. Master's Thesis (Regional Development and Agribusiness Master's Program) – State University of Western Paraná, Toledo, 2014.

ABSTRACT

The argumentative paper presented is the result of the idealization of the need for debate about the questioning of how the hidden meaning of the labor value presented in the relations established by banking professionals in their daily lives, is captured and understood. The research conduction aims the apprehension of the dimensions of the bank worker's actions in a setting of technical, scientific and organizational transformations. The spatial and temporal delimitation of the research subjects occurred on the established relationships of city and metropolitan area officials of Maringa from 2000 to 2010. We searched for quantitative and qualitative theoretical and methodological elements, based on content with macro-corporate reference, Marxian and Marxist tradition, highlighting the literary work *The Late Capitalism*, by Ernest Mandel. It is believed this reflection to be very important, because it is necessary to rethink the position of work in the contemporary social relations, considering the banking sector, which is spread increasingly, new forms of control and work dominations. The intense process of both technological and organizational restructuring changed significantly the bank jobs, consequently, refracted in the power relations constituted within financial institutions, the personal and the professional profile of the bank worker, as well as its objective / subjective field. This foundation was subsidized with directed literature, and allowed us, through the Marxist orthodoxy, to rebuild the object in question, which led us to understand that, the bank worker sells his labor and more than that, delivers his live individuality. We could therefore capture the dynamics of the ideological manipulation of workers consciences by banking companies; up to the point that the "fear" itself and the manipulation of the "affection" became standard practice among the banking companies.

Key words: Labor, Banking, Capital, Value

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de funcionários dos Bancos Unibanco e Bamerindus no mês de dezembro de 1994 a 2006	87
Tabela 2 – Participação dos cinco maiores bancos sobre o ativo total do setor bancário 2002-2006	88
Tabela 3 – Distribuição do valor adicionado Brasil 2006 e 2007	92
Tabela 4 – Perfil dos municípios da região metropolitana de Maringá – aspectos sociais	105

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 – Instituições credenciadas ao sindicato dos bancários de Maringá e região 14
- Quadro 2 – Área de cada município Área de cada município, sua população, o Produto Interno Bruto (PIB), a distância de cada localidade até a cidade polo, Maringá e o número de agências bancárias, com base no Censo 2010 do IBGE..... 102

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da região metropolitana de Maringá no Estado do Pr-Brasil 106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de funcionários do Banespa	87
Gráfico 2 – Lucro líquido dos 11 maiores Bancos 1994-2006	88
Gráfico 3 – Distribuição da Riqueza do setor bancário 2007/2006	92
Gráfico 4 – Evolução da participação da riqueza do setor bancário	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O MOVIMENTO DA HISTORICIDADE DO CAPITALISMO	19
1.1 A Formação do Modo de Produção Capitalista: da Fase Concorrencial à Fase Tardia	19
1.2 A Fase Tardia do Modo de produção Capitalista	51
1.2.1 A compreensão Mandeliana das crises do modo de produção capitalista	52
2 A MOVIMENTAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO: A ÂNCORA ESTRUTURAL DO PROJETO SOCIETÁRIO BURGUESES	59
2.1 As Empresas Financeiras Bancárias	60
2.2 O equivalente Universal: a Mercadoria Dinheiro	62
2.3 O Crédito Bancário: Movimentação para a Pessoa Jurídica e Física	64
2.4 O Imperialismo Capitalista e sua Fundamentação no Capital Financeiro	71
2.5 A Refração da Terceira Revolução Tecnológica no Sistema Bancário	80
2.6 O Impacto da Reestruturação Produtiva e da Reforma do Estado no Capital Financeiro	93
2.6.1 A virada fatal do capital financeiro na década de 1990 no Brasil	95
3 O OCULTAMENTO DA CATEGORIA VALOR TRABALHO NO COTIDIANO DAS ATIVIDADES DOS TRABALHADORES BANCÁRIOS	101
3.1 Matização Histórica da Região de Maringá	101
3.2 As Manifestações da Contradição entre Capital/Trabalho	107
3.3 O Impacto da Reestruturação Produtiva no Cotidiano do Trabalho dos Bancários na Contemporaneidade	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136

INTRODUÇÃO

O encontro vivenciado, durante nove anos, dois meses e vinte e cinco dias na atividade bancária, atuando em diferentes cargos em duas agências, em cidades diferentes: Paigandu e Maringá, respectivamente, possibilitou que eu me identificasse com a temática em questão e, no decorrer do processo de formação no Programa de Pós-Graduação – Economia Regional e Agronegócios – delimitar o objeto de estudo. Conforme realização das atividades formativas na condição de acadêmica regular do curso de mestrado, minhas inquietações foram complexificando e, durante o processo de pesquisa e materialização do mesmo, as aproximações foram amadurecendo, efetivando o projeto em substância: a dissertação.

Ao vivenciar em minhas práticas profissionais como que os trabalhadores bancários são submetidos a relações incômodas de trabalho, passei a questionar o sentido da submissão “com anuência” a uma situação desfavorecedora por parte dos trabalhadores bancários. É na realização cotidiana do trabalho que o ser social se reconhece, no entanto, a relação capital/trabalho modificou substancialmente essa premissa. Em seguida o questionamento deixou-se revelar: **como o sentido oculto do valor do trabalho, apresentado nas relações estabelecidas pelos trabalhadores bancários em seu cotidiano, é apreendido e compreendido?**

A partir da idealização da necessidade do debate acerca do lugar do trabalho nas relações sociais contemporâneas, haja vista, no setor bancário, disseminam-se de forma crescente, novas formas de controle e dominação do trabalho. Baseando-se, empiricamente, na adesão absoluta do trabalhador bancário às táticas para aumento da produtividade é que esse estudo se apresenta.

A condução da pesquisa tem como objetivo a apreensão das dimensões das ações do trabalhador bancário em um cenário de transformações técnicas, científicas e organizacionais. A delimitação espacial e temporal dos sujeitos da pesquisa ocorreu sobre as relações estabelecidas dos funcionários da cidade e região Metropolitana de Maringá no período de 2000 a 2010. O intenso processo de reestruturação tanto tecnológica como organizacional modificou (como veremos mais adiante) de forma significativa o trabalho nos bancos, conseqüentemente refratou nas relações de poder constituídas no interior das instituições financeiras, o perfil pessoal e profissional do trabalhador bancário, bem como seu campo objetivo/subjetivo.

Entendemos que a pesquisa qualitativa de cunho exploratório, bibliográfico e empírico é o caminho apropriado para a apreensão da práxis dos sujeitos históricos determinados. Para

tanto, realizamos em caráter de pesquisa qualitativa, priorizando “o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental” (GODOY, 1995, p. 62). Valorizamos o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação estudada. Acredita-se no pesquisador, em sua própria pessoa, como instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados. Isto pois, o ambiente e as pessoas inseridas no trabalho devem ser examinados sob a luz do método materialista e histórico, sem reduzi-los, unicamente a variáveis, e sim, observados como um todo.

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a atitude estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 8).

A relação direta e integral de totalidade com o objeto de pesquisa e sua delimitação percorreu o caminho do total de treze instituições financeiras, (conforme o Quadro 1) na cidade de Maringá no Estado do Paraná e região Metropolitana. Seleccionamos cinco instituições financeiras², ao considerar que estas possuem maior contingente de funcionários e percebem os lucros mais expressivos para o período selecionado para a pesquisa (2000 a 2010).

Bancos	Maringá	Região	PAB s – PA	TOTAL	Filiados	Não filiados	TOTAL
Bradesco	14	11	7	33	235	57	292
Brasil	10	11	5	26	337	109	446
Itaú	11	12	4	27	255	75	330
HSBC	4	7	1	12	98	12	110
CEF	9	6	6	21	373	126	499
Santander	9	-	2	11	91	9	100
BV Financeira	1	-	-	1	15	13	28
Bancantil	1	-	-	1	7	1	8
Safra	1	-	-	1	21	5	26
Indusval	1	-	-	1	2	-	2
Votorantim	1			1	1	3	4
Triângulo	1			1	-	1	1
Santan/Financeira	1			1	3	6	9
TOTAL	64	47		137	1438	417	1.861

Fonte: Sindicato dos Bancários de Maringá e região

Quadro 1 – Instituições credenciadas ao sindicato dos Bancários de Maringá e região

²Banco do Brasil, Bradesco, HSBC, Itaú e Santander.

Realizamos a pesquisa empírica sobre o setor bancário por meio de *sites* de instituições vinculadas, direta ou indiretamente ao segmento: DIEESE (Departamento Intersindical de estatística e estudos socioeconômicos), Banco Central do Brasil, CONTRAF (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social).

A partir da coleta dos dados, delimitamos o número de instituições financeiras. Em seguida sistematizamos os dados fracionados fornecidos pelo Sindicato dos Bancários de Maringá e Região destacando: número de instituições financeiras, número de postos de atendimento, número de filiados e não filiados ao sindicato, autorização e sugestão de funcionários a serem entrevistados.

A partir de uma reunião com o representante do Sindicato dos Bancários de Maringá e Região Metropolitana, obtivemos a autorização, bem como, irrestrito apoio para realização das entrevistas e acesso aos dados em posse da organização. Esse encontro resultou no entendimento de que a gestão dos bancos privados se assemelha no que diz respeito a processos de admissão, sistematização de remuneração, planos de cargos e salários, etc. Dessa maneira, dos oitos sujeitos entrevistados, sete pertencem à iniciativa privada. A instituição financeira brasileira, estatal, constituída na forma de economia mista, apresenta algumas diferenças com relação aos processos supracitados, e abrangeu aproximadamente 13% da nossa amostra. Portanto, a maior parte do universo dos entrevistados, para o presente estudo, vende sua força de trabalho às instituições financeiras privadas.

Para realização das entrevistas, delimitamos a amostra a partir de algumas homologações e/ou rescisões de contratos, bem como da sugestão, por parte do secretário do sindicato, de funcionários em atividade, obedecendo aos seguintes critérios para delimitação dos futuros entrevistados: tempo de instituição, idade, sexo, o ano em que foi desligado, o que motivou o desligamento da instituição contratante e a instituição financeira (privada ou estatal). É importante considerar que foram abordadas para análise as informações obtidas através das entrevistas dos funcionários (em atividade), funcionários aposentados e ex-bancários.

Na seqüência, já em posse dos dados empíricos primários obtidos, consultamos, antecipadamente, as possibilidades de a entrevista ser realizada, ou seja, consentida pelos sujeitos. No entanto, todos os componentes da amostra foram receptivos, não havendo problemas no consentimento das entrevistas. Destarte, o agendamento das entrevistas com oito funcionários, das diversas instituições financeiras, foi realizado.

A data do agendamento foi marcada com lapso de aproximadamente vinte dias até a data da entrevista. Em três casos ocorreu remarcação, sendo que desses, na seqüência, dois funcionários cancelaram. Ambos os casos alegaram que estava próximo ao fim do mês e estavam “apavorados”, pois ainda não tinham cumprido as metas. Assim, a pesquisa ocorreu com seis entrevistados.

No trabalho intensivo de campo, fez-se uso de equipamento tipo *tablet* marca/modelo: Samsung T211, através do aplicativo *Smart Voice Recorder* para gravar as conversas autorizadas pelo sindicato e funcionário, respeitando o sigilo dos nomes entrevistados, bem como suas respectivas empresas.

A partir da gravação das entrevistas, realizamos a transcrição do conteúdo, na íntegra, para o programa de elaboração de textos Word (modelo 2010). Na seqüência por meio do programa Excel, uma planilha eletrônica foi elaborada, facilitando o processo de lançamento e sistematização das informações coletadas. Através dessa ferramenta também foi registrada a transcrição de conteúdos determinantes das entrevistas, organizadas através de eixos, a saber:

- Eixo I: evolução técnica e científica;
- Eixo II: alteração organizacional;
- Eixo III: valor oculto do trabalho;
- Eixo IV: organização sindical/ categoria profissional
- Eixo V: Perspectiva de futuro.

Essa ordenação permitiu a realização da classificação dos dados e suas respectivas mediações das informações. A divisão da temática abordada nas entrevistas realizou-se após a execução do trabalho em campo. Percebemos durante a transcrição das gravações que, na íntegra, todos os entrevistados abordaram, por vezes de maneira mais relevante, por outras nem tanto, os eixos descritos acima. Através desse mecanismo trouxemos ao cenário, os conteúdos que mostram-se expressivos para o estudo pertinentes ao segmento bancário da cidade de Maringá no Estado do Paraná e sua região metropolitana, de forma qualitativa.

Entendemos que a delimitação que abrange espacialmente nosso objeto de estudo – cidade de Maringá e sua região Metropolitana – deve-se ao considerar os dados do IPARDES (2012), que apresenta Maringá pertencente à mesorregião Norte Central, como a terceira maior cidade do Estado do Paraná e a sétima mais populosa do Sul do país. Destarte, sua importância impacta de forma significativa nos 25 atuais municípios pertencentes à sua região metropolitana. Ao mesmo tempo, é necessário registrar que a pesquisadora deste trabalho

reside na cidade de Maringá e esteve vinculada ao setor bancário (2002–2011) na própria cidade e na região.

A relação entre o trabalho humano e a natureza é uma relação que ocorre dialeticamente e que faz realizar o movimento objetivo/subjetivo entre teoria e prática. Com ele, o homem se afirma e se nega. Aliena-se e liberta-se. Pelo trabalho, o homem se autoproduz, alterando sua visão de mundo e de si mesmo: do mundo econômico, político e social. É, pois, a partir da noção do trabalho como expressão fundante do homem, que o presente trabalho dissertativo tem a seguinte arquitetura: no primeiro capítulo, sob o título de *O movimento da historicidade do capitalismo*, tratamos de alguns elementos fundantes da história do capitalismo, *pari passu* a história de suas regularidades internas e contradições em desdobramentos. Esse cenário é contextualizado pela explicação e compreensão da ação recíproca de algumas variáveis, a saber: a composição orgânica do capital em geral; a distribuição do capital constante entre o capital fixo e circulante; o desenvolvimento da taxa de mais – valia (a relação entre a mais-valia produtiva e a mais-valia consumida improdutivamente); o desenvolvimento do tempo de rotação do capital e as relações de troca entre os departamentos que produzem os meios de produção (Departamento I) e o que produz os bens de consumo (Departamento II). À luz da categoria, ondas expansivas e recessivas, de Ernest Mandel, adentramos na evolução da estrutura do mercado mundial capitalista até a crise estrutural da superprodução do capital instaurada nos anos 70 do século XX. As transformações no mundo do trabalho ocorridas no pós- 1970, desenvolvidas nos capítulos subsequentes, têm, neste corpo teórico, sua fundamentação.

No capítulo segundo, intitulado *O Capital Financeiro*, mostramos de que modo, a partir de meados do século XX até os dias atuais, como são abundantes os sinais e marcas de modificações radicais nos processos de trabalho. Em que pese, os resultados do rearranjo na estrutura da economia mundial, chega-se ao capitalismo tardio de forma a apresentar o limite interior absoluto do modo de produção capitalista, em que a pior forma dessa dinâmica se expressa no mau uso das forças de produção humanas. Ao invés de serem usadas para o desenvolvimento de homens e mulheres livres, são cada vez mais empregadas na produção de coisas inúteis, e, muitas vezes perniciosas. O trabalho bancário, nesse capítulo, é apresentado como segmento representativo das sucessivas medidas de reorganização produtiva. O trabalhador do ramo financeiro perpassa, principalmente a partir dos anos 1990, no Brasil, por adaptação ao cenário de mundialização financeira.

O impacto da reestruturação produtiva e da reforma do Estado no capital financeiro é o título do capítulo terceiro. Tratamos o momento em que as políticas de liberalização,

desregulamentação e privatização impulsionaram o processo de reestruturação produtiva nos diversos setores da economia brasileira, desencadeando um movimento complexo e acelerado de transformações no sistema financeiro nacional. A subordinação à dinâmica financeira internacional e aos interesses do capital privado de tal movimento resultou em alterações profundas nas condições de trabalho, emprego, salário e nos espaços de trabalho dos trabalhadores nos bancos. É neste momento que o projeto do Banco Mundial interfere no setor financeiro internacional sobre o nacional, impulsionando o projeto da reforma do sistema financeiro.

Ainda no capítulo terceiro, expomos o movimento que percorremos enquanto procedimento metodológico para reconstruir o objeto de estudo. Na sequência, fizemos, de forma imbricada, a exposição dos dados quantitativos e qualitativos, com a análise dos mesmos.

Diante dos objetivos propostos para este estudo, podemos apreender que o processo de reestruturação dos trabalhadores bancários da cidade de Maringá – Estado do Paraná e região metropolitana entre os anos 2000 a 2010, é uma resposta às políticas adotadas desde os anos de 1990, por meio da liberalização e desregulamentação dos mercados. No sistema capitalista, o trabalhador se subordina ao capital. Nesse sentido, fundamentado em autores que sedimentamos suas teorias sob a compreensão da teoria marxiana e da tradição marxista, constatamos que o capitalismo, não é condenável por estabelecer a exploração de uma classe (burguesia) em relação à outra classe (trabalhadores), mas, por tratar-se, na expressão de Lessa (2002) de: “formas estranhadas da existência humano-social”, caracterizadas por promover o individualismo, a efemeridade, a destruição criativa e desestabilizadora. É a desfiguração do trabalho humano.

1 O MOVIMENTO DA HISTORICIDADE DO CAPITALISMO

1.1 A Formação do Modo de Produção Capitalista: da Fase Concorrencial à Fase Tardia

O termo “Capitalismo” possui ampla circulação na linguagem (escrita e falada) popular e na obra histórica dos últimos tempos. Para o presente estudo, o significado, inicialmente conferido por Karl Marx, estrutura a essência do capitalismo num determinado modo de produção. Por modo de produção ele não se referia apenas ao estado da técnica – ao que chamou de forças produtivas – mas ao modo pelo qual os meios de produção eram possuídos, e às relações sociais entre os homens resultantes de suas ligações com o processo de produção, conforme explicita Dobb (1963). Desse modo, o Capitalismo não era apenas um sistema de produção de mercadorias, mas um sistema de acordo com o qual a força de trabalho se transformara a si própria em uma mercadoria e se vendia e comprava no mercado, como qualquer outro objeto de troca. É importante ressaltar a particularidade especial da força de trabalho: é a única mercadoria que cria outra mercadoria.

Ernest Mandel (1982) afirma que o modo de produção capitalista não se desenvolveu “em meio a um vácuo, mas no âmbito de uma estrutura sócio-conômica específica, caracterizada por diferenças de grande importância”, por exemplo, na Europa ocidental, Europa oriental, Ásia continental, América do Norte, América Latina e Japão. O sistema mundial capitalista é, em grau considerável, precisamente uma função da validade universal da lei de desenvolvimento desigual e combinado.

Seu requisito histórico era a concentração da propriedade dos meios de produção em mãos de uma classe, consistindo de apenas uma parte pequena da sociedade, e o aparecimento consequente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda de sua força de trabalho era a única fonte de subsistência. Mandel (1982, p. 29) descreve que: “O movimento efetivo do capital manifestamente começa a partir de relações não capitalistas e prossegue dentro do quadro de referência de uma troca constante, exploradora, metabólica, com esse meio não capitalista.” A atividade produtiva era por isso suprida por ela, não em virtude de compulsão ou obrigação legal, mas na base de um contrato salarial.

Torna-se claro que tal definição exclui o sistema de produção artesanal independente, onde o artesão possuía seus próprios e modestos implementos de produção e empreendia a venda de seus próprios artigos. Nisto não existia qualquer divórcio entre a propriedade e o trabalho, e a não ser onde o artesão recorria em qualquer medida ao emprego de diaristas, era a venda e compra de artigos inanimados, e não da mão-de-obra humana, o que constituía sua

preocupação primária. O que diferencia o uso desta definição quanto às demais é que a existência do comércio e do empréstimo de dinheiro, bem como a presença de uma classe especializada de comerciantes ou financistas, ainda que fossem homens de posses, não bastava para constituir uma sociedade capitalista. Os homens de capital, por mais aquisitivos, não bastam. É fundamental apreender que o capital tem de ser usado na sujeição da força de trabalho à criação da mais-valia na produção (DOBB, 1963).

Busca-se a definição de um sistema econômico na intenção de perceber que cada período histórico é modelado sob a influência preponderante de uma forma econômica única, mais ou menos homogênea, e deve ser caracterizado de acordo com a natureza desse tipo predominante de relação sócio-econômica. Cada etapa apresenta uma característica nas situações históricas que, simultaneamente, propicia a homogeneidade de configuração a qualquer tempo dado, e torna os períodos de transição, quando existe um equilíbrio de elementos discretos, inerentemente instáveis. Isto, pois, a sociedade se acha constituída de maneira que o conflito e interação de seus elementos principais, ao invés do crescimento simples de algum único elemento, formam o fator principal de movimento e mudança, pelo menos no que diz respeito às transformações principais. Se esse for o caso, uma vez que o desenvolvimento tenha atingido certo nível e os diversos elementos que constituem aquela sociedade estejam dispostos de certo modo, os acontecimentos deverão marchar com rapidez incomum, não apenas no sentido de crescimento quantitativo, mas no de uma alteração de equilíbrio dos elementos constituintes, resultando no aparecimento de composições novas e alterações ou mudanças mais ou menos abruptas na tessitura da sociedade. É como se em certos níveis de desenvolvimento, fosse acionado algo como reação em cadeia.

Está claro que o traço da sociedade econômica que produz esse resultado, e por isso, se mostra fundamental à concepção de capitalismo em Dobb (1963), como uma ordem econômica distinta, característica de um período distinto da história, é que a história até hoje foi a de sociedades de classe, ou seja, de sociedades divididas em classes, nas quais uma delas, ou então uma coalizão delas com algum interesse comum, constitui a classe dominante e se mostra em antagonismo parcial ou completo com a outra ou com as demais classes. O que converge esse grupo se situa quanto ao processo de produção. Trata-se de um grupo social com interesse em comum em conservar e ampliar seu determinado sistema econômico, em que pese, atuar necessariamente na extração e distribuição dos frutos do trabalho excedente (VILAR, 1975, p. 35).

A transformação da forma medieval de exploração do trabalho excedente para a moderna não foi processo simples que possa ser apresentado como uma tabela genealógica de

descendência direta, mas ainda assim entre os redemoinhos desse movimento a vista pode distinguir certas linhas de direção do fluxo. Tais linhas incluem não apenas modificações na técnica e o aparecimento de novos instrumentos de produção, que aumentaram grandemente a produtividade do trabalho, mas uma crescente divisão do trabalho e, por consequência, o desenvolvimento das trocas, bem como uma crescente separação do produtor quanto à terra e aos meios de produção e seu aparecimento como um proletário. Dessas tendências orientadoras na história dos cinco séculos passados, Dobb (1983) assevera que uma importância especial se prende à última, não só porque foi tradicionalmente atenuada e decentemente encoberta por fórmulas acerca da passagem de *status* para contrato, mas porque no centro do palco histórico trouxe consigo uma forma de compulsão ao trabalho para outrem, que se mostra puramente econômica e “objetiva”, lançando assim uma base para aquela forma peculiar e mistificadora pela qual uma classe ociosa pode explorar o trabalho excedente dos outros e que é a essência do sistema moderno ao qual chamamos capitalismo.

Ao examinar a história do capitalismo, Dobb (1983) situa a fase inicial desse sistema no período da segunda metade do século XI e início do século XII, na Inglaterra. Apresenta-se, nesse momento, uma generalização do grande comércio. Sua penetração combinou-se com o crescimento da produção local destinada ao mercado com a progressiva substituição das oficinas confiadas aos servos na reserva senhorial para a fabricação de objetos de uso corrente pelas oficinas urbanas. Falar de “capitalismo” antigo ou medieval, porque haviam financistas em Roma e mercadores em Veneza, é um abuso de linguagem. Esses personagens jamais dominaram a produção social de sua época, assegurada em Roma pelos escravos e na Idade Média pelos camponeses, sob diversos estatutos da servidão.

O capital começou a penetrar na produção em escala considerável, seja na forma de uma relação bem amadurecida entre capitalista e assalariados, em que pese, uma forma menos desenvolvida da subordinação dos artesãos domésticos, que trabalhavam em seus próprios lares, a um capitalista, própria do assim chamado “sistemas de encomendas domiciliar”.

Vilar (1975) sugere evitar o termo Capitalismo enquanto não se trate da sociedade moderna, em que “a produção maciça de mercadorias repousa sobre a exploração do trabalho assalariado, daquele que nada possui, realizada pelos possuidores dos meios de produção.”

Com efeito, a crise geral do feudalismo, nos séculos XIV e XV, deixa que flutuem algumas ilustres prosperidades urbanas, algumas brilhantes fortunas mercantis, essa visão é mais uma aparência que uma realidade. É o tempo do luxo, das grandes construções, dos mecenas das artes. Mas não é o auge produtivo. As grandes burguesias enriquecidas vivem daí em diante de rendas, ou compram terras feudais; imitam os grandes senhores. Podemos

observar que são elas que sustentam sempre os senhores quando se produzem as guerras camponesas. No interior das comunidades, as lutas de classe agravam-se e os sistemas representativos, que sempre foram oligárquicos, transformam-se em “tirantias” (VILAR, 1975, p. 36).

Por último, as cidades que haviam realizado as mais importantes “republicas mercantis”, as do Mediterrâneo, caem em decadência, pelo menos relativa, devido ao fato da conquista do Oriente pelos turcos e diante do próximo triunfo das rotas comerciais do Atlântico. Será agora em Flandres, na Inglaterra, em Portugal e Espanha onde aparecerão as novidades decisivas para a transformação do Ocidente europeu.

De fato, a primeira etapa da formação do capitalismo, depois da crise dos séculos XIV e XV, não poderia fundar-se senão por um avanço das forças produtivas: o que ocorreu entre meados do século XV e XVI.

Foi precisamente ao longo da crise geral do feudalismo, que numerosas invenções vieram modificar o nível das forças de produção. O uso da artilharia obrigou a impulsionar a produção de metal. A difusão do pensamento humano com a invenção da imprensa, os progressos da ciência e da navegação desempenharam um papel não menos importante. Observa-se que, pela primeira vez, técnicas industriais e técnicas de comunicação ultrapassam a técnica agrícola. É o começo de um processo que colocará a indústria no primeiro plano do progresso. Apresenta-se um impulso econômico para o momento que será interrompido pela injeção de riqueza externa oriunda da expansão marítima e colonial. A circunavegação da África, o descobrimento da rota das Índias por Vasco da Gama, o da América por Colombo e a volta ao mundo por Magalhães elevaram o nível científico e ampliaram a concepção do mundo na Europa.

O grande comércio de produtos exóticos, de escravos e metais preciosos, voltava a ser aberto e extraordinariamente ampliado. Uma nova era abria-se para o capital mercantil, mais fecunda que a das republicas mediterrâneas da Idade Média, porque desta vez constituía-se um mercado mundial e seu impulso afetava todo o sistema produtivo europeu, e porque grandes Estados (e não mais simples cidades) daí iriam aproveitar-se para constituírem (VILAR, 1975).

Marx demonstrou que, se o capital se reproduz e se acumula somente pelo livre jogo das forças econômicas, foi preciso, entretanto, que sua acumulação primitiva se fizesse graças às crises, às violências, aos desequilíbrios, aos açambarcamentos, e às usuras que marcaram o fim do regime feudal e a expansão dos europeus através do mundo.

Na Inglaterra, a pequena propriedade e o gozo dos direitos contribuíram para desenvolver, a partir do século XIV, uma classe rural precocemente comprometida na produção artesanal e na comercialização dos produtos. Por esta mesma razão, a diferenciação entre aldeões ricos e pobres e o incentivo de grandes lucros conseguidos sobre os campos de pastagem, devido à extensão da indústria de lã, trouxeram como consequência uma expulsão em massa dos pequenos agricultores durante os séculos XV e XVI e uma apropriação sistemática de suas parcelas, concomitantemente à das terras comunais, pelos grandes proprietários. A legislação foi impotente contra este movimento. E foi contra os pobres, desocupados e vagabundos que a lei acabou voltando suas armas. A primeira “lei dos pobres”, no reinado de Elizabeth, preparou, sob o pretexto de ajuda obrigatória, essas futuras “casas de trabalho” onde o pobre “que não tinha onde cair morto” seria colocado à disposição do produtor industrial (VILAR, 1975).

Expropriação e proletarização são os dois termos da “acumulação primitiva” no estado puro, a perfeita separação, mediante a violência legalizada, do produtor com seus meios de produção. Por isto Marx elegeu o exemplo inglês dos séculos XV e XVI como símbolo. É no século XVIII que o processo é concluído, e somente na Inglaterra apresenta-se de uma maneira radical. Vilar (1975) descreve que a colonização europeia em escala mundial determina outro aspecto da acumulação primitiva. Realiza-a por mecanismos bastante variados, a saber:

Os saques: delicadas joias arrebatadas dos índios das ilhas, imensos tesouros dos príncipes mexicanos e incas: tudo foi diretamente transferido para a Europa. É correto que os “conquistadores” espanhóis e o imperador Carlos V dedicaram essencialmente estes primeiros lucros a suas empresas militares ou suntuárias, mas o ouro passou às mãos dos mercadores, dos banqueiros que, converteram-se nos intermediários da aventura colonial.

É imaginável, conforme Dobb (1963), que uma economia não pode basear-se durante muito tempo no simples e puro saque. Tampouco deve - se crer que se tratou de um breve episódio. Os holandeses, que difundiram uma versão das crueldades espanholas na América, não foram menos cruéis nas ilhas do Extremo Oriente, as quais ocuparam no século XVII. Nem os ingleses na Índia (século XVIII). Além do que, desde o tempo de Elizabeth, uma das grandes fontes de enriquecimento da corte real inglesa fora a pirataria, a pilhagem direta dos carregamentos espanhóis. A esta economia de pilhagem, a colonização acrescenta uma exploração contínua e sistemática.

Historiadores constataram na Europa do século XVI, uma chegada em massa de ouro, e, sobretudo, de prata: isto vai desencadear uma “revolução nos preços”; o preço dos produtos

européus sobe, Dobb (1963) estima que o aumento seja na proporção de 1 para 4. Como os salários sobem muito menos, produz-se uma “inflação de lucros”, é o primeiro grande episódio de criação capitalista.

No século XVI, a quantidade de ouro e prata em circulação na Europa aumentou por consequência do descobrimento das minas americanas, mas ricas e fáceis de explorar. O resultado foi que o valor do ouro e da prata diminuiu em relação ao de outros artigos de consumo. Continuava-se a pagar aos trabalhadores os mesmos salários por sua força de trabalho. Seu salário-dinheiro manteve-se estável, mas seu salário diminuiu, porque em troca da mesma quantidade de dinheiro recebiam uma quantidade menor de bens. Este foi um dos fatores que favoreceu o crescimento do capital e o Ascenso da burguesia no século XVI (DOBB, 1963, p. 80).

Essa situação representa apenas um dos fatores que favoreceu o avanço produtivo no século XVI. Marx considera ainda que, nesse período, primeiramente, a quase totalidade da produção não é obtida sob o regime de assalariamento (a economia é feudal ou artesanal); é a alta dos preços que vai favorecer a instalação do assalariamento (fase preparatória do capitalismo, na acumulação “primitiva”), uma segunda consideração é que o lucro capitalista é apenas facilitado, não é medido pela distância que se estabelece entre preços e salários; depende, com efeito, do tempo de trabalho incorporado numa determinada mercadoria, comparado com o tempo de trabalho incorporado no salário do trabalhador que a produziu; mas este tempo de trabalho depende de condições muito complexas (intensidade, organização, aparelhagem técnica) e não somente de variações monetárias; por último, os preços europeus não sobem no século XVI porque o ouro e a prata são “mais abundantes”; sobem porque o preço de custo do ouro e da prata diminuem; portanto, os lucros são extraídos mais do trabalho dos mineiros americanos que da exploração crescente dos trabalhadores europeus.

Vilar (1975) descreve que o trabalho na América, em suas diferentes formas (escravismo, encomienda, mitas, compromisso entre esse trabalho forçado e um salário), foi extenuante; os índios das ilhas (São Domingos, Cuba) pereceram em massa; a população do México, por sua vez também caiu; por isso, a partir de 1600 o preço de custo do metal precioso aumentou e, portanto, o preço das demais mercadorias começou a baixar na Europa. Os lucros eram então obtidos com menos facilidades, e no século XVII a acumulação primitiva de capital foi menos intensa que no século XVI; voltou a subir no século XVIII, quando o Ascenso demográfico e a exploração colonial reorganizada permitiram novamente que fossem diminuídos os preços de custo da extração mineira (ouro do Brasil, minas mexicanas): deste modo, vemos que a intensidade da acumulação monetária na Europa, condição para a instalação do capitalismo, dependeu do grau de exploração do trabalhador

americano. Isto não vale somente para as minas. O ouro e a prata são mercadorias. O açúcar, o cacau, o café, as madeiras tintoriais podem provocar fenômenos análogos. A acumulação primitiva do capital europeu dependeu tanto do escravo cubano quanto do mineiro dos Andes. “O escravismo velado dos assalariados europeus, não podia instalar-se senão sobre o escravismo sem disfarce dos trabalhadores do Novo Mundo” (KARL MARX, 1985, p.91).

Diante desse panorama contextualiza-se o capital usurário e o capital mercantil em que a acumulação monetária é obtida, a princípio através do empréstimo usurário para o consumo: no nível mais baixo, em cada aldeia, o homem que tem disponibilidades monetárias, pode emprestar, com juros muito elevados, ao camponês que não tem do que viver o necessário para comprar a semente ou uma ferramenta, ou para pagar o imposto; no nível mais alto, os grandes mercadores ou banqueiros emprestam aos grandes senhores ou aos príncipes; é mais perigoso; pode haver falências, confiscos, mas ao mesmo tempo é remunerador. A especulação sobre a escassez é outro modo de acumulação: as carestias são periódicas, e aqueles que podem acumular grão o vendem, no momento oportuno, a quem oferece mais: esses “açambarcadores” são detestados, mas enriquecem. Uma terceira situação é a especulação comercial a partir dos produtos valiosos que alimenta o capital mercantil propriamente dito; relacionando pontos do globo nos quais as condições de produção são completamente distintas e monopolizando pequenas quantidades de produtos de grande valor, o mercador da Idade Média realizava operações aventureiras, mas lucrativas. Os primeiros mercadores portugueses e espanhóis, que colocaram Lisboa e Sevilha em relação com o Extremo Oriente e com a América, não fizeram outra coisa. Os conquistadores e colonos dos primeiros tempos estavam dispostos a dar muito ouro (lhes custava pouco) em troca de azeite, vinho ou panos chegados da Europa. Foi este primeiro contato entre condições coloniais e condições europeias o que em primeiro lugar causou a alta de preços. Todos os mercadores do continente afluíram às feiras da Península Ibérica. Foi o maior *boom* histórico do capital mercantil (VILAR, 1975).

Mas um movimento de tal envergadura levava em si sua própria contradição: em primeiro lugar, aqueles países onde os preços subiram demasiado foram eliminados pela concorrência; foi o caso da Espanha, onde o afluxo de dinheiro traduziu-se numa pirâmide de dívidas, rendas e censos tão perfeitamente parasitários, que a economia espanhola atingiu seu auge e foi eliminada do processo capitalista, do qual fora o ponto de partida. Por outra parte, quanto mais dinheiro circula, mais difícil é exigir lucros usurários. Dobb (1963) é incisivo ao afirmar que a usura não morreu pelas inúteis condenações lançadas pela igreja; morreu devido à circulação de dinheiro. Por último, na medida em que a navegação progredia, o “mercado

mundial” passava a ser uma realidade cotidiana e, conseqüentemente, desapareceram cada vez mais as oportunidades para a grande especulação comercial. Os preços tenderam a igualarem-se.

Apresenta-se um aspecto dialético do fenômeno: a acumulação primitiva de capital engendra sua própria destruição. Numa primeira fase, a alta dos preços, o aumento dos impostos reais, os empréstimos grandiosos estimulam os usurários e os especuladores, mas, no final, em graus diferentes segundo os países, as taxas médias de juros e dos lucros tendem a igualar-se e a diminuir. Então é necessário que o capital acumulado busque outro meio de reproduzir-se. É preciso que os homens de dinheiro – que se haviam mantido relativamente à margem da sociedade feudal – invadam todo o corpo social e tomem o controle da produção.

É no curso do século XVII, menos favorável aos lucros extraídos das colônias, que os mercadores aproveitando as dificuldades do artesanato corporativo e o excesso de mão-de-obra existente no campo, põem-se a distribuir primeiro a matéria-prima e logo após instrumentos de produção (matérias têxteis), tanto a domicílio entre os camponeses, quanto às grandes oficinas (em geral privilegiadas pelo Estado). Dobb (1963), considera a época da “manufatura”, uma importante etapa em direção ao capitalismo. A classifica em três dimensões, a saber, primeiramente, porque realiza na indústria, a separação entre produtor e meio de produção; concorre a duras penas com o artesanato corporativo e, por último organiza a divisão do trabalho, que aumenta de modo considerável a produtividade do trabalho individual.

O domínio do capital mercantil corresponde, na Europa Ocidental, a uma nova estrutura do Estado. Às vezes, como na França, esse Estado favorece diretamente à manufatura. Os impostos, cuja importância aumenta, são cobrados geralmente mediante o sistema de *fermes*, ou seja, por companhias de financistas privados, que guardam para si grande parte dessas cobranças feitas a partir do produto nacional. É uma importante fonte de acumulação monetária. A organização do crédito e o aparecimento dos primeiros bancos estatais se fazem baixar as taxas de juros usurários, em contrapartida, mobilizam o dinheiro dos “capitalistas” nas mãos de grupos restritos e poderosos. Por último, o Estado protege a produção nacional por intermédio das aduanas e da marinha nacional, pelos “atos de navegação” (que lhe reservam os transportes).

A finalidade de todas estas medidas é bastante consciente; é expresso amiúde pelos economistas “mercantilistas”, que representavam, como mostrou perfeitamente Marx, a forma primitiva, ingênua, do capitalismo: a finalidade de qualquer atividade é “fazer dinheiro”, a nação é rica se tem um saldo positivo de metais preciosos; pouco importa como é distribuído

esse saldo: confundem-se “lucro nacional” e lucro dos comerciantes (que, por sua vez, se confundem com os industriais).

O país mais característico dessa fase é a Inglaterra de finais do século XVII. A evolução que sofreu desde o século XV – concentração da propriedade agrária, proletarização da mão-de-obra, atividade marítima e colonial – permitiu-lhe superar definitivamente os países dos primeiros descobrimentos – Espanha e Portugal, paralisados pelo excessivo afluxo de dinheiro e o parasitismo das rendas – e evoluir mais depressa que a Holanda (privada de recursos industriais) e a França (onde a estrutura agrária resistiu ao movimento de concentração das propriedades e de “cercamento” das terras comunais). Marx expressou este avanço da Inglaterra com a seguinte frase:

Os diferentes métodos de acumulação primitiva, que a era capitalista faz aparecer, dividem-se, primeiro, por ordem mais ou menos cronológica, entre Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra, até que esta última combina-os todos, no último terço do século XVII, num conjunto sistemático que inclui por sua vez o regime colonial, o crédito público, as finanças modernas e o sistema protecionista (MARX, 1982, p. 71).

Será também na Inglaterra que aparecerão, no curso do século XVIII, as novidades que caracterizam de forma decisiva a nova era, a era capitalista. O aparecimento do maquinismo: a partir de 1730, e, sobretudo a partir de 1760, ocorre uma série de invenções que irão substituir a “manufatura” pela “maquinofatura”, ou seja, que permitirão por sua vez multiplicar a produtividade do trabalho humano, reduzir este mesmo trabalho a um mecanismo cada vez mais abstrato, cada vez menos unido ao objeto produtivo (de forma contrária ao trabalho artesanal), e, por último, utilizar uma mão-de-obra de força reduzida: é a mobilização maciça do trabalho de mulheres e crianças. Estas invenções são as que concernem à metalurgia (fundição do carvão) e, por último, à máquina a vapor. Este avanço das forças produtivas é necessário para subverter as estruturas econômicas e sociais. Daí em diante, a produção industrial em massa será a fonte essencial do capital, pela distância estabelecida entre o valor produzido pelo operário e o valor que lhe é restituído sob a forma de salário por aqueles que dispõem dos novos meios de produção (máquinas, fábricas). A era da “acumulação primitiva” terminou. Tudo irá tornar-se “mercadoria” e as relações sociais se estabelecerão exclusivamente em termos de dinheiro. Já não há mais “feudalismo” (VILAR, 1975).

As etapas finais da transformação desse período, portanto, abrangem o controle do capital mercantil sobre a produção industrial, o papel dos primeiros Estados nacionais e a

acumulação primitiva e por último o novo avanço das forças de produção: produção industrial em massa e “nova agricultura” no século XVIII.

A exploração cada vez mais acentuada do trabalho humano é sua consequência e seu preço. Por uma parte, o século XVIII é um século de alta geral dos preços, e já falamos da fonte colonial deste fenômeno: é ainda o século das grandes fortunas edificadas sobre o ouro do Brasil, da prata mexicana, do açúcar e do rum das ilhas, do algodão da América e da Índia, tudo isto extraído do trabalho dos povos colonizados. Na Europa a alta dos preços tem como consequência uma diminuição do salário individual diário real da qual o capital aproveita-se. Constata-se, contudo que o século XVIII, especialmente nos países mais avançados como a Inglaterra, vê desaparecer senão a carestia, e a falta de pão, pelo menos as fomes mortais. Como se explica isto? Deve-se em primeiro lugar, a que os operários trabalham mais (mais dias ao ano) e as mulheres e crianças são postas a trabalhar. O salário familiar aumenta até o mínimo de subsistência, mas por uma quantidade de trabalho extraordinariamente aumentada.

A revolução agrícola e a liberdade do comércio de grão, permitem que sejam alimentados um maior número de homens e com maior regularidade; nos países mais adiantados, suprime-se o pousio (descanso destinado à terra cultivada, interrompendo uma cultura até outra) e planta-se mais leguminosas e tubérculos. Isto faz com que diminuam os antigos lucros da especulação, quando se tirava proveito das crises de alimentação. O capital mercantil de tipo antigo ressurte-se. Mas o capital industrial, cada vez que pode diminuir o conteúdo-valor da alimentação mínima do operário, assegura um lucro sempre maior. Vemos com clareza de que maneira, daí por diante, o capitalismo industrial, que neste caso merece simplesmente o nome de capitalismo, substitui as modalidades primitivas de formação do capital. Mas ainda, nos países avançados como a Inglaterra, a agricultura, nas mãos dos capitalistas, adapta-se à produção em massa para a venda, ou seja, ao capitalismo.

Deve-se esclarecer que nem todos os países entram desde o século XVIII nesta fase decisiva. Por diversas características, a França se encontra bastante atrasada com relação à Inglaterra. A Europa oriental e meridional ainda custarão muito a criar as aglomerações urbanas dedicadas completamente à indústria, como Manchester, que durante bastante tempo será um símbolo. Somente no século XIX o capitalismo industrial se propagará tal como havia nascido na Inglaterra a partir de 1760.

Resta considerar que um regime social não está constituído exclusivamente por seus fundamentos econômicos. A cada modo de produção corresponde não somente um sistema de relações de produção, como também um sistema de direito, de instituições e de formas de pensamento.

Um regime social em decadência serve-se precisamente deste direito, dessas instituições e desses pensamentos já adquiridos, para opor-se com todas as suas forças às inovações que ameaçam sua existência. Isto provoca a luta das novas classes, das classes ascendentes, contra as classes dirigentes que ainda acham-se no poder e determina o caráter revolucionário da ação e do pensamento que animam estas lutas.

O regime feudal, conforme Vilar (1975), não morreu sem defender-se. E o ataque que ele sofreu não começou somente com as formas mais desenvolvidas dos novos modos de produção. Estas formas, com efeito, só puderam triunfar quando já tinham se liberado dos inconvenientes, dos entraves que as instituições de tipo feudal necessariamente lhes opunham. Isto é a história das revoluções burguesas.

O segundo momento da carreira do capitalismo é o da Revolução Industrial no final do século XVIII e primeira metade do século XIX, cuja importância foi essencialmente econômica, apresentando um reflexo dramático menos importante, porém nunca desprezível, sobre a esfera política.

Somente por um singular desconhecimento da história buscar-se-ia na revolução industrial as origens do capitalismo. Estas recuam à medida em que mais se as estuda: elas são talvez mais antigas do que o comércio e o numerário, ou do que a distinção entre ricos e pobres. O que pertence propriamente ao regime da grande indústria, é a aplicação do capital na produção de mercadorias e a própria formação do capital no decorrer dessa produção: é a existência de uma classe capitalista que é, essencialmente, uma classe industrial (MANTOUX, 1957, p. 369).

Ela se mostrou tão decisiva para todo o futuro da economia capitalista, tão radical como transformação da estrutura e organização da indústria, que levou alguns autores a considerá-la como as dores do parto do capitalismo moderno, e, portanto, o momento decisivo no desenvolvimento econômico e social desde a Idade Média. Não obstante, conforme Dobb (1963), o conhecimento e juízo mais maduros de hoje indicam claramente que aquilo que a Revolução Industrial representou foi a transição de um estágio inicial e ainda imaturo do capitalismo, em que o modo de produção pré-capitalista fora penetrado pela influência do capital subordinado ao mesmo, despido de sua independência como forma econômica, mas ainda não inteiramente transformado, para um estágio em que o capitalismo, com base na transformação técnica, atingira seu próprio processo específico de produção apoiado na unidade de produção em grande escala e coletiva da fábrica, efetuando assim um divórcio final do produtor quanto à participação de que ainda dispunha nos meios de produção e estabelecendo uma relação simples e direta entre capitalistas e assalariados (DOBB, 1963).

O ritmo da modificação econômica no século XIX, no que diz respeito à estrutura da indústria e das relações sociais, ao volume de produção e à extensão e variedade do comércio, mostrou-se inteiramente anormal, a julgar pelos padrões dos séculos anteriores: tão anormal a ponto de transformar radicalmente as ideias do homem sobre a sociedade de uma concepção mais ou menos estática de um mundo onde, de uma geração para outra, os homens estavam fadados a permanecer na posição que lhes fora conferida ao nascer, e onde o rompimento com a tradição era contrário à natureza, para uma concepção do progresso como lei da vida e do aperfeiçoamento constante como estado normal de qualquer sociedade sadia. A interpretação do mundo econômico do século XIX tem de ser essencialmente uma interpretação de sua transformação e movimento.

A cena econômica no século XIX nos proporciona uma combinação de circunstâncias excepcionalmente favoráveis para o florescimento de uma sociedade capitalista. Uma era de transformação técnica, que aumentava com rapidez a produtividade do trabalho, testemunhou também um aumento natural anormalmente rápido nas fileiras do proletariado, junto com uma série de acontecimentos que ampliaram simultaneamente o campo do investimento e o mercado dos bens de consumo, em grau sem precedente. Nos séculos anteriores, o crescimento da indústria capitalista foi dificultado pelo estreitamento do mercado e sua expansão ameaçada pela baixa produtividade impostas pelos métodos de produção do período, sendo esses obstáculos reforçados pela escassez de trabalho. Na Revolução Industrial, essas barreiras foram simultaneamente banidas e, em vez disso, a acumulação e o investimento do capital se viram, a cada ponto do quadrante econômico, diante de horizontes cada vez mais amplos para incitá-los.

Para Dobb (1963), apresenta-se um período de desenvolvimento desigual, em que não é possível localizar fronteira temporal de forma precisa. O autor ainda considera que a essência da transformação estava na mudança do caráter da produção. Em geral se associava à utilização de máquinas movidas por energia não-humana e não-animal. Marx (1985) afirmou que a transformação crucial foi na verdade a adaptação de uma ferramenta, antes empunhada pela mão humana, a um mecanismo:

Quando o homem passa a atuar apenas como força motriz numa máquina – ferramenta, em vez de atuar com a ferramenta sobre o seu objeto de trabalho, podem tomar seu lugar o vento, a água, o vapor, etc., e torna-se acidental o emprego da força muscular humana como força motriz. Essas mudanças dão origem a grandes modificações técnicas no mecanismo primitivamente construído apenas para ser impulsionado pela força humana... além disso, a força humana é um instrumento muito imperfeito para produzir um movimento uniforme e contínuo. (MARX, 2012, P. 431)

As mudanças supracitadas por Marx modificou profundamente as relações de trabalho, em que pese, um caráter coletivo ao processo de produção se instaura, expandindo a divisão do trabalho a um grau de complexidade jamais testemunhado. Outra peculiaridade foi a necessidade crescente no sentido de que as atividades do produtor humano se conformassem aos ritmos e movimentos do processo mecânico: uma mudança técnica de equilíbrio que teve seu reflexo sócio-conômico na crescente dependência do trabalho em relação ao capital e no papel cada vez maior desempenhado pelo capitalista como força disciplinadora e coatora do produtor humano em suas operações detalhadas.

Esse movimento transformador não assume a mesma forma em todos os países em que ocorre. Deane (1975, p. 11) demonstra mudanças identificáveis nos métodos e características da organização econômica, as quais, tomadas como um todo constituem um desenvolvimento do tipo daquele que descreveríamos como uma revolução industrial. Esta inclui as seguintes mudanças inter-relacionadas: 1) aplicação sistemática e generalizada do moderno conhecimento científico e empírico ao processo de produção para o mercado; 2) especialização da atividade econômica dirigida no sentido da produção para os mercados nacional e internacional ao invés de sê-lo para consumo familiar ou paroquial; 3) migração da população das comunidades rurais para as urbanas; 4) expansão e despersonalização da unidade típica de produção de modo que passa a ser baseada menos na família ou tribo do que na empresa pública ou privada; 5) movimento da força de trabalho das atividades relacionadas com a produção de bens primários para a produção de bens manufaturados e serviços; 6) uso extensivo e intensivo de recursos financeiros como um substituto do esforço humano e como complemento do mesmo; 7) emergência de novas classes sociais e ocupacionais determinada pela propriedade dos meios de produção, que não a terra, ou pela relação dessas classes com os referidos meios de produção, principalmente o capital. Esse contexto de metamorfoses inter-relacionadas, ao ocorrer simultaneamente, constituem uma Revolução Industrial, em que pese a associação de crescimento demográfico e aumento no volume anual de bens e serviços produzidos.

Diante dessa configuração industrializante, o capitalismo alterou as relações internacionais, caracterizou-se um escoamento de capital. A troca de mercadorias produzidas em condições de mais alta produtividade do trabalho por mercadorias produzidas em condições de mais baixa produtividade do trabalho era uma troca desigual; era uma troca de menos trabalho por mais trabalho. A existência de grandes reservas de trabalho barato e terra em alguns países (que ainda não haviam se industrializado) resultou numa acumulação de

capital com uma composição orgânica de capital mais baixa do que nos primeiros países a se industrializarem.

Muito além da técnica *per se* a Revolução Industrial em discussão apresenta como traço notável pertencer a um capitalismo amadurecido. Haja vista, o progresso técnico ser um elemento do mundo econômico. Com a chegada da força a vapor, foram abolidos os limites anteriores à complexidade e tamanho da maquinaria e magnitude das operações que esta podia executar. Em certa medida, a revolução da técnica adquiriu até um ímpeto cumulativo próprio, em que, cada avanço da máquina, tendia a trazer, em consequência, uma especialização maior das unidades da equipe humana que a operava. E a divisão do trabalho, simplificando os movimentos individuais, facilitava ainda outras invenções, pelas quais esses movimentos simplificados eram imitados por uma máquina.

É preciso considerar, conforme Mandel (1982), que o fator que levou esse período a iniciar-se no Ocidente, foi o fato de ali se terem acumulado, nos trezentos anos precedentes, o capital monetário e as reservas de ouro e prata internacionais (resultado da pilhagem sistemática do resto do mundo através das conquistas e do comércio colonial). Isso resultou na concentração internacional de capital em uns poucos pontos do globo, nas áreas predominantemente industriais da Europa ocidental (e, pouco tempo depois na América do Norte). No entanto, o capital industrial que surgia nessas áreas não tinha meios de impedir o processo interno de acumulação primitiva de capital pelas classes dominantes dos países mais atrasados; no máximo, diminuir o ritmo do processo. Com certas diferenças de tempo e produtividade, ligadas ao monopólio britânico sobre os níveis mais altos de produtividade industrial, o processo de industrialização pouco a pouco se estendeu, na era do capitalismo de livre concorrência, a um número cada vez maior de países.

A essa tendência cumulativa, juntaram-se duas outras: a primeira no sentido de uma produtividade crescente da força de trabalho, e, portanto (dada à estabilidade ou, pelo menos, nenhum aumento comparável de salários reais) a um fundo cada vez maior de mais-valia, do qual se derivava uma nova acumulação de capital, e a segunda no sentido de uma concentração cada vez maior da produção e da propriedade do capital. Essa última tendência, filha da complexidade crescente do equipamento técnico, é que iria preparar o terreno para outra transformação crucial na estrutura da indústria capitalista, e gerar o “capitalismo de corporação” monopolista em grande escala da era atual (DOBB, 1963, p. 270).

A história dos monopólios é caracterizada, principalmente por três fases temporais: considera os anos de 1800-1880 como ponto culminante do desenvolvimento da livre concorrência. Em que os monopólios são “embriões dificilmente perceptíveis. Após a crise de

1873 apresenta-se o desenvolvimento dos cartéis em que pese, de forma excepcional, com caráter transitório. E por fim a expansão do fim do século XIX e crise de 1900-1903, em que os cartéis tornam-se uma das bases de toda a vida econômica. “O capitalismo se transformou em imperialismo” (LÊNIN, 1979, p. 22).

Desde as últimas décadas do século XIX, o capitalismo vivenciou profundas transformações, entrando no que Lênin designou de “fase superior”, o imperialismo. A fase superior do capitalismo caracteriza-se por uma série de peculiaridades que, só tomadas em conjunto, podem dar a compreensão da essência do imperialismo. O sistema capitalista potencializou sua expansão face à sua capacidade de aliar crescentemente a mais-valia absoluta e relativa. O acentuado processo de concentração e centralização do capital favoreceu o surgimento da grande empresa e da estrutura oligopólica que iria tornar rígidos os mecanismos de funcionamento dos mercados (MATTOSO, 1993).

Em época do imperialismo, a base econômica da sociedade burguesa, continua sendo a propriedade capitalista sobre os meios de produção e a exploração, pela classe dos capitalistas, da classe dos trabalhadores assalariados. Entretanto, as formas desta propriedade e o modo de exploração do trabalho, pelo capital modificaram-se consideravelmente, influenciados pelo estupendo desenvolvimento das forças produtivas, pelo progresso da ciência e da técnica. O imperialismo representa uma fase qualitativamente nova da forma socioeconômica capitalista.

A era de ouro do capitalismo de livre concorrência caracterizada pela rápida expansão econômica em toda a Europa e pela consolidação da ordem burguesa nas principais nações europeias apresentava na pauta das exportações, significativa participação dos bens de capital ingleses, que apresentavam uma estatística de acréscimo de 11% para 22%, assim como produtos como carvão, ferro e aço experimentaram crescimento considerável. Entre 1830 e 1850 a Inglaterra viveu a fase do *boom* ferroviário, quando foram construídos cerca de dez mil quilômetros de estradas de ferro, provocando aumento vertiginoso na produção e no consumo de ferro, aço e carvão (BEAUD, 1971).

Essa extraordinária expansão foi reflexo de dois processos paralelos: a industrialização nos países mais adiantados economicamente e a abertura comercial das áreas subdesenvolvidas, que transformaram o mundo nesses decênios vitorianos, fazendo com que a futura Alemanha (unificada em 1871) e os Estados Unidos logo se tornassem economias industriais comparáveis à Inglaterra, abrindo áreas como pradarias norte-americanas, os pampas sul-americanos e as estepes da Rússia para a agricultura, quebrando com esquadras de guerra a objeção da China e do Japão ao comércio exterior. Criavam-se, assim, as condições

para a formação de economias dependentes do capital monopolista, dedicadas centralmente à exportação de produtos minerais e agrícolas. Assim:

O que mudou na transição do capitalismo de livre concorrência ao imperialismo clássico foi a articulação específica das relações de produção e troca entre os países metropolitanos e as nações subdesenvolvidas. A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação local de capital (na maioria das vezes associada à dominação política) passou a submeter o desenvolvimento econômico local aos interesses da burguesia nos países metropolitanos. Não era mais a ‘artilharia leve de mercadorias baratas que agora bombardeava os países subdesenvolvidos, mas a ‘artilharia pesada’ do controle das reservas de capital (MANDEL, 1982, p. 37).

A partir do desenvolvimento desigual, da acumulação de capital, composição orgânica do capital, taxa de mais valia e produtividade do trabalho, consideradas em escala mundial, forma-se a imagem de um sistema imperialista, conforme Mandel (1982). Propriamente quando o capitalismo de livre concorrência parecia atravessar a sua fase de maior esplendor, as forças que levariam à concentração de capital, como previra Marx, começaram a produzir os seus efeitos.

Os aperfeiçoamentos tecnológicos foram de tal monta que somente as fábricas de grande porte puderam tirar proveito dos novos e mais eficientes métodos de produção. A concorrência tornou-se tão agressiva e destrutiva que, em pouco tempo, as empresas menores foram eliminadas. Os concorrentes mais poderosos, em vias de se destruírem uns aos outros, frequentemente optavam por se associar, formando cartéis, trustes ou fundindo-se para assegurar a sua sobrevivência. A sociedade anônima por ações ou corporação converteu-se num recurso eficaz que possibilitava única organização financeira assumir controle sobre vultosas quantidades de capital. Desenvolveu-se, na Europa e nos Estados Unidos, um vasto e bem organizado mercado de capitais, que centralizava, para as grandes corporações, as pequenas poupanças em capital de milhares de indivíduos e de pequenos empresários, possibilitando “a combinação de concentração econômica e racionalização empresarial ou, na terminologia americana que agora começa a definir estilos globais, ‘trustes’ e ‘administração científica’. Ambos eram tentativas de ampliar as margens de lucro, comprimidos pela concorrência e pela queda de preços” (MANDEL, 1982, p. 232).

Uma característica central da economia mundial na fase monopolista do capital foi o alargamento de sua base geográfica, tendo as relações capitalistas se expandido para novas áreas do globo, na Europa, América do Norte e Japão, deixando para trás o tempo do domínio absoluto da Inglaterra como uma potência capitalista e inaugurando a época do imperialismo, marcada basicamente pela rivalidade entre os Estados. Neste período, firmaram-se no cenário

internacional do capitalismo, como novas grandes potências a ameaçar e a efetivamente provocar danos ao poderio imperialista inglês, os Estados Unidos, após a Guerra de Secessão, a Alemanha, findas as lutas pela unificação, e o Japão, após a chamada Revolução Meiji, processos históricos estes responsáveis pela conquista da hegemonia dos grandes grupos econômicos capitalistas em seus respectivos Estados, levando tais países a adotarem internamente uma política econômica homogênea em todo o território nacional, que garantia a expansão das relações capitalistas já na fase monopolista da produção.

Houve uma significativa metamorfose na forma de organização da empresa capitalista, em consequência do processo de concentração de capital, provocando o retraimento do mercado de livre concorrência e dando origem a diferentes tipos de concentração e integração de empresas, tais como os consórcios, cartéis, trustes e holdings. Este processo de concentração fora resultado do funcionamento mesmo do sistema capitalista, pois a concorrência desenfreada entre as empresas, associada às crises sucessivas e à pressão por melhores salários e condições de trabalho exercida pelo crescente movimento operário, levava à absorção ou eliminação das indústrias pelas suas concorrentes mais fortes ou hábeis, acarretando no processo de monopolização e oligopolização do capital. A concentração e a centralização do capital eram sinônimos de uma acumulação capitalista operada com um número cada vez menor de detentores de capital, resultando, ao mesmo tempo, na diminuição do número de empresas e no aumento do tamanho médio das suas plantas.

O processo das disputas imperialistas veio acompanhado de outro, igualmente drástico, para as populações: o das sucessivas crises de superprodução, que passavam, a contar da década de 1870, a fazer parte da realidade econômica dos países capitalistas desenvolvidos.

O ano de 1873 inaugurou uma crise econômica batizada, pelos analistas, de “Grande Depressão”, a qual se estenderia até 1895, abrindo, desta forma, a segunda idade do capitalismo: a idade do imperialismo. Nas várias crises que, somadas, perfizeram a “Grande Depressão”, com os craques das bolsas de Viena (1873) e Lyon (1882), o pânico das estradas de ferro nos Estados Unidos (1884), a bancarrota da companhia encarregada da construção do canal do Panamá, na França (1889), a crise do Banco Baring e a depressão do setor têxtil na Inglaterra (1890), nova crise das estradas de ferro e falência de bancos nos Estados Unidos (1893), etc., observava-se, no decorrer daqueles vinte anos, uma tendência à baixa dos preços a acompanhar a redução das produções e o crescimento do desemprego, acompanhado, por sua vez, por uma tendência à baixa dos salários reais nos setores atingidos pela crise, acirrando a luta de classes em alguns destes países. Percebia-se a crise como muito mais

prolongada, ao contrário do que se podia sentir nas crises anteriores à fase do capitalismo monopolista, as quais teriam se caracterizado por serem explosivas e menos duradouras, causadas, principalmente, por más colheitas e ausência de produtos no mercado, provocando fome, miséria e revoltas sociais de vulto, a canalizar o descontentamento imediato das massas.

De fato, somente com a passagem para o capitalismo monopolista, a Europa continental passaria a sentir a plena expansão das relações capitalistas no campo, transformando a antiga estrutura da economia pré-capitalista, baseada no atendimento às necessidades de consumo dos produtores em uma economia voltada, essencialmente, à produção de mercadorias. A dependência do produtor em relação ao mercado, a anarquia na produção e a separação do produtor do consumo (o produto deixa de ser propriedade do produtor e, conseqüentemente, sua produção não tem mais como objetivo central o seu consumo) são características da produção capitalista, ou seja, da produção cujo objetivo é a realização e multiplicação do lucro. A possibilidade de crise no capitalismo nasce da produção desordenada e do fato pelo qual a extensão do consumo, pressuposição necessária da acumulação capitalista, entra em contradição com outra condição, a da realização do lucro, já que a ampliação do consumo de massas exigiria aumento de salários, o que provocaria redução da taxa de mais valia. Tal contradição insanável faz com que o capital busque compensá-la através da expansão do campo externo da produção, isto é, da ampliação constante do mercado.

Mais uma característica, a ser enfatizada por sua importância para as mudanças operadas na velocidade e no ordenamento da produção, foi a revolução tecnológica, que ficou conhecida como Segunda Revolução Industrial, responsável por permitir, coma utilização de novas técnicas e novas fontes de energia, o desenvolvimento da indústria pesada e de bens de consumo duráveis. Tais mudanças vieram acompanhadas de uma tentativa sistemática de se racionalizar a produção e, conseqüentemente, aumentar a produtividade, para o que as empresas passassem a adotar métodos científicos na organização do trabalho dentro da fábrica, como *otaylorismo-fordismo*. Este método visava, acima de tudo, o maior controle dos patrões sobre a mão de obra operária, tendo se constituído em novas formas de dominação burguesa sobre o operariado dentro da fábrica, ao interferir diretamente no tempo de trabalho e na forma de organização da produção. Buscava-se, assim, quebrar a resistência dos trabalhadores à exploração do capital, minando a solidariedade entre eles, através da imposição de um ritmo férico de trabalho e da competitividade como norma entre os próprios operários. As mudanças introduzidas por Taylor e Ford, simbolizadas, respectivamente, no cronômetro e na esteira rolante, não foram meras inovações tecnológicas, mas verdadeiras

revoluções de ordem administrativa e gerencial, pois colocou a ciência da administração a serviço não do aumento da produção e da produtividade, mas sim do poder dos capitalistas (SECCO, 1998).

A natureza das crises capitalistas foi exposta originalmente por Marx no Livro III de O Capital, segundo o qual quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais decresce a taxa média de lucro do capital. Isto porque o processo de acumulação capitalista leva, necessariamente, ao aumento da composição orgânica do capital, ou seja, a relação existente entre o capital constante (o valor da quantidade de trabalho social utilizado na produção dos meios de produção, matérias primas e ferramentas de trabalho, isto é, o “trabalho morto” representado, basicamente, pelas máquinas e pelos insumos necessários à produção) e o capital variável (valor invertido na reprodução da força de trabalho, o “trabalho vivo” dos operários). O processo de acumulação resulta na tendência à substituição do “trabalho vivo”, a única fonte de valor, por “trabalho morto”, que não incorpora às mercadorias nova quantidade de valor, mas apenas transmite às mesmas a quantidade de valor já incorporada nos meios de produção. Como consequência deste processo, as taxas de lucro, no longo prazo, tendem a decrescer.

O quadro descrito acima é decorrente da concorrência intercapitalista, a qual obriga os capitalistas a buscar superar seus rivais através do investimento em meios de produção tecnologicamente mais avançados, para reduzir os custos da produção, além de tentar economizar ao máximo na parcela relativa ao capital variável, em função do acirramento dos conflitos provocados pela luta de classes e pelo fortalecimento do movimento operário. A queda da taxa de lucro, portanto, é resultado, em última instância, da tendência à substituição do “trabalho vivo” por “trabalho morto”, fazendo reduzir a fonte de mais valia, o que acaba por originar uma super acumulação de capital e de mercadorias, ao mesmo tempo em que promove uma restrição na capacidade de consumo da sociedade, por causa do desemprego que desencadeia. Temos, assim, a explicação resumida das condições gerais que provocam as crises capitalistas, na ótica da teoria marxista.

Com o desenvolvimento do capitalismo, cresce a interdependência internacional dos processos econômicos nacionais, situação que se reflete no caráter das crises, fazendo da crise capitalista um fenômeno mundial. Ao mesmo tempo, porém, enquanto as firmas menores sofrem a falência e a bancarrota em massa, o processo de concentração do capital faz aumentar a capacidade de resistência da grande empresa. Enquanto a produção artesanal e voltada para consumo próprio é praticamente aniquilada com o progresso do capitalismo, a grande empresa, cuja produção passa a atingir amplos mercados e se diversifica, pode prosseguir durante a crise, mesmo tendo sido forçada a reduzir parte da produção.

A resistência às crises é também aumentada pela forma de organização da sociedade anônima, que, decorrente da crescente influência dos bancos junto às indústrias, é responsável pela maior facilidade na captação de capitais e no acúmulo de reservas na fase ascendente da economia, além de proporcionar um controle maior na gerência do capital. Do quadro exposto não convém inferir que as empresas resultantes de processos de concentração, fusão ou cartelização sejam capazes de debelar os efeitos da crise, mas, sim, que possam encará-los de maneira menos traumática, pois o peso maior da crise será sentido pelas indústrias não cartelizadas. Além disso, no que tange à luta de classes, a concentração de capital faz crescer o poder do empresariado no enfrentamento à organização crescente dos trabalhadores. A grande indústria também é capaz de oferecer maior resistência às greves operárias do que antes permitia a estrutura das pequenas e médias empresas, isoladas entre si e competindo umas com as outras. Segundo o economista austríaco Hilferding (1985) cujos estudos muito contribuíram para que Lênin desenvolvesse sua análise acerca do imperialismo, a formação de cartéis e trustes une, de forma mais forte e indissolúvel, os interesses dos capitalistas participantes e torna-os uma unidade contra a classe operária.

Com a acumulação do capital e o desenvolvimento das forças produtivas, estimulada pela concorrência intercapitalista, ampliou-se a massa de riqueza nas mãos do capitalista e deu-se o processo de concentração de capital. Esse processo acumulativo estimula, e ao mesmo tempo, é estimulado por inovações tecnológicas, na medida em que estas permitem aos capitalistas a redução dos seus custos. Netto (2006) sugere que a inovação é um recurso do capitalista na concorrência com seus pares. Propositadamente a dinâmica da acumulação, desenvolvimento tecnológico, está intimamente relacionada à elevação orgânica do capital.

Grandes massas de capital são capazes de implementar empreendimentos que envolve elevada composição orgânica de capital. Destarte, a tendência do capital, em seu movimento, diga-se excludente, é de concentrar-se. A forma utilizada é redundante na ousadia de ser objetiva: **mais** capital é necessário para produzir **mais mais**-valia. Assim, os grandes capitalistas acumulam uma massa de capital cada vez **maior**. Isso é capitalismo, *magis* do latim, mais, mais, sempre mais.

A centralização do capital é outra tendência da dinâmica da acumulação capitalista. Trata-se do aumento do capital pela fusão de vários outros. Realiza-se pela união de capitais já existentes. Expressa-se pelos cartéis, trustes e a formação de *holdings*.

Costa (1986) define o agrupamento de monopólios que produz mercadorias semelhantes como cartel. Os proprietários desses monopólios estabelecem entre si um acordo de preços, a partir de um patamar mínimo, partilham os mercados de venda, determinando as

condições de contratação de força de trabalho, etc. O objetivo é o lucro máximo para cada componente, mantida a independência de produção e comercialização das mercadorias. Para o autor, os trustes, ao contrário dos cartéis, perdem a independência da produção e comercialização das mercadorias, passando a obedecer uma direção única, uma companhia especial, a *holding*. Os donos das empresas que aderirem ao truste convertem-se em acionistas deste, com direitos proporcionais ao capital investido. As grandes possibilidades financeiras permitem ao truste criar empresas industriais gigantescas que asseguram o monopólio da produção em todas as fases. Um exemplo atual de *holding* é a Itaúsa – Investimentos S.A. que até a finalização desse trabalho, controlava empresas atuantes em diversas áreas como os setores financeiros, indústrias de painéis de madeira, louças e metais sanitários, química e eletrônica.

Concentração e centralização, operando em conjunto, promovem os monopólios. Isso se dá tanto no âmbito da produção industrial quanto nos setores bancário e comercial. No setor bancário, de forma mais intensa que no comércio, respondem pela constituição de um número reduzido de poderosíssimos banqueiros.

É, neste ponto, ainda mais importante a contribuição de Mandel (1982), pois, para o presente trabalho, é a partir dos últimos trinta anos do século XIX que dois processos faziam-se notáveis no plano da economia: o surgimento dos monopólios e a modificação do papel dos bancos. O autor denomina de imperialista esse íterim que foi resultado de duas mudanças simultâneas e combinadas no funcionamento do modo de produção capitalista. Por uma lado, o Departamento I trocou a produção mecânica de motores a vapor pela produção mecânica de motores elétricos. A transformação resultante de todo o processo de produção no Departamento I causou grande aumento na composição orgânica do capital do subdepartamento do Departamento I, produtor de capital constante fixo. Mas uma transformação também ocorreu na tecnologia do subdepartamento do Departamento I, produtor de capital constante circulante – a produção de matérias-primas (transição da produção artesanal de matérias-primas para sua produção por métodos manufatureiros ou do início da indústria). Somados, os dois processos determinaram dessa forma, um aumento significativo na composição orgânica do capital no Departamento I (aumento considerável de máquinas e matérias-primas no Departamento que produz meios de produção).

A gradativa chegada das máquinas a vapor, produzidas por máquinas no período 1847/73, aliando – se à generalização crescente da construção de ferrovias nesse período, absorveu quantidades volumosas de capital. Essa grande transferência de capital começou a consolidar o predomínio do Departamento I sobre o Departamento II. A relação de capital

constante e variável no Departamento I aproximou-se gradativamente daquela verificada no Departamento II, e a seguir ultrapassou-a com rapidez. A partir de então, cessou a decisiva transferência de mais-valia do Departamento I para o Departamento II, que acompanhava o nivelamento da taxa de lucros; ao contrário, a transferência passou a ocorrer do Departamento II para o Departamento I.

Apresenta-se a partir de então, de forma mais clara, o vetor para o aparecimento da nova estrutura da economia capitalista. O capital fixo (máquinas e equipamentos) produzido no Departamento I (produção dos bens de produção) implicava a sua produção sob encomenda, e não para venda num mercado anônimo. Em consequência, os locais de produção ajustaram-se a um máximo de encomendas. Tão logo os mais importantes ramos industriais nos países capitalistas se viram equipados com motores a vapor de produção mecânica – situação provavelmente atingida desde o início da década de 70 do século XIX – a capacidade de produção do Departamento I não pôde mais ser utilizada a pleno volume.

Mandel (1982), atribui essa como uma das causas principais da onda longa com tonalidade de estagnação, entre 1873/93.³

Contudo, isso implicava que uma parcela importante da mais-valia realizada pelo Departamento I e uma parcela nada insignificante da mais-valia produzida no Departamento II, mas apropriada pelo Departamento I mediante o nivelamento da taxa de lucros, não mais poderiam ser valorizadas. Nos cinquenta anos precedentes, os limites ao desenvolvimento contínuo do modo de produção capitalista assumiram a forma de superprodução no Departamento II; no último quartel do século XIX tomaram a forma da supercapitalização no Departamento I. O resultado foi uma alteração no impulso principal da tendência capitalista à expansão: a exportação de bens de consumo para regiões pré-capitalistas deu lugar à exportação de capitais (e de artigos comprados com esses capitais, especialmente vias férreas, locomotivas e instalações portuárias, isto é, aparelhamento infra-estrutural para simplificar e baratear a exportação de matérias-primas produzidas com o capital metropolitano). *Pari passu*, a concentração cada vez maior do capital, e a compreensão desse processo de crise, fruto do próprio crescimento estrutural do sistema apresenta-se o que Lênin (1982, p. 641) chamou de “capitalismo monopolista”.

³ Para o autor, o ciclo econômico consiste na aceleração e desaceleração sucessivas da acumulação, em que, num período de oscilação ascendente, há um acréscimo nas taxas de lucro, no volume e no ritmo de acumulação. No período subsequente de depressão, a taxa de lucros tem uma queda tendencial significativa, ocorrendo o mesmo em relação ao volume e ao ritmo de acumulação do capital, que acelera durante a fase de oscilação ascendente, no entanto, quando este movimento atinge determinado ponto, torna-se difícil assegurar a valorização da massa total de capital acumulado. O indício mais claro dessa linha divisória é a queda na taxa de lucros. Portanto, uma “onda longa com tonalidade de estagnação é caracterizada, por um enfraquecimento na taxa de lucros, a seguir permanece estagnada.

Em outras palavras, neste período inicial da Segunda Revolução Industrial ainda não havia criado novas formas que se contrapusessem à tendência ao desenvolvimento desigual do Departamento I, produtor de meios de produção, acelerado pelas novas forças produtivas, e mantêm-se até as primeiras décadas do século XX ciclos curtos e instáveis de crescimento, sem a plena definição de um novo padrão de desenvolvimento capitalista. Este processo e as dificuldades de regulação dinâmica do capitalismo encontrar-se-iam agravados pela acentuada concentração e centralização de capitais imposta pela crescente monopolização (MATTOSO, 1993).

Contudo, no capitalismo monopolista/imperialismo, a massa fundamental das mercadorias não se vende a preços formados, livremente, no mercado. Os monopólios têm a possibilidade de estabelecer preços mais altos que lhes assegurem um super lucro, à custa do empobrecimento do proletariado e de outras camadas trabalhadoras. Tendo acumulado volumosos capitais, os monopólios procuram coloca-los em circulação. Não satisfeitos com os rentáveis investimentos de capital na economia nacional, procuram, incansavelmente, novos campos de atividade, exportando capitais, cada vez em proporções maiores, investindo em empresas industriais e comerciais estrangeiras.

A relação entre os bancos e a indústria passa a apresentar um estreitamento, provocada pelo acirramento da concorrência intercapitalista. O crédito de capital passava a ser utilizado como poderosa arma na luta pela eliminação de concorrentes e para a centralização de capitais.

O crédito que, em seus começos, desliza-se e insinua-se recatadamente como tímido auxiliar da acumulação, atraindo e aglutinando em mãos de capitalistas individuais ou associados, por meio de uma rede de fios invisíveis, o dinheiro disseminado em grandes ou pequenas massas pela superfície da sociedade, logo se revela como uma arma nova e temível no campo de batalha da concorrência e termina por converter-se em um gigantesco mecanismo social de centralização de capitais (MARX, 1949, v.I, p. 530).

Portanto, essa conjuntura de concentração e de centralização de capitais ocorreu tanto nas empresas industriais quanto nos bancos, provocando a substituição da grande quantidade de pequenas casas bancárias por um pequeno número de grandes bancos, forçando, ainda, que o capital industrial buscasse a associação com o capital bancário, pela necessidade de créditos e visando à formação das sociedades anônimas por ações. Forjou-se, assim, o capital financeiro, que passava a influir diretamente na vida das empresas, comprando e vendendo ações, promovendo fusões e associações entre os grupos empresariais e influenciando, junto aos Estados, nas diretrizes das políticas econômicas adotadas. A fusão do capital bancário –

antes tipicamente um capital usurário, voltado a conceder empréstimos para financiamentos – com o capital produtivo, propicia grande desenvolvimento do sistema de crédito, o que vem também a favorecer de forma extraordinária a exportação do capital-dinheiro em larga escala.

Nesta circunstância, generaliza-se a formação da sociedade por ações que passaria a ser a forma dominante de organização das empresas nas áreas dos bancos, da indústria, da mineração, dos transportes, etc., e, assim, as empresas individuais ou adotavam essa forma de organização ou iam sendo eliminadas na luta intercapitalista. Conforme Oliveira (2003), nesse processo de centralização de capitais, de fusões, combinações, etc., os bancos passavam a assumir um papel central, dada sua posição estratégica de monopolizadores de crédito.

O processo de centralização de capitais permitia e exigia o surgimento de plantas produtivas gigantescas. A disponibilidade concentrada de crédito de capital era condição para que as escalas de produção pudessem crescer celeremente, e, por sua vez, as enormes plantas produtivas que surgiam constituíam poderosa arma para centralização de capitais, pois, com suas economias de escala, podiam liquidar as empresas menores. O progressivo aumento das escalas de produção exigiam gigantescos montantes de capitais centralizados para que novos investimentos pudessem ser realizados, e começava a tornar-se remota a possibilidade da formação de novos capitais individuais que concorressem com os capitais já em função (OLIVEIRA, 2003).

Esses novos fenômenos, aos quais às vezes nos referimos como a segunda revolução industrial, eram parte integrante da guinada de um capitalismo caracterizado por pequenas unidades competitivas para outro, em que a cena industrial e financeira é dominada por grandes concentrações de poderio econômico (MAGDOFF, 1978, p. 27).

A referência à Segunda Revolução Industrial, por parte de Magdoff (1978), foi com base no desenvolvimento tecnológico e industrial que poucos países, como os EUA, Japão e Alemanha alcançaram. Desses países, o que apresentou a mais rápida monopolização das indústrias foi os EUA. Até 1870 a indústria Norte-Americana processava produtos agrícolas através de pequenas empresas que compravam matéria-prima local e na mesma região vendiam sua produção. Com o desenvolvimento da tecnologia no final do século XIX, os grandes negócios foram incorporados na indústria e no comércio, concentrando o capital nas mãos de corporações que cresceram pela junção de várias empresas menores. Essas corporações passaram a utilizar redes próprias para venda e marketing, elevando e muito o ganho, possibilitando a aquisição das fontes de matérias-primas. Segundo o autor, “a economia dos negócios tornara-se industrial. As indústrias mais importantes eram dominadas

por algumas firmas que se haviam tornado imensas empresas centralizadas e verticalmente “integradas” (idem, p. 29).

O processo de monopolização do capital não avançava na mesma velocidade e intensidade nos diferentes países já industrializados. Na Alemanha, os monopólios e diversas formas de associação industrial difundiram-se mais rapidamente que nos outros países europeus, e os cartéis foram o principal tipo de associação, chegando a monopolizar, no início do século XX, todos os setores importantes da economia. Conforme Beaud (1991), a indústria química foi dominada pelos sucessores do consórcio I. G. Farbenindustrie; na indústria de construções mecânicas, houve o domínio dos consórcios Mannesmann e Klöckner; na produção de aço, dos trustes Flick, Thyssen e outros. Na indústria de guerra, pontificou o consórcio metalúrgico Vickers; na indústria química, o truste químico Imperial Chemical Industries e, no monopólio do petróleo, a Royal Dutch-Shell. Os grandes monopólios detinham, igualmente, o predomínio nas finanças e no comércio.

Ainda em Beaud (1991) tem-se que, nos Estados Unidos, alguns poderosos grupos financeiros passaram a exercer imensa influência na economia do país, em grande parte decidindo sua política, como os Morgan, Rockefeller, Du Pont, Mellon e outros. A Guerra Civil deu um grande impulso ao processo de industrialização, ampliando os mercados para os produtos industriais e favorecendo a aprovação de leis benéficas às corporações emergentes, as quais em breve dominaria a indústria norte-americana.

Nas décadas de 50 e 60 do Séc. XX, o número de empresas Norte-americanas instaladas na Europa passou de 460 para 700 filiais somente entre as maiores firmas. Só a Esso, General Motors e Ford, respondiam por 40% dos investimentos totais americanos nos três maiores mercados europeus (Alemanha, Inglaterra e França).

No setor ferroviário, nos constantes guerras de tarifas e preços, por meio das quais os produtores procuravam conquistar para si os mercados. Essa guerra implacável provocou a destruição ou a absorção dos concorrentes mais fracos pelos mais poderosos, restando na arena somente os gigantes, como a Standard Oil Company, a mega empresa petrolífera de John D. Rockefeller, que em 1879 controlava entre 90% e 95% da produção nacional de petróleo refinado. O alcance das fusões foi tão grande que, em 1904, elas controlavam mais de dois quintos do capital industrial dos Estados Unidos e englobavam cerca de quatro quintos das indústrias norte-americanas de importância. Na indústria metalúrgica imperavam cinco monopólios, sendo os maiores o “Truste de Aço” e a Bethlehem Steel Corporation; na indústria química, o consórcio Du Pont; na indústria de material elétrico, a General Electric Company; na indústria de automóveis, a General Motors e a Ford Motor.

A nova ordem imperialista superou em muito os dados apresentados por Lênin, apresentado em sua obra sobre o Imperialismo. Essa nova configuração provocou a expansão dos bancos Norte-americanos para o exterior criando a primeira rede bancária internacional. A expansão bancária como complemento ao papel dos EUA como líder e organizador do sistema imperialista coincidiu com:

a) Da muito difundida presença militar e política dos EUA no globo (via guerras e ajuda econômica e militar); b) da posição dominante do capital norte-americano na criação de impérios industriais multinacionais; c) da evolução do dólar como meio chave de pagamentos, crédito e reservas; d) do crescimento dos bancos multinacionais (MAGDOFF, 1978, p. 69).

É fundamental considerar que o fato de os monopólios terem substituído a livre concorrência não significa que a concorrência tenha sido eliminada. Nos países capitalistas, foi conservada uma multidão de empresas médias, pequenas e uma massa de pequenos produtores de mercadorias, como os camponeses e artesãos que não estavam em condições de se opor às sociedades monopolistas e se viram obrigados a pagar um tributo singular aos monopólios. A maioria dos agricultores passou a vender os seus produtos, no atacado, às grandes companhias comerciais que, por sua vez, os vendem depois no varejo. Os monopólios procuram impor, aos agricultores, os preços que eles estabelecem. Estas companhias reduzem os preços no atacado e os elevam no varejo. A diferença entre esses preços lhes proporciona lucros fabulosos, ao passo que, todos os anos, arruinam-se milhares de agricultores.

Até a Segunda Guerra Mundial, os capitais eram exportados, preferencialmente, para as colônias e países pouco desenvolvidos, onde os investimentos prometiam grandes lucros. Nestas regiões, em que o estágio da luta de classes encontrava-se menos avançado do que nos grandes centros capitalistas, não existindo um forte e organizado movimento de trabalhadores, o empresário podia gastar muito menos com os salários dos operários, menos do que se pagava na Europa e nos Estados Unidos. Posteriormente, além da exportação de capitais para os países subdesenvolvidos, essa exportação aumentou de um país capitalista para outros.

Outra característica fundamental deste processo histórico foi a maior participação dos Estados, hegemonizados por grupos empresariais, grandes proprietários de terras e banqueiros, na vida econômica das nações capitalistas desenvolvidas, abandonando-se, gradativamente, a tradicional política de *laissez-faire* predominante na fase concorrencial do capitalismo, logo após a Revolução Industrial inglesa. Em sua nova fase de desenvolvimento, o capitalismo exigia que os Estados adotassem medidas para facilitar sua expansão, através de

políticas protecionistas e de investimento na indústria pesada e bélica, com vistas a favorecer a exportação de produtos e capitais, além de garantir a presença dos grandes conglomerados em várias áreas do globo, em meio à acirrada disputa imperialista que se estabeleceu entre as potências industriais.

Nesse contexto, Mézaros (2003) declara, ser esta uma das mais importantes contradições do sistema capitalista no momento em que se afirmava a tendência globalizante do capital transnacional, ao mesmo tempo em que mantinha-se a atuação dos Estados nacionais no comando da ordem estabelecida, o que se traduzia no corolário “pense globalmente, aja localmente”: o Estado nacional continuou sendo o árbitro último da tomada de decisão socioeconômica e política abrangente, bem como o garantidor real dos riscos assumidos por todos os empreendimentos econômicos transnacionais (MÉSZÁROS, 2003).

Todo este conjunto de novas situações, em que se destacam a forte concentração de capitais, a crescente capacidade produtiva das empresas, devido às inovações tecnológicas, o acirramento da luta de classes, com o fortalecimento do movimento operário na segunda metade de século XIX, provocaram a necessidade imperiosa de conquista de territórios que representassem novos mercados consumidores dos produtos industrializados, ao mesmo tempo em que se caracterizavam como fornecedores de matérias primas e mão de obra barata ou semiescrava. Para tanto, era necessário um agressivo processo de colonização das regiões do planeta nas quais o imperialismo pudesse extrair insumos baratos e onde a força de trabalho fosse extremamente desvalorizada, em função das condições sociais e históricas locais.

Praticamente todas as regiões do planeta onde as relações capitalistas não haviam penetrado profundamente passaram para o domínio das grandes potências – da Polinésia à América, da África à Austrália. A África, o continente que mais sofreu a ação predatória das nações capitalistas, em 1876 tinha 10,8 % de suas terras colonizadas; em 1914, nada menos que 90% de seu território estava em mãos estrangeiras! Se verificarmos as possessões individuais das duas principais nações colonizadoras, teremos o seguinte quadro: a Inglaterra (com um território de 300 mil Km² e uma população de 46,5 milhões de habitantes), em 1914 possuía colônias que correspondiam a 33,8 milhões de Km², nas quais residiam 440 milhões de pessoas; a França (território de 500 mil Km² e população de 39,6 milhões de habitantes) controlava 11,1 milhões de Km² de colônias com um total de 95, 1 milhões de indivíduos. O domínio dos monopólios passou a envolver todas as regiões do planeta (COSTA, 2008).

O pensador marxista italiano Antonio Gramsci (1971) também refletiu sobre os aspectos abordados acima, percebendo que, na fase imperialista, o poder industrial de cada

fábrica separa-se da fábrica e centraliza-se num truste, num monopólio, num banco, ou na burocracia de Estado, sendo ultrapassada a fase liberal na qual o proprietário era, ao mesmo tempo, empreendedor, gerenciando uma propriedade individual ou familiar. A concorrência clássica da época da “mão invisível do mercado” foi substituída pela concorrência entre oligopólios, empresas múltiplas comandadas por gerências que trocaram a gestão empirista e intuitiva do capitalismo liberal pelo planejamento estratégico. Ao contrário do que parte da esquerda imaginou a planificação gerencial das empresas não significou um passo na direção do socialismo, pois a competição não deixou de existir, apenas tendo se transferido para novos patamares, assim como o planejamento oligopolista não alterou a estrutura da sociedade, mas contribuiu para o processo de renovação e ampliação da hegemonia burguesa.

Em suas análises sobre o tema, Lênin concluiu acerca da lei do desenvolvimento desigual do capitalismo na época do imperialismo. A ausência de planejamento e a anarquia da produção, próprias da economia capitalista, determinaram o seu desenvolvimento desigual, logo nas primeiras fases do capitalismo. Isso se fazia sentir, inicialmente, dentro dos diversos países, sem se refletir, demasiado, na correlação de forças na cena mundial. A Inglaterra, que tinha sido um dos primeiros países a empreender a industrialização, deixando muito para trás os seus competidores na usurpação das colônias, manteve durante muitos anos a primazia na produção industrial, influenciando na política mundial de modo determinante.

Na época do imperialismo, o desenvolvimento desigual e por saltos do capitalismo, implica grandes transformações no plano internacional. A aceleração do progresso técnico-científico e outros fatores permitiram, aos países capitalistas que empreenderam tardiamente a via da industrialização, adquirir forças rapidamente e adiantar-se. Compreende-se, perfeitamente, que a acumulação de poderio econômico seja seguida da aspiração da burguesia nacional de conseguir uma nova partilha, em seu favor, dos mercados e das esferas de influência. Assim procederam os monopólios alemães, quando, apoiando-se no crescente poderio econômico e militar da Alemanha, apresentaram a sua pretensão de dominar o mundo. A causa primordial das duas guerras mundiais, que tantas calamidades causaram aos povos, foi o conflito entre os grupos imperialistas. A Segunda Guerra Mundial adquiriu o caráter de guerra de libertação, porque a União Soviética, os povos da coligação anti-hitlerista e os combatentes da resistência lutaram contra o fascismo, a mais tenebrosa criação da reação imperialista.

No período de após-guerra, os Estados Unidos firmaram-se, solidamente, na posição de principal potência imperialista. Isto não significa que a lei do desenvolvimento desigual do capitalismo tenha perdido a sua vigência. Houve modificações na correlação de forças dos

países capitalistas avançados. Após a reconstrução financiada pelos EUA depois das bombas de Hiroshima e Nagasaki, o Japão também passou a ocupar lugar de destaque no mundo capitalista pela sua produção industrial. A Alemanha ultrapassou a Inglaterra no aspecto econômico. Os monopólios japoneses e alemães sustentam uma intensa luta para alargar a sua influência e desalojam, de maneira sensível, os seus rivais americanos. Disso se conclui que as contradições imperialistas são inevitáveis entre os países capitalistas.

Mudanças substanciais no regime político da sociedade burguesa também podem ser verificadas em função das profundas alterações econômicas trazidas pelo imperialismo. Segundo Lênin, há uma tendência no imperialismo para a reação política, expressa no aumento gigantesco do militarismo, dos seus organismos repressivos, como a polícia, as forças de “defesa da ordem”, o sistema prisional, os órgãos de vigilância política; na violação da legalidade e no emprego dos métodos repressivos, mais brutais, contra o movimento revolucionário. A chamada “viragem para a reação” não implica a renúncia aos processos e métodos da democracia burguesa, mas revela uma tendência presente nos regimes políticos burgueses de posicionarem-se mais à direita, principalmente nos períodos de intensos conflitos sociais e de grave crise econômica.

A burguesia imperialista recorre ao terror nas situações de crise, quando a sua dominação é questionada, mas, de um modo geral, prefere governar apoiada no parlamento, no direito eleitoral e em outras instituições democráticas que mascaram a sua ditadura. Tendo concentrado, em suas mãos, o predomínio econômico e o poder político e procurando prolongar, a todo custo, a existência do regime capitalista, a burguesia monopolista, em diversos momentos da história, não deixou de recorrer aos métodos terroristas de governo em seus países. O fascismo foi o exemplo mais acabado de ditadura terrorista desencadeada pelos círculos mais reacionários e agressivos do imperialismo. Com grande frequência, os defensores do sistema imperialista se viram forçados a recorrer ao último recurso, isto é, à reação e ao terror, em períodos da história em que a correlação de forças sociais apresentou-se extremamente desfavorável aos trabalhadores e aos partidos revolucionários.

Ao acompanhar a trajetória das transformações do modo de produção capitalista, pode-se distinguir através da contribuição de Netto (2006) três fases: a “clássica”, que Mandel (1982) atribui aos anos de 1890 a 1940, os “anos dourados”, do fim da Segunda Guerra Mundial até a entrada dos anos setenta e o capitalismo contemporâneo, de meados dos anos setenta até os dias atuais. Se, como em toda a periodização histórica, essa cronologia é puramente indicativa, o que é importante ressaltar é que, malgrado todas essas transformações, as citadas e as que serão trabalhadas mais adiante, o capitalismo se

desenvolve sob a égide dos monopólios. Isso remete à noção de que, mesmo no século XXI o imperialismo se mantém em plena vigência.

Haja vista a pontuação histórica, nos primeiros decênios do século XX, foram registrados os sintomas da fusão dos monopólios capitalistas com o Estado burguês, nos quais Lênin se fundamentou para chegar à conclusão de que o capitalismo monopolista se transformava, paulatinamente, em capitalismo monopolista de Estado. A união orgânica entre Estados e monopólios institucionalizou-se após a Grande Depressão de 1929-1933 e, especialmente, após a Segunda Guerra Mundial, quando o Estado passou a intervir de maneira abrangente na economia, não apenas a redirecionando, para priorizar determinados setores, como também organizando amplas áreas da produção, de forma a regular a demanda e amenizar as crises. Nessa fase, os monopólios aceitaram essa intervenção (“entregando os anéis para não perder os dedos”), não só em virtude das pressões do movimento operário, mas fundamentalmente devido ao perigo soviético, pois na vitória sobre o nazifascismo a União Soviética foi a nação que granjeou maior prestígio, e o socialismo passou a estar presente em cerca de um terço da humanidade.

A crise de 1929-1933 demonstrou, com toda a evidência, que o sistema de “iniciativa privada”, assim como a “regulação espontânea da economia” que lhe serve de base, não mais correspondia às novas condições de produção. Para se adaptar a estas condições, sem afetar os fundamentos das relações do capitalismo, tornou-se necessário tomar certas medidas “anticrise”. Netto (2006) procura registrar que o Estado burguês sempre interveio na dinâmica econômica, garantindo as condições externas para a produção e acumulação capitalistas, mas a crise em questão revelou que novas modalidades interventivas tornavam-se necessárias: fazia-se imperativa uma intervenção que envolvesse as condições gerais da produção e da acumulação. Então começou a encarregar-se da “programação da economia” para, se não eliminar, reduzir os efeitos produzidos pelas crises sobre a economia capitalista.

O Estado do pós-guerra passou a dispor de grandes recursos orçamentários, oriundos das receitas tributárias progressivas. Parte dos recursos eram aplicados em projetos sociais, para tentar abafar os conflitos provocados pelas condições adversas causadas pela guerra, mas também eram redistribuídos em favor dos monopólios, quer mediante gastos com incentivos e subsídios para o financiamento de avanços técnicos e científicos nas empresas, quer no investimento militar, cujas encomendas eram feitas junto aos monopólios, quer pelas encomendas de produtos industrializados em geral, o que proporcionou grande acumulação aos capitalistas no período.

A “programação da economia” burguesa não anula as leis econômicas do capitalismo e, portanto, jamais deve ser identificada com a “planificação socialista da economia”. O Estado procura influir na produção utilizando métodos indiretos, tais como o crédito, definição de preços, encomendas, etc. O desenvolvimento das forças produtivas ficou profundamente condicionado ao progresso acelerado dos ramos da ciência e da técnica, exigindo investimentos colossais, nem sempre prometendo uma restituição imediata, e, frequentemente, acarretando o risco e até o perigo da ruína. Por isso, o Estado passou a se encarregar do financiamento das investigações científicas, cujos frutos eram aproveitados pelas grandes corporações. Muitos ramos modernos da indústria, tais como a aeronáutica, a cósmica, a eletrônica e a indústria atômica progrediram, nos países capitalistas, com grande apoio financeiro do Estado, embora continuassem, inteira ou parcialmente, sob o controle dos monopólios.

Vale salientar que nos países onde as tradições democráticas eram mais debilitadas, como a Itália, Alemanha, a intervenção do Estado deu-se de conforme a natureza antidemocrática do capital, levada ao extremo pelos monopólios: com a supressão de todos os direitos e garantias ao trabalho e aos trabalhadores, instaurando-se o regime político mais adequado ao livre desenvolvimento dos monopólios – o fascismo.

Sem entrar nos detalhes dos traços adjetivos, como o racismo, no caso do nazismo alemão, ou o clericalismo, como no caso de Portugal de Salazar (Antônio de Oliveira Salazar, 1889–1970) e no da Espanha de Franco (Francisco Franco, 1892–1975); é um regime político ideal para os monopólios ou para o estabelecimento da dominação dos monopólios.

O capitalismo monopolista de Estado implicou no crescimento da propriedade deste, que se operou por três vias: mediante a criação de novas empresas, principalmente da indústria de guerra, à custa dos orçamentos públicos; mediante a aquisição, pelo Estado, de parte das ações das companhias capitalistas; pela nacionalização burguesa de algumas empresas ou de ramos inteiros de produção. A ampliação da propriedade do Estado monopolista afetou os diversos ramos da economia, como a organização das finanças, do transporte, da comunicação, assim como novos ramos da produção gerados pela revolução técnico-científica, os quais requerem grandes investimentos sob direção centralizada, dada a sua importância estratégica, como é o caso da indústria atômica. Tratava-se, também, de colocar nas mãos do Estado uma parte dos velhos ramos da economia que não mais se apresentavam como suficientemente rentáveis. Os monopólios abandonaram-nos de boa vontade, pois receberam uma indenização vantajosa do Estado.

A agudização das contradições entre os países imperialistas e a crescente interdependência da economia mundial obrigaram os Estados capitalistas a regular, cada vez mais frequentemente, as relações entre as divisas, o comércio, a exportação de capital e a prestar assistência aos grandes conglomerados na arena internacional. O desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado também foi consequência do desmoronamento do sistema colonial do imperialismo após a Segunda Guerra Mundial, o que forçou os monopólios a buscarem novas formas neocolonialistas de exploração dos países em vias de desenvolvimento. Naquelas condições históricas, a expansão política e econômica do capitalismo monopolista nacional não se daria sem o apoio do Estado.

O surgimento de um poderoso bloco socialista no pós-guerra igualmente acelerou o desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado nos países capitalistas. Para poder lutar contra o socialismo e reduzir a influência do seu exemplo, o capital monopolista recorreu à mobilização de todos os recursos econômicos, militares e vários outros. Apesar de persistirem as contradições entre os países imperialistas, o capital monopolista procurou unir as suas forças, ou, pelo menos, coordenar as ações em escala internacional. Em boa parte, foi esta a razão do aparecimento da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), bloco militar imperialista, e de agrupamentos econômicos, como o Mercado Comum.

A militarização da economia, no período da Guerra Fria, desempenhou um grande papel no desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado. Reunindo recursos colossais, com a arrecadação de impostos a que os trabalhadores são obrigados apagar, o Estado burguês investia apenas parte insignificante desses recursos na instrução pública, na saúde e em outras necessidades de caráter social. O essencial desses recursos era destinado às despesas de guerra, para engordar os cofres das grandes corporações industriais de produção de armamentos.

O investimento do Estado na produção militar sempre ajuda o capitalismo a manter a demanda agregada, reduzindo grandes crises de superprodução e possibilitando ao sistema um crescimento relativamente estável. Por outro lado, proporcionou aos Estados Unidos (como continua proporcionando nos dias de hoje), principal economia do mundo, a construir as armas mais sofisticadas, com as quais estruturou seu potencial bélico hegemônico. Durante a Guerra Fria, foi assim que os EUA mantiveram seu poderio sobre os demais países ocidentais e ainda estimularam a corrida armamentista, forçando que a União Soviética desviasse permanentemente recursos da área social para a produção militar. Desta maneira, o complexo industrial-militar, a forma mais expressiva da união do Estado com os monopólios,

transformou-se no instrumento fundamental da dinâmica capitalista e, por isso mesmo, adquiriu uma série de vantagens em relação aos outros monopólios.

Nos dias de hoje, em que o capitalismo se utiliza de formas inovadas, econômicas, sociais, políticas e ideológicas para expandir seus domínios no mundo, mantendo vivas as práticas e tendências imperialistas inerentes ao seu desenvolvimento, o capitalismo monopolista de Estado continua a ser a expressão da união da força dos monopólios com o poder do Estado, visando manter e fortalecer as posições da burguesia monopolista, para prolongar a existência do regime capitalista. A vigência do capitalismo monopolista de Estado não significou, portanto, a passagem a uma nova etapa diferente do imperialismo, mas continuou a ser o mesmo capitalismo na sua fase imperialista de desenvolvimento.

1.2 A Fase Tardia do Modo de Produção Capitalista

O modo de produção capitalista tem como centralidade apropriar do trabalho excedente transformando-o em lucro. Destarte, as variações da taxa de lucro desempenham em sua história um papel fundamental. Ernest Mandel (1982) sustenta que elas não passam de resultados a serem explicados pela ação conjunta das variáveis fundamentais.

O autor apresenta em sua obra *O Capitalismo Tardio*, um esquema teórico próprio, apontando para várias causas o modo do desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Observa-se nesse esquema uma dinamicidade de interdependência das seguintes variáveis: composição orgânica do capital em geral⁴, os mais importantes setores em particular; a distribuição do capital constante entre o capital fixo e circulante; o desenvolvimento da taxa de mais-valia; o desenvolvimento da taxa de acumulação (a relação entre a mais-valia produtiva e a mais-valia consumida improdutivamente); o desenvolvimento do tempo de rotação do capital; e as relações de troca entre os dois Departamentos⁵.

A história do capitalismo, *pari passu*, a história de suas regularidades internas e contradições em desdobramentos, só pode ser explicada e compreendida como uma função da ação recíproca das variáveis apresentadas. As flutuações na taxa de lucro são o “sismógrafo dessa história”, na medida em que expressam com maior clareza possível o resultado dessa

⁴ Relação de valor entre capital constante (capital destinado à aquisição de máquinas, matérias-primas) e capital variável (capital destinado à compra da força de trabalho, a qual vai reproduzir o seu valor com um acréscimo – a mais-valia).

⁵ A Economia, em sua parte produtiva, se divide em dois departamentos: Departamento I, que produz os meios de produção, e o Departamento II, que produz os bens de consumo

interação em conformidade com a lógica de um modo de produção baseado no lucro, pode-se também dizer, na valorização do capital (MANDEL, 1985, p. 26).

1.2.1 A Compreensão Mandeliana das crises do modo de produção capitalista

No processo de evolução do capitalismo, o autor apresenta as fases do capitalismo que permeiam os períodos de 1848 a 1945. Um primeiro momento se deu com um mercado livre e competitivo e um segundo momento, apresentou-se na economia graus de monopólios que em nível mundial se caracterizou pela fase do imperialismo do grande capital. Em ambos períodos (1848/96 e 1897/45), o enquadramento internacional em relação à geração e apropriação da mais valia se apoiou em uma referência regional, pois foi a partir de diferenciais de produtividade do trabalho entre regiões e/ou nações que se expandiu à criação, acumulação e apropriação da mais-valia absoluta.

É no âmbito das nações com custos de produção menores, possibilitando ganhos de comércio internacional, que se apresenta o capitalismo concorrencial. Nesta fase a base técnica do processo produtivo ocorreu durante a primeira revolução tecnológica. A mecânica foi o padrão predominante nas atividades ligadas à produção de bens de consumo. É no período de 1848/96, em que foram introduzidos na economia os motores a vapor em máquinas. Para a produção das máquinas, visando abastecer o setor de bens de consumo, ainda eram utilizado de atividades artesanais. A composição das mercadorias agregava baixo nível de capital, inviabilizando a formação de monopólios nesta fase do capitalismo. Tem-se a integração mundial realizando-se apenas através do mercado e de forma desequilibrada entre as nações, pois se refere, segundo Mandel (1982, p. 35 e 37), a fase da “artilharia de preços baixos de mercadorias exportadas para países atrasados, ocorrendo que países centrais exportavam mercadorias com preços acima de seu mercado nacional e abaixo dos preços nos mercados importadores”, verificando-se uma duplicação no ganho mercantil para as nações que obtinham maiores graus de produtividade em sua economia. Não há mobilidade de capital internacional produtivo, nesta fase, bem como sua concentração e centralização ocorre no interior dos Estados nacionais através de capitais nativos.

No capitalismo monopolista⁶ as nações mais capitalizadas enfrentavam uma elevada relação entre capital/trabalho, exigindo-se a expansão do capital produtivo para regiões e/ou nações que operavam com baixa produtividade de trabalho, implicando na geração e

⁶Nesta fase a integração internacional se realizou através do movimento hegemônico do capital produtivo.

apropriação de mais-valia absoluta no interior desses países. Este fato foi determinante para o início da formação de mercados internos nacionalizados.

A economia monopolística se situou durante a segunda revolução tecnológica. A energia elétrica e a eletrônica fundamentavam a base produtiva nos setores de bens de produção e de bens de consumo. Um alto nível de capital foi disponibilizado nesse contexto, para a produção de bens de produção e mercadorias de consumo, através dos motores elétricos e de explosão, propiciando a formação de monopólios. Passa-se a produzir máquinas com máquinas, e mercadorias de consumo com novas máquinas. Apresenta-se um aumento na dotação relativa de capital exigida na produção do Departamento I em relação ao Departamento II, verificou-se nesse período a reversão da transferência de mais-valia, desde quando o setor de bens de consumo passou a transferir mais-valia para o setor de bens de produção (WANDERLEY, 2006).

Observa-se nessa fase, um alto teor de capital no processo de produção, apresenta-se dessa forma a abertura de caminhos para a constituição de monopólios, e, em termos mundiais, apresentou-se uma hegemonia da expansão do capital produtivo de nações com elevada composição orgânica de capital para as de baixa produtividade do trabalho. Tem-se, então, a compensação da queda da taxa média de lucro das nações maduras através da absorção da taxa de exploração das nações de baixa composição orgânica de capital diante da movimentação internacional de investimentos diretos. As nações importadoras de capital, a partir daí, passam a ser submetidas à dominação do grande capital.

O que mudou na transição do capitalismo de livre concorrência ao imperialismo clássico foi a articulação específica das relações de produção e troca entre países metropolitanos e as nações subdesenvolvidas. A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação local de capital (na maioria das vezes associada à dominação política) passou a submeter o desenvolvimento econômico local aos interesses da burguesia nos países metropolitanos. Não era mais a 'artilharia leve' de mercadorias baratas que agora bombardeava os países subdesenvolvidos, mas a 'artilharia pesada' do controle das reservas de capital (MANDEL, 1982, p. 37).

O intenso ingresso do grande capital em nações produtoras de matérias-primas, focando a capitalização nos processos de produção do capital circulante nas nações tidas como atrasadas provoca a subordinação e/ou substituição dos produtores locais pelos estrangeiros, configurando um desenvolvimento desigual entre as nações (WANDERLEY, 2006). O panorama acima explicitado refere-se ao estágio em que registra-se a mobilidade externa do capital produtivo e sua intensa concentração em nível internacional.

Segundo Mandel (1982), a história apresenta momentos em que o capitalismo em nível internacional aparece não apenas como uma sucessão de movimentos cíclicos a cada sete ou dez anos, mas também como uma sucessão de períodos mais longos, de aproximadamente 50 anos.⁷ Cada um destes longos períodos é subdividido em duas partes. A primeira, em que a tecnologia passa por uma revolução e apresenta a característica de uma taxa de lucros acentuada, acumulação acelerada, crescimento acelerado. A segunda caracterizada por lucros em declínio, acumulação gradativamente desacelerada e crescimento econômico desacelerado. O processo de aceleração e desaceleração em cada onda segue sempre uma ordem cronológica.

Conforme a visão Mandeliana, no momento histórico em que a última onda longa com tonalidade expansionista estava por terminar seu ciclo, cedendo lugar à onda de estagnação, a acumulação capitalista não permitiu tal desaceleração – no pós-Segunda Guerra Mundial – provocando uma desproporção entre produção e consumo. Em outras palavras, a quantidade consumida era inferior à produzida. Instaura-se, dessa forma, a crise do capital. No final do século XVIII à crise de 1847, desse período ao início dos anos 90 do século XIX, bem como de 1890 ao final da Segunda Guerra Mundial são as três primeiras ondas. Nos momentos de grande crise recessiva respectivamente, surgia alguma grande descoberta que significasse uma recuperação no campo da produção, conforme Alves (2005). Isto implicava no fim da crise, promovendo uma saída, ou seja, a ascensão econômica. No entanto, nos anos 1970, mais especificamente entre 1973 e 1983, as principais economias industriais encontram o que Coutinho (1992) chama de senda do crescimento econômico, acentuando a crise do capital. Até então o Departamento I (bens de produção) não tinha estrutura suficiente para transformar o Departamento II (bens de consumo). A década de 70 do século XX apresenta um problema causado ao capital por ele próprio.

A capacidade política de coordenar a conjuntura, apagando-se incêndios potencialmente devastadores com presteza, ficou evidenciada principalmente pela atuação orquestrada das autoridades econômicas e, em especial, pela ‘sensibilidade’ demonstrada pelos condutores da política norte-americana [...] Com efeito, a sucessão exitosa de encontros de cúpula entre as lideranças da OCDE, caracterizando uma fase de intensa coordenação política e de política cambial e

⁷ Conforme citado os períodos de capitalismo concorrencial e capitalismo monopolístico entre 1848 e início da década de 90 do século XIX, caracterizado pela generalização da máquina a vapor. É a onda longa da Revolução Industrial. O longo período compreendido entre o início de 1890 e a Segunda Guerra Mundial, caracterizado pela aplicação generalizada dos motores elétricos e a combustão a todos os ramos da indústria. Essa foi a onda longa da segunda revolução tecnológica. O longo período iniciado em 1949, na América do Norte e nos outros países imperialistas em 1945/48, caracterizado pelo controle generalizado das máquinas por meio de aparelhagem eletrônica (bem como gradual introdução da energia nuclear) é caracterizada pela onda longa da terceira revolução tecnológica (MANDEL, 1982, p. 83-84).

financeira entre os Estados capitalistas parece ter finalmente vindicado a tese kautskiana do 'superimperialismo', isto é, uma tendência à coalizão deliberada dos Estados capitalistas frente às crises econômicas e políticas. (COUTINHO, 1962, P.69)

O período que abrange o fim da Segunda Guerra Mundial até a crise do petróleo em 1973 representou a “idade de ouro” para o capitalismo mundial, que cresceu sob a “custódia” norte-americana. Este processo possibilitou a expansão econômica com a integração dos sistemas produtivos mundiais, amparados com um padrão tecnológico e produtivo relativamente estável, e com a relação capital-trabalho, mediada e controlada pelo Estado e por um padrão de consumo que resultasse na venda da produção de bens e serviços ofertados pelas empresas capitalistas (FARAH, 2000).

É a partir desse entendimento do processo histórico da hegemonia do capital em sua face comercial e produtiva (capitalismo concorrencial e monopolístico respectivamente), que apresenta-se na sequência o panorama da fase tecnológica e financeira. A esfera produtiva é baseada nos *chips*, automação, robótica, em novas fontes de energia (como a nuclear), na microeletrônica e na biotecnologia. A base da produção nesta etapa da economia passou a registrar plenitude da industrialização e capitalização em todos os ramos econômicos, provocando um nivelamento médio da produtividade do trabalho e da composição orgânica de capital entre os departamentos I e II. Conforme Wanderley (2006), apesar da mais-valia absoluta não ser mais o atrativo principal para se realizar os ganhos capitalistas, esta forma de excedente ainda persiste em determinadas condições, ou seja, quando associadas às existências de incentivos, logísticas, etc., e que venha a resultar em ganhos duplos do capital, pois se alia a apropriação da mais-valia absoluta com a relativa, esta devido ao uso da tecnologia renovada.

Conforme Chesnais (1996), refere-se a um novo regime mundial de acumulação, cujo funcionamento dependeria das prioridades do capital privado altamente concentrado – do capital aplicado na produção de bens e serviços – haja vista a inovação tecnológica, o departamento I passa a produzir em quantidades superiores ao volume do departamento II. De forma crescente, também, o capital financeiro centralizado, mantendo-se sob a forma de dinheiro e obtendo rendimento como tal. O autor define como “mundialização do capital” essa fase do processo de internacionalização do capital.

A economia mundial parece ter ingressado numa fase depressiva de longa duração, da qual somente poderia sair mediante 'choques externos' à economia, no sentido estrito da palavra. Os mecanismos endógenos do capitalismo, em particular nos países centrais do sistema, tendem a ter por alvo menos a acumulação sob a forma

de investimentos geradores de nova capacidade do que a salvação/manutenção das posições adquiridas (cuja posição financeira rentista constitui a expressão mais acabada). As posições adquiridas são fruto da expansão anterior, mas foram reforçadas pelas profundas modificações ocorridas a partir de 1975 nos modos de distribuição da renda entre capital e trabalho na esmagadora maioria dos países, assim como entre países ricos (credores) e países pobres (devedores), no âmbito do sistema mundial (CHESNAIS, 1996, p. 1).

A recessão pós – 70 marca o “início de uma longa crise em que o capital tudo fez no sentido de romper as amarras das relações sociais, leis e regulamentações dentro das quais se achava possível prendê-lo com a ilusão de poder civilizá-lo” (CHESNAIS, 1996, p. 3). Teve êxito em grande medida, se bem que de modo desigual, conforme cada país, e derrubou a ilusão nascida das conquistas anteriores, de que era possível domá-lo no âmbito dos modos de regulação nacionais.

Conforme Antunes (1999) uma vez encerrado o ciclo expansionista do pós-guerra, presenciou-se então, a completa desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, além da forte expansão e liberalização dos capitais financeiros. As novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, somadas à liberação comercial e às novas formas de domínio técnico-científico, acentuaram o caráter centralizador, discriminador e destrutivo desse processo, que tem como núcleo central os países capitalistas avançados, particularmente a sua tríade composta pelo EUA e o Nafta, a Alemanha à frente da União Europeia e o Japão liderando os países asiáticos, com o primeiro bloco exercendo o papel de comando.

Diante dessa contextualidade contemporânea de liberalização, desregulamentação e mundialização dos mercados é que desenvolvem-se nas empresas modelos de racionalização do trabalho alternativos ao taylorista/fordista, que objetivam recuperar o ciclo reprodutivo do capital. Em face ao cenário de reestruturação, mudanças produtivas sustentadas na tecnologia microeletrônica e informática e marcadas pela versatilidade e flexibilidade da produção, repercutem com intensidade sobre as condições de trabalho, de remuneração e de contratação dos assalariados. O rigoroso aumento da produtividade através da velocidade da transformação tecnológica, organizacional e gerencial manifestou-se no campo do trabalho, fragmentando as ocupações, marginalizando suas centralidades e destruindo as forças de trabalho em diferentes profissões.

Nesta perspectiva ocorre profunda modificação na vida da população em nível mundial à medida que o trabalho foi se precarizando com a crescente flexibilização do emprego e dos salários, enquanto recrudescem em escala mundial os níveis de desemprego. Conforme Jinkings (1995), nos locais de trabalho disseminam-se mecanismos de controle e gestão que procuram obscurecer a determinação antagônica que funda a apropriação do

trabalho pelo capital, ao perseguir a adesão e mobilização dos trabalhadores ao projeto contemporâneo de acumulação capitalista.

O capital, a partir de então, não irá se opor, tampouco apresentar algum motivo contrário à penetração no setor de serviços, independentemente de desestruturar a força de trabalho, bem como as condições objetivas – subjetivas, individuais e coletivas. O fundamental para o capital é que haja sempre novos campos de exploração e expropriação, pois é, nesta perspectiva que surgem os lucros, os quais sustentam o modo capitalista de produção (ALVES, 2005).

A reestruturação capitalista contemporânea apresenta-se, dessa forma, caracterizada pela difusão dos princípios neoliberais, pelo domínio e expansão da esfera financeira e pela adoção de novas modalidades produtivas. Um processo de precarização do emprego, conforme Jinkings (2000), e intensificação do trabalho acompanha a mudança tecnológica e organizacional que se desencadeia aceleradamente, em particular, nos bancos. No intuito de construir o trabalhador que pensa em nome do capital, os novos padrões de dominação de classe, sistematizados em programas de treinamento, “qualidade total”, “foco no cliente”, “remuneração variável”, etc., são a realidade no ambiente de trabalho bancário.

Diante desse panorama da relação capital-trabalho, o trabalhador bancário a partir da crise da década de 70 do século XX apresenta intensa transformação nas relações estabelecidas no que tange às suas formas de fazer e pensar suas atividades, devido às transformações técnicas, científicas e organizacionais. Trata-se de um cenário marcado pela difusão dos princípios e programas de ação neoliberais, pelo domínio e expansão da esfera financeira e pela adoção de novas modalidades produtivas. Jinkings (2000) refere-se a processo de precarização do emprego e intensificação do trabalho acompanhada por uma mudança tecnológica e organizacional que desencadeou-se de forma acelerada, especialmente no setor bancário,

O trabalho bancário apresenta uma particularidade por se materializar através da relação mercadoria-dinheiro. Com efeito, conforme Jinkings (2000) ao manusear dinheiro (ou papéis que o representam), realizando uma série de operações relativas ao registro e controle das operações de crédito e captação efetuadas, transferindo e redistribuindo os valores excedentes criados no decorrer do processo capitalista de produção, os trabalhadores bancários lidam diretamente com essa mercadoria que apresenta a peculiaridade: forma dinheiro da mercadoria, além, dinheiro que gera dinheiro.

Essencialmente o trabalho bancário concretiza os valores de troca criados e viabiliza a apropriação daqueles valores excedentes pelo capital, transformando-os em capital produtor de juros. É esse processo fetichizado, de dinheiro gerando dinheiro, que funda o trabalho bancário. Nele, a mistificação que envolve a produção de mercadorias assume totalmente seu caráter enigmático, porque é na forma mais perfeita do valor, o dinheiro, que a dissimulação do significado do trabalho humano e das relações de produção no sistema capitalista se dá de maneira mais extrema (JINKINGS, 2000, p. 36).

No âmbito marcado pela liberalização e desregulamentação financeiras, pela extrema concentração e centralização do capital, pela privatização e por transformações produtivas que agravam a taxa de exploração do trabalho, os bancários, em sua maioria, vivem a deterioração de suas condições de emprego e salário. Os processos de tecnificação e racionalização nos bancos possibilitam substancial aumento da produtividade do trabalho e transformam radicalmente conteúdo e condições de realização das atividades.

A tecnologia microeletrônica e informática generalizam-se nos bancos como instrumento de elevação da força produtiva do trabalho e maximização dos lucros. Em contrapartida, torna a grande maioria dos bancários cada vez mais alheia às finalidades e ao sentido de sua atividade. Jinkings (1995) explica que com a automatização do seu trabalho, os bancários manipulam símbolos de valor ainda mais “fantasmagóricos”: a tradicional matéria-prima de sua atividade o papel – dinheiro – vai sendo rapidamente substituída por impulsos eletrônicos derivados das memórias dos computadores. E o produto do trabalho bancário disfarça-se, agora, nos dados informatizados que representam as cifras e os valores da mercadoria-dinheiro em circulação.

Modificações significativas nos traços constitutivos da força de trabalho bancária têm sido analisadas nos estudos realizados sobre o perfil da categoria, desde o início dos anos 80 do século XX. Observa-se uma redução dos trabalhadores envolvidos nos serviços operacionais e administrativos, enquanto aumenta relativamente a participação de gerentes e assessores técnicos em informática ou mercado financeiro na estrutura funcional dos bancos. Tais mudanças são expressões da reestruturação produtiva em curso e das novas exigências das instituições financeiras quanto à qualificação e ao perfil de sua força de trabalho. Sob o culto da “excelência” e da “flexibilidade”, a demanda por uma formação geral e polivalente, aliada à expectativa de adesão plena do trabalhador às estratégias mercadológicas dos bancos, revela o conteúdo político das atuais propostas patronais relativas às características profissionais (e pessoais) de sua força de trabalho.

2 A MOVIMENTAÇÃO DO CAPITAL FINANCEIRO: A ÂNCORA ESTRUTURAL DO PROJETO SOCIETÁRIO BURGUEZ

A partir da primeira quadra do século XX em diante, são expressivos os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, na esfera da produção e da reprodução social, alterando hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado etc. Isto, pois, vale lembrar que: a sociedade tem a produção em função de lucros como princípio organizador da vida econômica (HARVEY, 2002).

Haja vista o caráter histórico que estrutura a sociedade desde a transição do feudalismo para o capitalismo, é de suma importância ater-se às formas inovadas desse sistema, sobretudo no que tange a esfera financeira. Karl Marx (*apud* Belluzo 2012, p. 86) observa que as transformações na finança capitalista, e o surgimento da sociedade por ações, sobretudo da sociedade anônima, “marcam uma nova época na vida econômica das nações modernas”.

A princípio: “O capital existe como capital, em seu movimento real, não no processo de circulação, mas somente no processo de produção, no processo de exploração da força de trabalho” (KARL MARX, 1983, p. 258). Entretanto, é diferente sob a perspectiva da esfera financeira. O possuidor de dinheiro “que quer valorizar seu dinheiro como portador de juros aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, torna-o mercadoria como capital” (*ibidem*, p. 258). O capital a juros, como forma de existência do capital, realiza a necessidade de perpétua expansão e valorização do capital para além dos limites de seu processo mais geral e “elementar” de circulação e reprodução. Porém, é fundante ater-se a compreensão que o lucro do capital tem como origem a esfera da produção de mercadorias.

Para revolucionar periodicamente a base técnica, submeter massas crescentes de força de trabalho a seu domínio, criar novos mercados, o capital precisa existir permanentemente na “liberdade” e liquidez e, concomitantemente, de forma crescente e centralizada. Apenas dessa maneira pode fluir, sem barreiras, para mais lucro e reforçar o seu poder industrial e mercantil imobilizado nos circuitos prévios da acumulação. Daí as análises da concorrência, do crédito e, do processo de concentração e centralização do capital se constituir na parte mais rica e substantiva da investigação marxista sobre a dinâmica do sistema capitalista e suas metamorfoses (BELLUZO, 2012).

O exame da concorrência e o processo de concentração e centralização desenvolvido de forma geral apresentada no Capítulo I deste trabalho representam a elucidação das fases do processo evolutivo/histórico do sistema capitalista de produção. Nesse segundo momento, o

trabalho apresenta em uma perspectiva do capital financeiro diante da concentração e centralização do capital.

A formação do sistema de crédito supõe a concentração das massas de capital líquido sob a guarda dos bancos. No processo de consolidação da economia monetária, os proprietários de riqueza passaram a depositar as moedas sob a guarda de frações do estrato mercantil, em geral, por questões de segurança e comodidade, eram certificados por papéis, que atestavam a quantia depositada e o depositário onde a moeda metálica se encontrava. À medida que esses papéis foram convencionalmente aceitos, passaram a circular com maior intensidade e substituir o uso da moeda metálica. Os metais passam então a desempenhar a função de “lastro”, garantindo, mediante uma regra de conversibilidade, a natureza monetária dos bilhetes emitidos pelos depositários do metal. Neste ínterim a presença das instituições financeiras denominadas de Bancos tem seu papel determinante na estruturação e desenvolvimento do projeto societário burguês.

2.1 As Empresas Financeiras Bancárias

Para apreender, compreender e analisar o papel determinante das Empresas financeiras bancárias no processo de constituição e desenvolvimento do modo de produção e reprodução capitalista é preciso entrar nos labirintos da sua história, diga-se, fascinante história. Os bancos representam um dos progenitores da primeira forma do capital, o dinheiro. John Kenneth Galbraith, em sua obra: *Moeda: de onde veio, para onde foi* (1975, p. 5), esclarece que, “Muitas das coisas na vida – automóveis, amantes, câncer – são importantes somente para os que as possuem. O dinheiro, ao contrário, é igualmente importante para os que têm e os que não têm”.

Os bancos surgiram logo depois das casas de moeda destacando diferentes graus de importância nos diferentes períodos históricos. Durante o Império Romano apresentou significativa importância, porém não teve inferência expressiva nas vidas dos homens. Na Idade Média, à medida que o comércio tornava-se mais difícil e a concessão de empréstimos entrava em choque com a objeção religiosa à usura, teve sua representatividade declinada. Conforme Galbraith (1975), a partir da Renascença, a atividade bancária “reviveu” e passou a ocupar papel central nas relações cotidianas. Os escrúpulos religiosos e o comércio cederam lugar ao aproveitamento normal de vantagens pecuniárias. Conforme o autor, tanto quanto se pode associar algum tipo de atividade empresarial a um tipo étnico, a atividade bancária pertence aos italianos. Tanto seu declínio quanto o seu renascimento ocorreram na Itália.

As casas bancárias de Veneza e Gênova⁸ são as precursoras reconhecidas dos bancos comerciais regulares. Vale saber que a *Lombard Street*, principal rua financeira de Londres, faz referência aos Lombardos italianos. E a palavra “*bank*” veio da italiana “banco”, que era a peça de madeira onde os comerciantes oriundos da Itália e estabelecidos em Londres usavam para operar seus negócios no mercado público londrino.

Em 1609, em Amsterdam, foi estabelecido um banco, com a garantia do governo da cidade. Este banco recebia as moedas estrangeiras e as moedas leves do país ao seu valor intrínseco em termos de padrão monetário local, descontando apenas o valor necessário para cobrir as despesas com cunhagem e gastos administrativos. Esse acontecimento estava ligado ao grande volume de comércio local. Que por sua vez, estava associado a um dos acontecimentos mais influentes na história da moeda – as viagens de Colombo e o efeito da conquista e do desenvolvimento da América Espanhola sobre a Europa. Esse passo decisivo ligou a história da moeda à história dos bancos.

É diante desse cenário que, os conservadores dirigentes municipais de Amsterdam, por conta da Companhia Holandesa das Índias Orientais, perceberam que: “não era mero detalhe que o banco ganhasse juros sob o empréstimo assim efetuado” Galbraith (1975, p. 29). O depositante original poderia ser informado de que seu depósito tinha sido colocado em tal uso, sendo pago por isso, em algum momento. O depósito inicial ainda permanecia a crédito do depositante original. Dessa forma, havia agora, um novo depósito correspondente ao empréstimo. Ambos poderiam ser usados para realizar pagamentos, ou seja, como moeda. É a criação da moeda.

Tem-se uma grande inovação. A importância dos bancos cresce substancialmente. Poder-se-ia emprestar mais do que havia sido depositado: era criado o multiplicador bancário, e assim se criaria o crédito. Mas isso acarretaria uma questão colocada por Galbraith (1975, p. 32):

como deve ser limitado o volume de empréstimos e que outras precauções devem ser tomadas contra o dia em que os depositantes e portadores de notas vierem retirar o metal precioso que não existir, devido à própria natureza da atividade bancária?

⁸ Em Veneza chegaram a existir mais de cem bancos de depósitos nos séculos treze, quatorze e quinze. Numerosos também faliram com ressonância variável. Vários esforços foram feitos pelo Senado para controlá-los, incluindo detalhes tais como horário de funcionamento e obrigação de contar o dinheiro à vista do depositante. Os resultados dos controles foram menos do que perfeitos. Um senador do século dezesseis, Tommaso Contarini, enumerou as dificuldades num discurso. Observou que um banqueiro “...pode ajudar seus amigos sem o pagamento de dinheiro, simplesmente fazendo um lançamento a crédito. O banqueiro pode satisfazer seus próprios desejos de móveis e jóias escrevendo duas linhas em seus livros, e pode comprar patrimônios ou dotar uma criança de recursos sem qualquer desembolso efetivo.” Charles F. Dunbar. “The Bank of Venice”. *The Quarterly Journal of Economics*, v. VI, n. 3 (abril de 1982) apud Galbraith (1975, p. 20).

O grande modelo de sistema financeiro não viria dos exemplos italianos, nem dos Países Baixos. Viria sim da Grã-Bretanha, a qual contando com grandes reservas de metais preciosos advindos das atividades corsárias de seus piratas, com sua grande marinha, mercante e de guerra que desbancou os navios holandeses e, que, ao realizar a primeira “Revolução Burguesa”, tornou-se a grande potência econômica da Europa.

A evolução da história dos bancos no mundo é caracterizada por períodos de euforia e pânico. Até a chegada do “banco dos bancos”. A criação do banco central foi a construção institucional capaz de lidar adequadamente, com relação à situação da época, com as crises bancárias e dar solidez ao sistema bancário como um todo, protegendo os cidadãos da insegurança excessiva, no tocante ao sistema.

A Grã-Bretanha, ao final do século XVII, passava por grandes reformas institucionais, jurídicas e econômicas: em 1694 foi criado o primeiro Banco central da Inglaterra. Seu desenvolvimento tornou-se modelo para os demais países do mundo.⁹ O dinheiro passa a galgar, paulatinamente, a expressão mercadológica de equivalente universal.

2.2 O Equivalente Universal: a Mercadoria Dinheiro

Os movimentos puramente técnicos que o dinheiro efetua no processo de circulação do capital e, como podemos acrescentar agora, do capital de comércio de mercadorias (visto que esse assume uma parcela do movimento de circulação do capital industrial como seu movimento próprio e particular) – esses movimentos, digo, transformam esse capital de comércio monetário, tornando-o autônomo para a função de um capital especial que ele, somente ele, exerce como operações que lhes são próprias. Uma parte do capital industrial, e mais, do capital de comércio de mercadorias, não continua existindo só em forma de dinheiro, como capital monetário em geral, mas como capital monetário compreendido nessas funções técnicas. Do capital total se separa e se torna independente uma determinada parte, em forma de capital monetário, cuja função capitalista consiste exclusivamente em realizar essas operações para a classe toda de capitalistas industriais e comerciais. Como no capital de comércio de mercadorias, separa-se uma parte do capital industrial existente no processo de circulação, sob forma de capital restante. Portanto, os movimentos desse capital monetário, por sua vez, são apenas movimentos de uma parte autônoma do capital industrial compreendido no seu processo de reprodução. O comércio monetário, na forma pura como consideramos aqui, isto é, separado do crédito, só tem a ver, pois, com a técnica de uma fase da circulação mercantil, a saber, da circulação monetária, e com as diversas funções do dinheiro que dela resultam. (...) É evidente que a massa de capital com que os comerciantes monetários lidam é o capital monetário dos industriais e comerciantes, que se encontra em circulação, e que as operações que levam a cabo são apenas operações daqueles que elas agenciam. É do mesmo modo claro que seu lucro não é

⁹ Os Bancos centrais foram criados em diferentes países: na França em 1800, na Alemanha, em 1875, no Japão em 1882, na Itália, em 1893 e, nos Estados Unidos, em 1913. Na década de 20 do século XX, a Conferência de Bruxelas recomendou a criação de bancos centrais em todos os países. Entre 1929 e 1952, foram criados 48 Bcs, e na década de 60, quase todos os países do mundo possuíam seu Banco Central.

mais do que uma dedução da mais-valia, já que só se refere a valores já realizados (mesmo quando realizados em forma de dívida ativa).¹⁰

O tempo de trabalho privado, individual e concreto do indivíduo, transformado em tempo de trabalho geral, socialmente necessário e abstrato, para a produção de mercadorias para troca constitui o valor delas. Aferindo-se universalmente em sua troca recíproca, as mercadorias passam a ter como parâmetro, cada vez mais freqüente, uma mesma mercadoria. Tem-se, dessa forma, a expressão do valor em si, como uma relação social. Basta que seja fixada habitualmente como padrão de valor para converter-se em dinheiro. Como valor, o dinheiro é, portanto, uma mercadoria como outra qualquer e a necessidade do dinheiro ter valor nasce, diretamente, do caráter da sociedade produtora de mercadorias. Conforme Hilferding (1985), o dinheiro é assim, mercadoria como todas as outras e, com isso, materialização do valor.

Esse processo de troca pode ser expresso segundo a fórmula Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria, ou $M - D - M$. É nesse âmbito que se realiza a circulação social de bens. O dinheiro como circulação estabelece uma correlação social entre vendedor e comprador, sendo que essa correlação só se estabelece pela mediação do dinheiro. Há também que demonstrar o caráter fiduciário da moeda. Em que, a data de pagamento difere totalmente daquela em que a obrigação foi contraída. O tomador de um empréstimo recebe não um depósito, mas uma nota resgatável em dinheiro que tenha sido colocado no banco como capital ou depósito. Com esta nota, o tomador pode realizar seu pagamento; o recebedor desse pagamento, ao invés de resgatar a nota, pode trocá-la por dinheiro, usá-la para seus pagamentos, e assim por diante. Enquanto isso, o banco adquire juros sobre o empréstimo original.

O papel moeda não conversível não pode ser emitida em quantidade superior ao mínimo em circulação normal. A quantidade de moeda fiduciária só depende do preço total das mercadorias, para as quais o dinheiro é previsto como meio de pagamento. Aos preços vigentes, sua magnitude só depende do volume das transações de crédito, que é extremamente variável em si mesmo. Mas, como esses títulos têm que ser sempre conversíveis, jamais pode ser desvalorizado em relação às mercadorias, nem mesmo por causa destas. A moeda fiduciária conversível jamais se deprecia em decorrência de sua quantidade excessiva em circulação, mas apenas por falta de conversibilidade. O dinheiro como meio de circulação

¹⁰ Capital v.III, Parte Primeira, Seção IV: “Transformação de Capital – Mercadoria e Capital Monetário em Capital de Comércio de Mercadoria e Capital de Comércio de Dinheiro (Capital Comercial)”.

cede espaço à moeda fiduciária, na medida em que esta independe dos limites estabelecidos pela moeda (ou dinheiro) propriamente dita (HILFERDING, 1985).

A partir que a moeda dinheiro ganhou credibilidade, os capitalistas, em sua maioria, passou a fazer uso do seu conteúdo para movimentar e ampliar seus investimentos e/ou produção. Este universo, não demorou, para atingir, também, as pessoas na condição de pessoa física. Desabrocha o mundo do denominado Crédito.

2.3 O Crédito Bancário: Movimentação para a Pessoa Jurídica e Física

No movimento de (re) constituição teórica do modo capitalista de produção, o dinheiro, como substantivação do valor e objetivo do processo de valorização, assume a forma de dinheiro de crédito. As determinações mercantis e capitalistas do modo de produção são distorcidas, mas, ao contrário, alcançam seu ápice desenvolvimentista quando são introduzidos o crédito e o capital a juros. O dinheiro de crédito aparece como a forma mais adequada para cumprir as determinações mercantis do dinheiro na medida em que “aperfeiçoa” a execução das funções monetárias no capitalismo ao constituir uma esfera de valorização em que o capital monetário estabelece uma relação consigo, D-D’. Beluzzo (2012, p. 89) afirma que nesse ponto “a função de reserva de valor e de forma universal da riqueza, chega ao seu estágio supremo”.

Os bancos são gestores dos fundos coletivos de capital- dinheiro e, por isso, emissores do dinheiro de crédito. Ao concentrar capital monetário, os bancos ganharam a prerrogativa de emitir notas que abastecem a circulação monetária, assevera Marx. Os passivos bancários se modificam a partir da evolução do sistema de crédito: a emissão de notas é substituída por depósitos à vista que podem ser mobilizados por seus titulares como meios de pagamento.

O capital emprestável de que dispõem os bancos aflui-lhes de múltiplos modos. Primeiro, concentra-se em suas mãos, por serem os cobradores dos capitalistas industriais, o capital monetário que todo produtor ou comerciante mantém como fundo de reserva ou que lhe aflui como pagamento. Esses fundos se transformam assim em capital monetário emprestável. Desse modo, o fundo de reserva do mundo do comércio, por concentrar-se num fundo comum, é limitado ao mínimo necessário, e parte do capital monetário, a qual de outro modo ficaria ociosa como fundo de reserva, é emprestada, funciona como capital portador de juros. Segundo, seu capital emprestável é constituído dos depósitos dos capitalistas monetários, que lhes cedem a tarefa de emprestá-los. Com o desenvolvimento do sistema bancário e nomeadamente tão logo os bancos paguem juros por depósitos, as poupanças de dinheiro e o dinheiro momentaneamente inativo de todas as classes são depositados neles. Pequenas somas, cada uma por si incapaz de atuar como capital monetário, são unificadas em grandes massas e constituem assim um poder monetário. Essa reunião de pequenas somas, como efeito particular do sistema bancário, deve ser distinguida de sua mediação entre os capitalistas monetários propriamente ditos e os

mutuários. Finalmente também os rendimentos, que devem ser consumidos apenas gradualmente, são depositados nos bancos (KARL MARX, 1983, VIII, p. 304).

O Capital Financeiro, obra seminal de Hilferding escrita originalmente em 1910, trata do papel dos cartéis e trustes, sobre a influência dos bancos, enfim, sob o “capitalismo organizado”, conforme Bottomore na introdução do referido trabalho. Hilferding (1985) entende que a partir da função alterada do dinheiro como meio de pagamento é que o crédito se apresenta como resultado imediato desta metamorfose. Quando o pagamento só é feito algum tempo depois de efetuada a venda, o dinheiro devido será creditado durante esse tempo. Essa forma de crédito pressupõe a existência de proprietários de mercadorias e, numa sociedade capitalista desenvolvida, capitalista produtores. Hilferding (1985, p. 85) elucida a noção de crédito:

Considerando em si e isoladamente esse processo não traduz outro fato senão o de que o capitalista A tem capital de reserva suficiente para poder aguardar o refluxo vindo do capitalista B, que não dispõe do total de meios de pagamento necessário no ato da compra. Nessa concessão unilateral de crédito, A terá que dispor de uma quantidade adicional de dinheiro que corresponda ao montante devido por B, que este terá que pagar no prazo estipulado. Dessa forma, não seria poupado dinheiro, mas apenas transferido. A situação é outra quando a própria nota promissória atua como meio de pagamento; em outras palavras, quando A não só concede crédito a B, mas toma de C também, ele mesmo, e o paga com a letra de câmbio de B. Se C, por sua vez, tiver que pagar B e o pagar com sua própria letra de câmbio, ter-se-á consumado aqui, dessa forma, compra e venda entre A e B, A e C e C e B, sem a intervenção de nenhum dinheiro. Poupou-se assim, dinheiro e como esse dinheiro teria que estar simultaneamente nas mãos dos capitalistas produtores como capital adicional (para garantir o processo de circulação do capital – mercadoria) foi, com isso, economizado capital monetário. A letra de câmbio substitui o dinheiro ao assumir ela mesma uma função monetária, atuando como moeda fiduciária. Grande parte dos processos de circulação, ao mesmo tempo os maiores e mais concentrados, desenvolve-se entre os próprios capitalistas produtores. Todas essas transações podem ser realizadas, em princípio, por meio de letras de câmbio; em grande parte essas letras se compensam mutuamente, havendo necessidade tão somente de certa importância em moeda corrente para saldar o balanço. Assim, no caso, os capitalistas produtivos concedem crédito uns aos outros.

O referido crédito é denominado pelo autor como crédito de circulação. Então, o caso de um aumento da produção significa, simultaneamente, aumento da circulação, que por sua vez, implica em multiplicação dos processos de circulação, aumentando o volume de dinheiro creditício. O número de letras de câmbio em circulação é e pode ser aumentado porque o volume de mercadorias que entra em circulação vem crescendo. Esse aumento da circulação, pode, pois, processar-se isento da demanda por dinheiro na sua forma propriamente dita. Nesse caso, a oferta e procura de capital monetário também não sofre alteração. A maior demanda de meios de pagamentos pode ser satisfeita simultaneamente e na mesma proporção

pelo fornecimento de um maior volume de dinheiro fiduciário com base no maior volume de mercadorias em circulação.

Mais crédito não afeta, necessariamente, a relação existente entre a demanda e a oferta dos elementos do capital realmente produtivo. Pelo contrário, ambas aumentam na mesma proporção. Expande-se o processo de produção e assim são produzidas, pois, as mercadorias necessárias para a escala mais ampla de produção. Registram-se dessa maneira, um aumento de crédito bem como um aumento no capital produtivo, sendo que ambos os aumentos se refletem em uma circulação maior da letra de câmbio. Contudo, não se registra nenhuma alteração na relação entre a oferta e a procura de capital sob a forma de dinheiro; é somente essa demanda que afeta a taxa de juros (HILFERDING, 1985).

A função do crédito de capital é a de financiar, sobretudo, o investimento em capital fixo e está ligada à acumulação. No caso do crédito mercantil, o capital funciona como dinheiro. O capital se transforma em dinheiro, cumpre apenas suas funções mercantis, faz as mercadorias circularem. No crédito de capital, o fundo é financeiro e funciona como capital ao cumprir o papel de levar acumulação além do permitido pelo volume de dinheiro gerado no processo geral de circulação do capital. O primeiro é a base do desconto de letras e o segundo atende às necessidades de acumulação dos capitais individuais que pretendem superar suas limitações financeiras para a ampliação da capacidade ou para captura de novos setores de produção.

Os próprios capitalistas produtores interagem entre si e concedem, uns aos outros esse crédito de circulação. No caso de não haver retorno, é que o dinheiro é providenciado por terceiros, os bancos. Da mesma forma, os bancos intervêm quando a venda de mercadorias – condição de circulação dos títulos- sofre alguma paralisação momentânea, ou porque as mercadorias deixem de apresentar saída, ou porque sejam retidas por razões de especulação ou outras semelhantes.

O dinheiro que antes os capitalistas produtivos tinham que manter em disponibilidade para saldar as diferenças na compensação de seus próprios títulos torna-se então supérfluo e vai parar, como depósito, nos bancos, os quais dele vão se servir para a liquidação dos saldos de seus balanços. Diminui, dessa maneira, a parte do capital que os capitalistas produtivos eram obrigados a ter à sua disposição sob a forma de capital monetário (HILFERDING, 1985, p. 89).

São os bancos que desempenham a função de compensar esses títulos, à medida que o volume desses papéis cresce proporcionalmente o papel dessas instituições se revela mais importante na economia. Neste sentido, a circulação se desenvolve simultaneamente o grau de

credibilidade dos títulos, bem como, quanto mais segura for sua solvência. Tem-se, a partir desse panorama, a evolução do sistema bancário, todo o dinheiro não empregado vai para os bancos, o crédito bancário substitui o comercial. Dessa forma as letras passam a servir cada vez mais de meio de pagamento, não sob a forma originária em que circulam entre os capitalistas produtores, mas em sua nova forma de nota bancária. A compensação e a liquidação do balanço passam a realizar-se agora, entre os bancos exclusivamente, uma facilidade técnica que amplia a faixa das compensações possíveis e reduz ainda mais o volume de moeda corrente para o pagamento dos respectivos saldos.

A evolução do crédito de capital vai se fortalecendo a ponto de alterar a posição dos bancos em relação à indústria, conforme Hilferding (1985, p. 97):

O banco passa a colocar à disposição do industrial o capital de produção. Seu interesse então não se limita mais às condições momentâneas da indústria e à situação momentânea do mercado, mas passa a interessar muito mais o destino subsequente da empresa e a configuração futura do mercado. O interesse momentâneo torna-se permanente e quanto maior for o crédito, e quanto mais prevalecer sobretudo a participação do capital de empréstimo transformado em fixo, tanto maior e tanto mais permanente será esse interesse. (...) a empresa fica presa ao banco. Nessa relação, porém o banco costuma ser o parceiro mais forte.

Com a expansão da indústria, evidencia-se, primeiramente que, a função do banco (como mediador do crédito) exige uma concentração progressiva do capital bancário, sua função como instituição de investimento exige igualmente a maior concentração possível. Apresenta-se, de fato, a superioridade dos grandes bancos nos negócios mais lucrativos; ele fará maiores e melhores negócios. Quanto maior o banco, maior a garantia de seu investimento. Ele poderá colocar grande parte das aplicações em seus próprios clientes. Haverá a necessidade por parte do banco de reunir condições de angariar, com segurança, somas cada vez maiores. Isso exigirá significativa quantidade capital próprio e gozar de muita influência no mercado. Em segundo lugar, as exigências feitas à capacidade de financiamento dos bancos tornam-se cada vez maiores com o desenvolvimento da indústria. Garantida a mobilização do capital só resta à expansão da produção a exploração da técnica adequada. A expansão da empresa cria independência dos excedentes de produção da própria empresa, *pari passu* permite rápidas expansões, frequentemente aos saltos, em tempos de conjuntura mais favorável, sujeitas a demandas intensas e imediatas de capital. Essa demanda repentina de capital só pode ser satisfeita pelo grande volume de capital concentrado nos bancos.

O movimento engendrado pelo banco implicou em tendências que resultaram na concentração bancária, bem como na concentração industrial, sendo que esta representa, no

entanto, a causa última da concentração bancária. Vale observar que essa dinâmica demonstra que a dependência da indústria com relação aos bancos é consequência das relações de propriedade. Pois, o capital industrial encontra-se não pertencente aos industriais que o aplicam, mas, mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Estes procedimentos vão constituindo o que Hilferding (1985) compreende por capital financeiro:

Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais.

Faz-se mister considerar que o capital financeiro desenvolveu-se, *pari passu* à sociedade anônima e alcança forte expressividade com a monopolização da indústria. É através do domínio dos monopólios, em que se agudizam todas as contradições do capitalismo. Lênin (1979), em seu trabalho intitulado: O imperialismo: fase superior do capitalismo, originalmente escrito em 1916, apresenta esse predomínio extremamente rápido de concentração da produção em empresas cada vez mais importantes em enorme desenvolvimento da indústria como uma das características mais marcantes do capitalismo, Assim:

O capital-dinheiro e os bancos tornam esta superioridade de um punhado de enormes empresas ainda mais esmagadora, e isto no sentido mais literal da palavra, ou seja, no sentido de que milhões de ‘patrões’, pequenos, médios, e até de uma parte dos grandes, são, de fato, inteiramente dominados por algumas centenas de financistas milionários (LÊNIN, 1979, p. 17).

O banco, por conta da concentração, no que diz respeito, à acumulação e à reprodução do capital, tem a liberdade de antecipar capital monetário para as unidades de produção de valor. Essa possibilidade de antever reforça força redobrada o processo de reprodução ampliada, à acumulação e seus efeitos decorrentes. As duas formas de crédito: mercantil e o de capital não de ser concentradas no sistema bancário que se transforma no gestor dos fundos financeiros na economia capitalista constituída.

Concomitante à formação dos monopólios industriais, desenvolviam-se os monopólios na área bancária. A concentração na indústria levou as grandes empresas a evitar o depósito de seus recursos em pequenos ou médios bancos que geralmente detinham capitais

insuficientes para garantir tais recursos. Isso reforçou o papel dos grandes bancos (COSTA, 1986).

A concentração industrial exigia também grandes investimentos em capital fixo (máquinas, instalações, etc.), o que só poderia ser adquirido mediante créditos em longo prazo, tendo em vista o processo de maturação dos investimentos. Essa demanda possibilitou o aparecimento das novas relações entre banqueiros industriais e industriais, uma vez que, para realizar operação desse tipo, era necessário certo grau de confiança e conhecimento da situação de cada um. É bom lembrar que, no período do capitalismo concorrencial, as concessões dos créditos bancários ocorriam essencialmente no processo de circulação de mercadorias, ou seja, os créditos ocorriam em curto prazo (COSTA, 1986).

Com a nova dinâmica da economia, os grandes bancos foram-se tornando cada vez maiores, os pequenos foram-se arruinando, outros foram incorporados, num processo semelhante ao ocorrido na área industrial. Os vínculos das grandes companhias industriais com os grandes bancos foram-se tornando cada vez mais estreitos. Mas é necessário explicar que a influência dos bancos no conjunto da economia foi gradativamente crescente, pois os empréstimos eram acompanhados de exigências e garantias. Tal fato demandava da área bancária, estudos pormenorizados sobre a situação da economia em geral e das empresas em particular, a fim de que os recursos fossem alocados com a máxima segurança.

Com esses conhecimentos, os grandes bancos ampliaram ainda mais sua influência e se transformaram em centros dinâmicos da economia. Assim tinham o poder de decidir o destino das empresas mediante a facilidade ou a recusa do financiamento. Mas os bancos não se contentaram apenas em ganhar vultosas somas nas operações de empréstimo. A sede de lucros e o conhecimento que tinham das empresas os levaram a investir capitais próprios naqueles monopólios que apresentavam maiores condições de rentabilidade. Com isso, estreitaram-se mais ainda os laços entre bancos e indústrias.

Os monopolistas industriais também não se resignaram com um papel passivo no processo. Começaram a investir em ações bancárias e alguns chegaram a fundar seus próprios bancos. Nesse processo, os bancos começaram a ter assento nas diretorias das empresas industriais e vice-versa e o resultado disso foi a fusão do capital bancário com o capital industrial e o aparecimento de nova forma de capital: o capital financeiro que é a própria essência do imperialismo. A partir disso, um pequeno grupo de capitalistas – a oligarquia financeira – passou a exercer o domínio da economia mundial.

Nas últimas décadas, a insegurança da população em relação ao futuro tem aumentado substancialmente. Com isso, desenvolveram-se as grandes companhias de seguros, os bancos,

também formaram as próprias empresas seguradoras e nesse processo dinâmico as empresas de seguro terminaram por se fundir também com os bancos, o que aumentou ainda mais a margem de lucro do capital monopolista.

O domínio em nível mundial e a exploração dos trabalhadores por parte da oligarquia financeira tornam profundamente reacionários o papel desse pequeno grupo capitalistas que, a partir da última quadra do século XX, passam a ditar as regras do jogo nas nações imperialistas. Na área ideológica, como, também, controlam os meios de comunicação (jornais, rádios e Tvs), falseiam constantemente as informações sobre o movimento de libertação nacional e os países de socialismo real, incrementam um anticomunismo primário e feroz, procurando desorientar os trabalhadores do leito natural da luta por uma sociedade sem classes.(COSTA, 1986)

Lenin (1985, p.65) observou que o monopólio expressa sua decomposição na tendência para a contenção do progresso técnico, pois, à medida que fixa preços monopolistas, desaparecem, ainda que temporariamente, as causas estimulantes do avanço tecnológico. Entretanto, ele observava que não se deveriam tirar conclusões apressadas desse fenômeno. “A possibilidade de diminuir os gastos com produção e aumentar os lucros, implantando melhorias técnicas, atua em favor das modificações”. Mas, se considerarmos do ponto de vista global, a tendência permanece, uma vez que o desenvolvimento das forças produtivas imperialistas está sempre aquém das extraordinárias possibilidades oferecidas pela revolução técnica - científica, senão vejamos: os avanços científicos de hoje possibilitam incrementar de maneira expressiva a produção e a produtividade e transformar a natureza em favor do homem, sem agredi-la. Caso isto fosse posto a serviço das reais necessidades humanas ensejaria a criação de riquezas materiais tão múltiplas que seriam capazes de resolver os problemas básicos de todos os povos. Mas no domínio do imperialismo, o processo produtivo está voltado para a maximização do lucro e não para satisfazer os interesses gerais da sociedade. Além disso, o progresso técnico no imperialismo é um flagelo para a classe operária, pois cada máquina moderna implantada numa fábrica significa determinado número de trabalhadores postos no olho da rua, tanto que o desemprego nos países mais industrializados alcança atualmente cerca de 30 milhões de pessoas. (COSTA, 1986)

É também um traço da decomposição do imperialismo o aumento cada vez mais significativo de uma camada parasitária da burguesia monopolista que passa a viver de rendas e rompe completamente os vínculos com a produção. No Brasil esta prática não é diferenciada. Assim a gestão das empresas passa às mãos dos chamados diretores-técnicos,

espécie de assalariado privilegiado que responde pela parte operacional das grandes empresas. Enquanto isso, a camada parasitária se assenhora dos frutos do trabalho de milhões. Essa camada de *rentiers* aumenta ainda mais seus lucros com as operações com títulos na Bolsa. Aliás, a grande quantidade de títulos em circulação no mundo capitalista deixa o setor produtivo praticamente assentado sobre uma economia de papel.

Lenin (1985, p.65) identificou esse fenômeno e conclui que não só essa camada é parasitária, como Estados inteiros passam a viver de rendas. “A exportação de capitais acentua o divórcio entre o setor dos indivíduos que vivem de rendimentos e o processo produtivo; imprime também uma marca parasitária no país, o qual passa a viver do trabalho de umas quantas nações e colônias de ultramar assim, o mundo ficou dividido entre um punhado de Estados usuários e uma maioria de Estados devedores.”

Outro traço fundamental da decomposição do imperialismo é a corrida armamentista, a militarização da economia, tanto que atualmente cerca de dois terços do potencial científico do imperialismo estão voltados para a produção de armamentos. Ocorre uma total distorção da ciência e da própria produção, pois aquilo que deveria servir para a melhoria de vida da humanidade é utilizado exatamente contra a vida, inclusive pondo em perigo a própria existência da espécie humana. Ressalta-se, ainda, que a produção para a guerra significa uma dilapidação criminosas das imensas reservas materiais que dariam para resolver a maioria dos problemas da humanidade.

No campo político, a tradução da decomposição imperialista se expressa na tendência da burguesia monopolista para o reacionarismo em todos os domínios da sociedade. A burguesia imperialista, através do seu Estado, procura por todos os meios bloquear dos direitos dos trabalhadores, as liberdades democráticas, apesar do surrado discurso que costumam pronunciar sobre a liberdade. Só que a liberdade para a oligarquia financeira é a liberdade de explorar povos e nações. O imperialismo intervém e agride os países que buscam um desenvolvimento independente e ainda apóia as mais ferozes ditaduras historicamente constituídas prolongando a existência do imperialismo e, como consequência direta, expropriam os povos em suas diferentes manifestações.

2.4 O Imperialismo Capitalista e sua Fundamentação no Capital Financeiro

A imagem que assim se forma é a de um sistema mundial imperialista construído a partir do desenvolvimento desigual da acumulação de capital, composição orgânica do capital, taxa de mais-valia e produtividade do trabalho, consideradas em escala mundial. O que levou

a Revolução Industrial a ter início no Ocidente foi o fato de ali se terem acumulado, nos trezentos anos precedentes, o capital monetário e as reservas de ouro e pratas internacionais – em resultado da pilhagem sistemática do resto do mundo através das conquistas e do comércio colonial. Isso resultou na concentração internacional de capital em uns poucos pontos do globo, nas áreas predominantemente industriais da Europa Ocidental (e, pouco tempo depois, da América do Norte). No entanto, o capital industrial que surgia nessas áreas não tinha meios de impedir o processo interno de acumulação primitiva de capital pelas classes dominantes dos países mais atrasados; ele podia, na melhor das hipóteses, diminuir o ritmo do processo. Com certas diferenças de tempo e de produtividade, ligadas ao monopólio britânico sobre os níveis mais altos de produtividade industrial, o processo de industrialização pouco a pouco se estendeu, na era do capitalismo de livre concorrência, a um número cada vez maior de países.

Com a exportação em massa de capital para os países subdesenvolvidos, para a organização, nessas áreas, da produção capitalista de matérias-primas, a diferença quantitativa na acumulação de capital e no nível de produtividade entre os países metropolitanos e os economicamente atrasados foi subitamente transformada numa diferença qualitativa. Esses países tornaram-se dependentes, além de atrasados. A dominação do capital estrangeiro sobre a acumulação de capital sufocou o processo de acumulação primitiva de capital, e a defasagem industrial em relação às áreas metropolitanas alargou-se regularmente. Além disso, como a produção de matérias-primas ainda era pré-industrial ou apenas rudimentarmente industrial, visto que os baixos custos da força de trabalho desestimulavam a constante modernização da maquinaria, essa defasagem industrial deu origem a um abismo crescente nos respectivos níveis de produtividade, que tanto expressava quanto perpetuava o real subdesenvolvimento. Do ponto de vista marxista, isto é, a partir de uma teoria consistente do valor do trabalho, subdesenvolvimento é sempre, em última análise, subemprego, quantitativamente (desemprego em massa) e qualitativamente (baixa produtividade do trabalho).

É verdade que as mercadorias capitalistas criaram e conquistaram o mercado mundial capitalista, isto é, levaram aos limites extremos do mundo a dominação da circulação capitalista de mercadorias e o predomínio das mercadorias produzidas em grande escala na moderna indústria capitalista. Mas, ao mesmo tempo, a expansão internacional não implantou, por toda a parte, o modo de produção capitalista. Ao contrário, no chamado: países periféricos, criou e consolidou uma mistura específica de relações de produção pré-capitalistas e capitalistas, que impede, nessas áreas, a generalização do modo de produção

capitalista, e especialmente da indústria capitalista em grande escala. Aí reside a causa principal da permanente crise pré-revolucionária nos países dependentes por cerca de meio século, a razão básica pela qual esses países provaram ser, até agora, os elos mais fracos no sistema mundial imperialista. A penetração em massa do capital na produção de matérias-primas tornou possível a interrupção radical, após 1873, da prolongada tendência ao aumento dos preços desses materiais. O resultado não foi apenas o colapso notório no preço dos artigos agrícolas – e a grande crise da agricultura européia – mas também uma rápida queda no preço relativo dos minérios, em comparação ao preço dos produtos na indústria capitalista de bens acabados. Em longo prazo, entretanto, essa tendência estava destinada a inverter-se devido aos baixos custos de reprodução da força de trabalho nos países subdesenvolvidos, em decorrência da escala maciça de subemprego e do baixo grau de produtividade do trabalho, que alargavam constantemente a diferença no nível de produtividade entre esses países e os da metrópole. Com a estagnação da produtividade nos países dependentes e, simultaneamente, um rápido aumento na produtividade do trabalho nos países industrializados, era apenas uma questão de tempo antes que o preço das matérias-primas começasse a aumentar.

A alta começou a manifestar-se durante a Primeira Guerra Mundial e para certas matérias primas continuaram durante os anos 20, até a crise econômica mundial de 1929/32. As consequências dessa crise acarretaram uma súbita interrupção do processo que, entretanto, abriu novamente caminho com o surto armamentista internacional nos anos 40, atingindo seu apogeu em 1950, no início da Guerra da Coréia. A estrutura específica que o final do século XIX havia gravado sobre a economia mundial tornava-se agora um obstáculo adicional à valorização do capital ou, mais precisamente, um fator adicional para o declínio da taxa média de lucro.

Assim, a lógica interna do capital ocasionou uma repartição do processo que já ocorrera nas décadas de 50 e 60 do século anterior. Naquele momento, quando o preço relativo das matérias-primas começou a subir rapidamente, a sua produção com métodos de trabalho e relações de produção pré-capitalistas deixou de ser uma fonte de superlucros, através da exploração de força de trabalho barata, e se tornou, em vez disso, um obstáculo à ulterior expansão do capital. Nos dias atuais, analogamente, a produção de matérias-primas por métodos que datavam do período de capitalismo manufatureiro ou do início da industrialização deixava de ser uma fonte de superlucros coloniais, tornando-se um freio à acumulação de capital em escala mundial. Na fase de transição do capitalismo de livre concorrência à era do imperialismo o capital respondera àquele desafio com uma penetração

maciça no campo das matérias-primas; quando o imperialismo ‘clássico’ deu lugar ao capitalismo tardio, o capital respondeu com uma penetração em massa ainda mais profunda.

A partir dos anos 30, e particularmente na década de 40 do século anterior, essa penetração maciça na esfera das matérias-primas conduziram (exatamente como se passara no último quarto do século XIX) a uma revolução fundamental na tecnologia, organização do trabalho e relações de produção. No final do século XIX tinha sido uma questão de substituir uma organização primitiva do trabalho, pré capitalista, por métodos organizacionais adequados ao capitalismo manufatureiro ou à fase inicial da industrialização.

Os resultados desse rearranjo na estrutura da economia mundial, no período de transição do imperialismo “clássico” ao capitalismo tardio foram numerosos, mas de natureza bastante contraditória. Entre outros aspectos, esse novo período caracterizou-se pelo fato de que, paralelamente aos bens de consumo industriais feitos por máquinas (surgidos no início do século XIX), deparamo-nos agora com matérias-primas e gêneros alimentícios produzidos por máquinas. Longe de corresponder a uma sociedade “pós industrial”, o capitalismo tardio aparece assim como o período em que, pela primeira vez, todos os ramos da economia se encontram plenamente industrializados; ao que ainda seria possível acrescentar a mecanização crescente da esfera da circulação (excetuados os serviços de simples conserto) e a mecanização crescente da superestrutura.

Portanto, os traços básicos do capitalismo tardio já podem ser derivados das leis de movimento do capital. A origem imediata da terceira revolução tecnológica pode ser referida à quatro objetivos principais do capital¹¹ nos anos 30 e 40 do século XX.

A aplicação produtiva dessa nova tecnologia começou nos setores da indústria química para os quais a força impulsionadora decisiva é o barateamento do capital constante circulante. Do início dos anos 50, ela se difundiu gradativamente por um número crescente de esferas, onde o objetivo principal era a redução radical dos custos salariais diretos – isto é, a eliminação do trabalho vivo do processo de produção.

¹¹ A pressão para elevar a taxa de lucros assumiu quatro formas, conforme Mandel (1985): primeiramente, no sentido de um aumento imediato na taxa de mais-valia (fascismo, economia de guerra); em segundo lugar a busca por uma valorização imediata do capital excedente através do rearmamento; há também uma nova tentativa em diminuir o custo do capital constante, isto é, de renovada penetração em escala maciça do capital na produção de matérias-primas (minerais e agrícolas), mas dessa vez com tecnologia industrial avançada e consequentemente apta a diminuir o custo do capital constante fixo. A pressão para diminuir o tempo de rotação do capital estava ligada a esse projeto; e por fim, no sentido de uma redução radical na participação dos custos salariais no preço de custo das mercadorias, conjugada a experimentos nos campos da semi-automação e da automação. A razão dessa inclinação temporária foi a tendência ao aumento da participação relativa dos custos salariais, simultânea à diminuição pronunciada no preço das matérias-primas e na participação do valor representado pelo capital fixo.

Aqui chegamos ao limite interior absoluto do modo de produção capitalista. Tal limite não reside na penetração capitalista completa no mercado mundial (isto é, na eliminação das esferas não capitalistas de produção), prende-se ao fato de que a própria massa de mais-valia diminui necessariamente em resultado da eliminação do trabalho vivo do processo de produção, no decorrer do estágio final de mecanização-automação. O capitalismo é incompatível com a produção plenamente automatizada na totalidade da indústria e da agricultura, porque essa situação não mais permite a criação de mais-valia ou a valorização do capital. Conseqüentemente, é impossível que a automação conquiste a totalidade das esferas de produção, na época do capitalismo tardio.

Por motivos de sua autopreservação, o capital jamais poderia transformar todos os trabalhadores em cientistas, assim como jamais poderia automatizar completamente a totalidade da produção material (MANDEL, 1985, p. 146).

A marca distintiva do imperialismo e de sua segunda fase, o capitalismo tardio, não é um declínio nas forças de produção, mas um acréscimo no parasitismo e nos desperdícios paralelos ou subjacentes a esse crescimento. A incapacidade inerente ao capitalismo tardio, de generalizar as vastas potencialidades da terceira revolução tecnológica ou da automação, constitui uma expressão tão forte dessa tendência quanto à sua dilapidação de forças produtivas, transformadas em forças de destruição; desenvolvimento armamentista permanente, alastramento da fome nas semicolônias (cuja produtividade média do trabalho se viu restrita a um nível inteiramente sem relação ao que é hoje possível, em termos técnicos e científicos), contaminação da atmosfera e das águas, ruptura do equilíbrio ecológico, e assim por diante.

A pior forma de desperdício, inerente ao capitalismo tardio, jaz no mau uso das forças de produção humanas e materiais existentes; em vez de serem usadas para o desenvolvimento de homens e mulheres livres são, cada vez mais, empregadas na produção de coisas inúteis e perniciosas. Todas as contradições históricas do capitalismo estão concentradas no caráter duplo da automação. Por um lado, ela representa o desenvolvimento aperfeiçoado das forças materiais de produção, que poderiam, em si mesmas, libertar a humanidade da obrigação de realizar um trabalho mecânico, repetitivo, enfadonho e alienante. Por outro, representa uma nova ameaça para o emprego e o rendimento, uma nova intensificação da ansiedade, a insegurança, o retorno crônico do desemprego em massa, as perdas periódicas no consumo e na renda, o empobrecimento moral e intelectual. A automação capitalista, desenvolvimento maciço tanto das forças produtivas do trabalho quanto das forças alienantes e destrutivas da

mercadoria e do capital, torna-se dessa maneira a quintessência objetivada das antinomias inerentes ao modo de produção capitalista.

É tão somente nas condições de mundialização do capital, na época da produção destrutiva, ou ainda no período de passagem para uma nova modalidade de acumulação capitalista – acumulação flexível, que o insaciável movimento do capital em processo, o “incessante movimento de ganho”, incessante movimento reduzido a crescimento quantitativo, assume um caráter plenamente inovador, dado pela constituição dos circuitos globais do dinheiro, que projeta a nível global, “essa caça apaixonada pelo valor” (MARX, 2012, p.184). É sob tal condição sócio-histórica, portanto, que podemos apreender o verdadeiro sentido da modernização capitalista.

O surgimento de um “único mercado mundial de dinheiro e de crédito” é parte intrínseca da plena posição do capital enquanto sujeito da alta modernidade, ou da exacerbação da modernidade, com seus impactos decisivos nas esferas da cultura, da economia e da política.

Além disso, a constituição do mercado mundial de dinheiro e de crédito e da financeirização dominante, principalmente a partir de meados da década de 70, está ligada intrinsecamente, a nova modalidade de acumulação capitalista, de caráter flexível, e a própria crise do fordismo. A cidadania global do capital tornou-se efetiva com o notável desenvolvimento do capital financeiro rumo à internacionalização dos mercados monetários e financeiros (e da própria supremacia do capital financeiro internacional).

Nasce, a partir de meados dos anos 70, um sistema financeiro global altamente integrado, coordenado pelas telecomunicações instantâneas, que instaura um mercado de ações global, um mercado de futuro de mercadorias (e até de dívidas) globais. Mais do que nunca, propaga-se, de Tóquio a Londres, de Nova York a São Paulo, os denominados “empreendimentos com papéis”, maneiras alternativas de obter lucros que não se restringe à produção pura e simples de mercadorias. Ou seja, lucros estritamente financeiros sem dar importância à produção real.

É só no mercado mundial que o dinheiro funciona plenamente como mercadoria, cuja forma natural é, ao mesmo tempo, forma diretamente social de realização do trabalho humano em abstrato. Seu modo de existir ajusta-se ao seu conceito (MARX, 1984, p. 119).

A maior autonomia do sistema bancário e financeiro, o fortalecimento do capital financeiro, destruiu, em grande parte, os mecanismos de regulação do período fordista, tendo

em vista que limitaram o poder do Estado – nação, que buscam, hoje, no caso dos Estados capitalistas hegemônicos – a Tríade, na acepção de Chesnais (1996) (Estados Unidos, União Européia e Japão), recuperar seus crescentes poderes de coordenação através do poder de organismos internacionais, tais como FMI (o Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, longe do controle democrático, circunscrito à nação – Estado.

Nessa economia com grande concentração de capital fixo e dominância dos bancos na intermediação financeira, a dinâmica de longo prazo está fundada na busca do aumento da produtividade social do trabalho, o que, por sua vez, impulsiona a competição pela inovação tecnológica incorporada nas mais diversas categorias. Essa possibilidade da acumulação decorre da capacidade dos bancos de emprestar e participar dos empreendimentos, diversificando o risco, apostando na estabilidade dos seus passivos, os depósitos à vista escriturados em seus registros.

O regime do capital, em sua forma plenamente constituída, ou seja, já ancorada nas forças produtivas propriamente capitalistas incorporou à sua dinâmica os elementos históricos que precederam e prepararam sua constituição – o comércio e o crédito. O império da acumulação capitalista impôs suas regras e desregramentos aos elementos da era mercantil, aqueles que se incumbiram da dissolução da economia feudal, cujos capítulos mais dramáticos foram escritos pela chamada acumulação primitiva, pela expansão colonial e pela reinvenção da escravidão. Na esteira do doloroso e violento processo de mercantilização da força de trabalho – leia-se da expropriação dos produtores diretos dos meios de produção – o regime do capital acelerou a uma velocidade impressionante a produção e reprodução dos elementos materiais da riqueza (BELLUZO, 2012, p. 95).

Tem-se, destarte, a “financeirização”, através do movimento contraditório de centralização e “abertura” do capital individual com a sociedade anônima. Esta supõe necessariamente a transferência de poder do capital industrial para o capital financeiro, eis que ousadamente atribuo o grande nascer do “Senhor dos Anéis”. O banco como representante do capital financeiro, a forma superior de controle das decisões.

Durante a chamada “era dourada” (1947-1973), a expansão do comércio envolvia, sobretudo, o intercâmbio de bens finais de consumo e de capital entre os parceiros do Atlântico Norte. Foi um período de expansão mundial sob hegemonia norte-americana. Esse panorama mudou a divisão internacional do trabalho e o esquema centro–periferia até então hegemonia inglesa. O espaço econômico internacional, na posteridade da Segunda Guerra Mundial, foi construído a partir do projeto de integração entre as economias nacionais, proposto pelo Estado norte-americano e por sua economia.

Faz-se necessário saber que nesse ínterim, a economia mundial estava sob a égide de Bretton Woods, o poder do dólar conversível foi sustentáculo do que Belluzo (2012) entende como processos simultâneos: o *déficit* na conta de capitais, produto da expansão da grande empresa norte-americana, em segundo lugar, a reconstrução dos sistemas industriais da Europa e do Japão e a industrialização de muitos países da periferia, impulsionada pelo investimento produtivo direto em conjugação com políticas de desenvolvimento nacional.

Os desequilíbrios crescentes do balanço norte-americano de pagamentos levaram à derrocada o sistema de conversibilidade e taxas fixas de Bretton Woods, ao impor a desvinculação do dólar em relação ao ouro em 1971 e a introdução das taxas de câmbio flutuantes em 1973. A continuada desvalorização do dólar nos anos setenta colocou em situação complicada a economia mundial.

A partir do início dos anos oitenta, intensificou-se o movimento de migração manufatureira para as regiões nas quais prevalecia uma relação câmbio/salários mais competitiva e ampliaram-se os desequilíbrios nos balanços de pagamentos entre os Estados Unidos, a Ásia e a Europa.

O fortalecimento do dólar no período seguinte contribuiu para que os Estados Unidos promovessem políticas de abertura comercial e impusessem a liberalização financeira. Dessa forma, suas empresas encontraram o caminho mais rápido e desimpedido para a migração produtiva, enquanto seus bancos foram investidos plenamente na função de gestores da finança e da moeda universais. Isso significa que os bancos norte-americanos estavam habilitados a: 1) administrar em escala global a transformação da rede de relações débito-crédito, fazendo avançar o processo de securitização; 2) comandar a circulação de capitais entre as praças financeiras e, portanto, afetar a formação das taxas de câmbio; 3) promover as mudanças na estrutura da propriedade, ou seja, organizar o jogo da concentração patrimonial e produtiva; e 4) dar fluidez ao sistema de pagamentos em escala global.

Nos últimos quarenta anos, a desregulamentação dos mercados e a crescente liberalização dos movimentos de capitais alteraram profundamente o jogo das regras. A partir de 1973, os regimes cambiais caminharam na direção de um sistema de taxas flutuantes. Tratava-se, diziam, de escapar das aporias da “trindade impossível”, ou seja, da convivência entre taxas fixas, mobilidade de capitais e autonomia da política monetária doméstica. As palavras de ordem no novo consenso proclamavam as virtudes da abertura comercial, da liberalização das contas de capital, da desregulamentação e da “descompressão” dos sistemas financeiros domésticos.

Um após outro, os países de moeda não conversível promoveram a abertura financeira. Nos países centrais, a desregulamentação financeira rompeu os diques de segurança erigidos depois da crise dos anos 1930. As restrições à finança procuravam impedir que os bancos comerciais se envolvessem no financiamento de posições “especulativas” nos mercados de riqueza (ações e imóveis), com consequências indesejáveis para a solidez dos sistemas bancários.

O aumento da concorrência intercapitalista, com o processo de globalização e os ajustes estruturais que privilegiam o mercado como instrumento de regulação, criou um ambiente econômico muito mais instável e imprevisível. Para sobreviver nesse ambiente, às empresas procuram ter maior flexibilidade e integração na sua forma de organização.

A revolução tecnológica possibilitou maior flexibilidade e integração entre os diversos setores da empresa e desta com os fornecedores e consumidores. Da mesma forma, as novas tecnologias oportunizaram, aos grupos transnacionais, a organização do seu processo de internacionalização. O elemento-chave do novo padrão tecnológico é a informática, que tornou possível armazenar e processar informações numa velocidade sem precedente na história da humanidade. Ela é uma força inovadora que parece não ter limites. Conhecida como a terceira revolução industrial – e em contraste com as duas anteriores – ela aumentou a produtividade, especialmente com a revolução da microeletrônica, mas não criou novos bens e serviços de consumo que revolucionassem o padrão de vida das grandes massas humanas. A maioria dos novos produtos é originária da segunda revolução industrial, em destaque, as do campo eletrônico.

A terceira revolução industrial tem um viés antiemprego e anti-sindical: por um lado, não houve redução da jornada de trabalho acompanhando os ganhos de produtividade como aconteceu historicamente nas duas primeiras revoluções industriais. Por outro, atingiu o movimento sindical, enfraquecendo-o de forma fundamental ao promover o desemprego industrial. Isso porque o movimento sindical tem cultura industrial (secundária) e não terciária.

A chamada terceira revolução industrial se desenvolve dentro do contexto de mundialização financeira. Nesse cenário o movimento sindical está enfraquecido e com muitas dificuldades de interferir no processo em curso; diferente do que aconteceu na segunda revolução industrial, quando o sindicalismo teve ascensão e contribuiu para constituição do Estado de Bem-Estar Social.

2.5 A Refração da Terceira Revolução Tecnológica no Sistema Bancário

No Brasil, constata-se que a introdução de um novo padrão tecnológico baseado na microeletrônica (computação robótica) ainda é bastante limitada. Ela está desenvolvendo-se nos setores de ponta da indústria nacional, na qual constitui verdadeiras ilhas de excelência. O processo não é, nada, homogêneo.

O setor bancário brasileiro caracteriza-se pela presença de um grupo reduzido de grandes empresas atuando em âmbito nacional. Desde a reforma bancária em 1964, o setor cresceu a partir do surgimento de grandes conglomerados e extensas redes de agências espalhadas por todo o país. Apoiados nos ganhos de *floating* proporcionados pelas elevadas taxas de inflação nas décadas de 70 e 80 e no financiamento da dívida pública, os bancos também se caracterizaram por sua alta lucratividade comparativamente a outros setores.

Em 1986, os bancos passaram por um contexto até então inusitado. Com o conglomerado de preços promovido pelo Plano Cruzado, a fonte de lucros derivada do processo inflacionário secou, ainda que momentaneamente. Com a queda da rentabilidade, o setor percebeu o inchaço de sua máquina administrativa e o gigantismo de sua rede de atendimento, adequadas a um regime inflacionário crônico, mas completamente disfuncionais em um contexto de estabilidade econômica. A essa constatação seguiu-se rápido ajuste administrativo, que consistiu essencialmente na demissão de bancários. Em 1986, 109.000 postos de trabalho foram eliminados no setor.¹²

No período seguinte, a inflação voltou a patamares elevados, mas os bancos permaneceram atentos aos riscos de uma queda da lucratividade quando fosse alcançada a estabilização da economia. Diante disso, o ajuste em suas estruturas teve continuidade, traduzindo-se em diferentes iniciativas.

Do ponto de vista institucional, o ajuste passou por um processo de desregulamentação, iniciado em 1988, às vésperas da promulgação da nova Constituição, quando o Banco Central autorizou a criação dos bancos múltiplos e permitiu a entrada de novas empresas no setor com o fim da exigência de carta-patente. A criação dos bancos múltiplos (ou universais) era reivindicação, antiga, dos banqueiros, e na prática, permitiu que os bancos pudessem operar com uma estrutura administrativa e operacional menor e mais ágil. Tendo os bancos comerciais à frente, os conglomerados financeiros eram, antes dessa desregulamentação, obrigados a criar empresas para atuar em cada mercado específico de:

¹² Em contrapartida, a economia como um todo criou mais de um milhão de novos empregos com carteira assinada, o que amenizou o impacto dessa primeira onda de demissões no sistema financeiro.

investimentos, crédito imobiliário, financiamento ao consumidor, etc. Tais empresas, que na verdade operavam a partir do banco comercial, passaram a ser então carteiras ou departamentos deste.

A entrada de novos bancos no mercado deu-se, sobretudo mediante a transformação de corretoras e financeiras – em geral ligadas a grandes grupos empresariais – em bancos de pequeno ou médio porte.

De outro lado, tais mudanças vieram acompanhadas do aumento dos investimentos em automação. Estando, entre as primeiras empresas no país a fazer uso de computadores, os bancos, pautaram sua disputa no mercado pela busca de maior agilidade nas informações, característica reforçada pelos aprimorados esquemas de indexação que prevaleceram ao longo das últimas décadas. A partir de 1986, o processo de automação bancária perseguiu maior integração entre o banco e seus clientes, intensificando-se o uso de capital instalado desde o início da década. Acompanhado de consideráveis investimentos em telecomunicações, difundiu-se o uso de redes locais e sistemas *on line*, além dos serviços de auto-atendimento e *homebanking* e agências virtuais

Ao mesmo tempo, as estratégias de mercado foram redefinidas, com a criação de novos produtos e serviços. Houve retomada da captação de recursos no exterior, o desenvolvimento de ampla variedade de fundos de aplicação (renda fixa, commodities, ações, etc.), a estruturação de serviços de administração de patrimônios e de engenharia financeira, passando pela operacionalização de fusões, privatizações e aquisições de empresas. Deve-se ainda agregar a busca de diversificação patrimonial pelos principais grupos bancários, que se traduziu em investimentos em empresas do setor produtivo. É evidente que a opção entre essas estratégias variou conforme o nicho de mercado escolhido por cada banco, mas em todos os casos a visualização de um cenário de estabilização econômica foi decisiva para determinar o ritmo e a forma da reconversão perseguida.

No segmento estatal, as pressões advindas de um ambiente mais competitivo e as decorrentes da própria crise de financiamento do setor público levaram os bancos oficiais a iniciar um ajuste em suas estruturas, porém com ritmo e intensidade marcadamente diferenciados.

Desde o terceiro quartel do século passado, quando desmoronam as bases da chamada “era de ouro” do capitalismo e instaurou-se o novo momento na história econômica e política mundial, que Eric Hobsbawm (1995) denomina “décadas de crise”, um amplo processo de reestruturação do capital tem se desencadeado, buscando recriar em novas bases as condições da expansão capitalista.

As transformações em curso no capitalismo mundial, que resultam em um novo conjunto de relações internacionais e locais, atingem todas as esferas da vida social e se traduzem em mudanças na configuração espacial dos processos de acumulação de capital, na organização da produção e do consumo e no sistema de dominação política e ideológica do capital. A expansão sem precedentes dos mercados monetários internacionais e o domínio da esfera financeira no movimento geral do capitalismo, a introdução de agressivas modalidades produtivas para alcançar a máxima intensificação do trabalho, assim como as políticas de liberalização do comércio, de privatização do Estado e de ataque aos direitos do trabalho e à organização sindical são expressões da reestruturação e da mundialização contemporâneas do capital.

A natureza da atual crise capitalista e o significado das transformações econômicas, sociais, culturais, políticas e ideológicas que afetam a dinâmica do capitalismo contemporâneo têm sido objeto de muitas controvérsias entre os cientistas sociais que pensam esses movimentos, deflagrados “em período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza”, nas palavras de David Harvey (1993). O autor, apontando alguns dilemas teóricos para a apreensão da lógica desse processo, sugere que talvez o capitalismo esteja em um momento de transição entre um modo de acumulação de capital fordista-keynesiano e um novo regime de acumulação, chamado provisoriamente de “acumulação flexível”, Assim,

Não está claro se os novos sistemas de produção e de *marketing*, caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de mobilidade geográfica e de rápidas mudanças nas práticas de consumo garantem ou não o título de um novo regime de acumulação (...). Há sempre o perigo de confundir as mudanças transitórias e efêmeras com as transformações de natureza mais fundamental da vida política-econômica. Mas os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativos para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado regime de acumulação “flexível” uma reveladora maneira de caracterizar a história recente (HARVEY, 1993, p. 119).

No âmbito produtivo, a acumulação “flexível” combina formas sofisticadas de apropriação de mais-valia – apoiadas na teleinformática e em práticas de controle e gestão do trabalho que mistificam e obscurecem os mecanismos de dominação do capital – com formas mais antigas, baseadas no prolongamento da jornada de trabalho e no arrocho salarial, incrementando e aperfeiçoando a exploração capitalista de trabalho.

Os bancários, como milhões de trabalhadores atingidos pela reestruturação contemporânea do capital, experimentam a instabilidade do emprego e a intensificação do trabalho na sua vida cotidiana. Todavia, enquanto segmento da classe trabalhadora

diretamente vinculada aos movimentos comandados pelo capital financeiro – lidando na sua atividade diária com essa fração do capital que se valoriza conservando a forma dinheiro – os trabalhadores bancários vivem de modo singular as transformações do capitalismo mundializado.

Naturalmente todas essas mudanças produziram consequências no processo de trabalho bancário, com a intensificação e diversificação das tarefas exercidas pelos funcionários, a adoção de novas formas de gestão da mão-de-obra e mudanças nas regras de contratação e remuneração dos trabalhadores. A natureza dessas alterações e seu impacto no nível de emprego serão discutidos adiante.

Os problemas do setor bancário na década de noventa do século XX são derivados do próprio mecanismo de funcionamento do capitalismo financeiro global. Os mercados financeiros de meados da década foram, em parte, o resultado da revolução da sua tecnologia de informações que propiciou o aumento exponencial do giro de dinheiro.

O período marcado pela década de oitenta foi caracterizado por transformações financeiras nos países capitalistas centrais, tais como: a desregulamentação financeira, a proliferação de novos instrumentos e produtos, o surgimento de novos atores nos mercados de capital associado ao processo de institucionalização da poupança financeira, que alteraram profundamente o mundo das finanças no âmbito mundial e nacional.

No processo de transição para um sistema financeiro mais liberalizado, os bancos se deparam com o surgimento de novos concorrentes em atividades que lhes eram antes exclusivas. Este teor concorrencial das mudanças desencadeou um processo de concentração e reestruturação nos sistemas bancários, explicitados especialmente pelas fusões e aquisições no setor (FREITAS, 1999)¹³.

Um processo intenso de reorganização operacional e do trabalho desenvolve-se nos bancos para moldá-los ao modo através do qual o capital se reproduz na atualidade. Isso porque os movimentos recentes de liberalização econômica, desregulamentação e mundialização do capital, que converteram o sistema financeiro internacional em um “mega mercado único de dinheiro”, tiveram um efeito desestabilizador nos sistemas bancários nacionais. Como assinala Plihon (1999) a natureza especulativa do sistema financeiro internacional e sua frágil relação com a esfera produtiva ocasionaram uma forte queda na

¹³ Tal como aponta Freitas, o movimento de fusões e aquisições se realimenta na própria busca de ampliação da base de clientes e de negócios inerente à dinâmica concorrencial, apontando uma contínua tendência de diminuição do número de instituições bancárias e de aumento da concentração (FREITAS, 1998, p. 4).

participação dos bancos no financiamento das economias, tanto em países industrializados quanto naqueles situados na periferia do capitalismo mundial.

Swary e Topf (1993) destacam a adoção de medidas de desmantelamento da regulamentação protetora dos sistemas financeiros nacionais, no contexto de liberalização econômica, como fator importante de aumento da vulnerabilidade dos bancos. Segundo os autores, a desregulamentação expôs os sistemas bancários nacionais à concorrência de grandes grupos financeiros estrangeiros e de instituições não bancárias, que concentram elevadíssimas somas de capital monetário e se tornam centrais nos movimentos contemporâneos de expansão financeira.

De fato, na realidade capitalista que François Chesnais (1996) qualificou de “regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”, os bancos não são mais as instituições dominantes. Agora, os grandes investidores institucionais e organizações financeiras não-bancárias – tais como os fundos de pensão e as sociedades de investimento coletivo – lideram as transações nos mercados monetários mundiais.

Portanto, é para enfrentar esse atual ambiente financeiro e a intensificação da concorrência nos mercados nacionais e internacionais que se desencadeia um processo de reestruturação dos sistemas bancários em diversos países do mundo capitalista, desde os anos de 1980. Por um lado, esse processo estimula a concentração e a centralização de capital no setor, ao promover liquidações, privatizações, fusões ou incorporações de bancos. Por outro, implica em uma redefinição do perfil operacional das instituições bancárias, que se volta para os mercados de capital, desenvolvendo atividades puramente especulativas, diversificando serviços e produtos, utilizando novos instrumentos financeiros. Ao mesmo tempo, esses movimentos são acompanhados de medidas de reorganização produtiva que mudam as relações e condições de trabalho e significam precarização do emprego para grande contingente dos assalariados bancários.

Segundo enfatiza estudo da Organização Internacional do Trabalho, a crescente concorrência nos mercados monetários compele os bancos a se converterem em “empresas dinâmicas”, orientadas para os negócios. Nessa perspectiva, a concepção de novos produtos bancários, o desenvolvimento tecnológico e o maior investimento na qualificação da força de trabalho são pilares essenciais das opções mercadológicas dos bancos. A OIT aponta a tendência de aumento na proporção de pessoal com grau mais elevado de educação formal e alta capacitação técnica no setor bancário mundial, enquanto se reduz a participação de trabalhadores em funções administrativas, consideradas menos qualificadas do ponto de vista da divisão capitalista do trabalho.

Diversos estudos sobre os sistemas financeiros de países capitalistas centrais detectam um deslocamento das atividades administrativas para as comerciais nos bancos, privilegiando o contato com o cliente e sofisticando a prestação de serviços financeiros. Dressen e Roux – Rossi (*apud* JINKINGS, 2004) ao analisarem transformações recentes nos bancos franceses, destacam o “declínio da cultura administrativa”, baseada em tarefas rotineiras e no tratamento impessoal, em favor da “cultura do bancário em contato com o cliente”, o bancário-vendedor. Os bancos franceses, objetivando desenvolver sua ação nos negócios e na venda de “produtos” e serviços, automatizam, terceirizam ou integram às atividades de vendas grande quantidade de tarefas administrativas.

No Brasil e em outros países da América Latina, a reorganização dos sistemas financeiros nacionais desenvolveu-se no contexto da adoção de medidas de liberalização comercial, desregulamentação financeira e privatização da economia, ao longo dos anos de 1990. Tais medidas, que permitiram uma significativa ampliação dos fluxos de capitais estrangeiros na região, atrelavam cada vez mais as políticas econômicas e monetárias desses países aos dinamismos das economias hegemônicas e os inseriam de modo subordinado, aos movimentos da mundialização financeira.

Como assinalam Freitas e Prates (1998), no decorrer da década observou-se uma forte expansão de grupos financeiros estrangeiros na América Latina viabilizada pelas políticas de abertura econômica e estimulada pela pressão concorrencial nos mercados financeiros mundiais. Tomava vulto um processo de fortalecimento do grande capital privado transnacional nos sistemas bancários de países da região, com o aumento expressivo da participação estrangeira nesses sistemas, o recrudescimento da concentração e da centralização de capital no setor e o desenvolvimento de programas de privatização de instituições bancárias estatais.

No sistema bancário brasileiro, os movimentos recentes que levam a um crescente poder do capital privado transnacional ficam muito evidentes quando observamos os dados contidos em relatório do Banco Central sobre a participação dos bancos no total dos ativos do sistema, entre 1988 e 2000. Segundo o relatório, em dezembro de 1988 os bancos com controle estrangeiro no Brasil respondiam por 9,62% dos ativos totais no sistema bancário nacional, enquanto que no final do ano 2000 esse percentual alcançava 33,11%. Ainda o referido relatório mostra que entre os 10 maiores bancos até março de 2001, seis eram controlados pelo capital estrangeiro. Essa crescente participação externa no setor decorreu, especialmente, da aquisição e/ou incorporação de bancos privados nacionais e de instituições estatais.

Como informam os dados do Banco Central, o fortalecimento do capital estrangeiro foi acompanhado por um encolhimento dos segmentos privado nacional e público, cuja participação no total de ativos do sistema recuou de 55,85% para 42,56% e de 33,53% para 24,33%, respectivamente, entre 1988 e 2000. No que concerne aos bancos públicos, essa participação permanece relativamente elevada, apesar do intenso processo de privatização e de liquidação de instituições que reduziu de modo drástico o sistema estatal bancário, em razão da presença do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que representam mais de 25% do total dos ativos do setor bancário.

Em análise das implicações da mundialização financeira sobre a representação de classe do empresariado financeiro, Minella (*apud* JINKINGS, 2004) assinala que o grau de concentração de recursos no país sob controle de alguns grandes grupos financeiros privados confere a esses grupos, não apenas o poder econômico de gerenciar um gigantesco fluxo de capital, mas também poder político quanto à definição de políticas macroeconômicas.

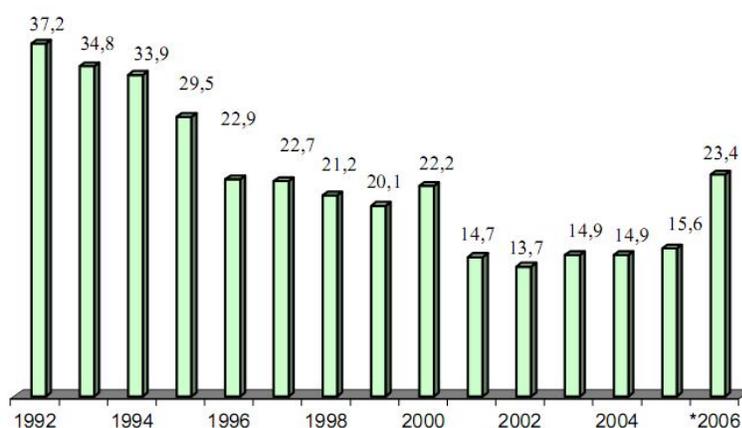
A concentração de poder econômico e político é relacionada por Gonçalves (1999) com a concentração de capital e o crescimento dos fluxos de capital estrangeiro no país, na década presente. Conforme o autor, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o país experimentou um processo veloz e profundo de privatização e de “desnacionalização da economia brasileira”, que fortalece o poder econômico e político do grande capital privado transnacional.

Especialmente após a implementação do programa de estabilização monetária conhecida como “Plano Real”, em meados dos anos 1990, aprofundou-se a reestruturação do sistema bancário brasileiro. De modo semelhante aos processos desencadeados nos países capitalistas centrais ao longo da década de 1980, no Brasil os “ajustes” no sistema bancário direcionam-se para a redução de custos operacionais – apoiada na intensificação tecnológica e na terceirização – e a concepção de novas estratégias mercadológicas, baseadas na diversificação e sofisticação de produtos e serviços.

Numa conjuntura de estabilização monetária relativa e de intensificação da concorrência, especialmente em face da presença de grandes grupos financeiros internacionais no mercado interno, a expansão das atividades de negócios converteu-se em condição imprescindível de sobrevivência dos bancos, segundo a interpretação dos banqueiros e assessores da área. Paralelamente instituem-se ajustes organizacionais fundamentados na tecnologia informacional e microeletrônica, em práticas flexíveis de remuneração e de contratação da força de trabalho e na adoção de programas de “qualidade total”. Tais movimentos de reorganização produtiva implicam profundas modificações nos ambientes

laborais das instituições financeiras, afetando dramaticamente o emprego bancário e hipertrofiando uma população trabalhadora excedente no setor. Dos cerca de um milhão de bancários regularmente contratados no setor, em meados da década de 1980, restavam cerca de 390 mil ao término do ano 2000, segundo dados do DIEESE demonstrados a seguir no gráfico 1, destacando os bancos Banespa, Santander e Bamerindus:

GRÁFICO 1
Número de funcionários do Banespa
1992 – 2006
(em milhares)



Fonte: DIEESE (2008) Em 2006, o número refere-se ao Grupo Santander do Brasil

Gráfico 1 – Número de funcionários do Banespa 1992-2006

TABELA 1
Número de funcionários dos bancos Unibanco e Bamerindus no mês de dezembro
1994 a 2006

Banco	dez/94	dez/95	dez/96	dez/97	dez/98	dez/99	dez/00	dez/01	dez/02	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06
Unibanco	17.034	28.543	24.918	22.785	19.500	17.390	25.219	29.704	26.739	27.625	27.408	29.504	32.956
Bamerindus*	30.434	28.127	22.950	23.756	21.196	18.845	18.845	19.472	20.882	24.582	27.981	28.734	27.724

Fonte: Relatório de Administração dos Bancos
Elaboração: subseção DIEESE Contra/SP
Nota: * A partir de 1997 HSBC Bamerindus

Neste mesmo período destacamos a participação dos cinco maiores bancos sobre o ativo total do setor Bancário (tabela 2) e, o lucro Líquido dos 11 maiores bancos no período de 1994-2006, conforme (gráfico 2).

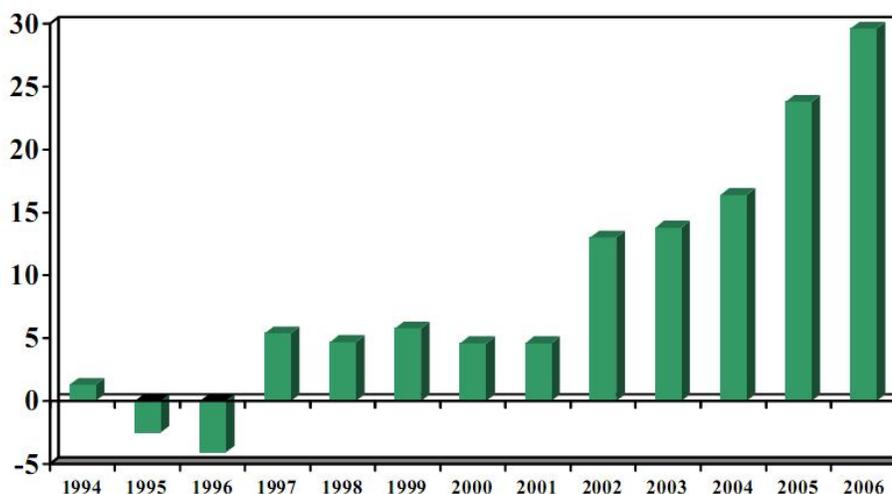
TABELA 2
Participação dos cinco maiores bancos sobre o Ativo Total do Setor Bancário
2002 - 2006

Data	Dez/2002	Dez/2003	Dez/2004	Dez/2005	Dez/2006	*Dez/2006
Participação	51,3%	53,9%	51,6%	51,3%	53,5%	58,7%

Fonte: Banco Central do Brasil – Consolidado Bancário I e II

Elaboração: Subseção DIEESE SEEB/DF

Nota: *Estimativa a partir da aquisição do ABN Amro Real pelo Santander



Fonte: BCB, AustinAsis, Balanço dos Bancos

Elaboração: Rede Bancários do DIEESE

Gráfico 2 – Lucro Líquido dos 11 maiores bancos 1994-2006

De fato, as potencialidades do desenvolvimento tecnológico e científico da atualidade são revertidas em simples ferramentas das estratégias de mercado e de reorganização do trabalho no âmbito bancário. Com o suporte teleinformático, desativam-se os grandes centros de processamento de dados, de serviços e de compensação que reuniam numerosos contingentes assalariados nos anos de 1960, 1970 e de 1980. Paralelamente, o movimento de migração do tradicional atendimento nas agências bancárias para o atendimento eletrônico – através de centrais telefônicas, caixas automáticos, internet e sistemas *home banking*¹⁴- e a progressiva substituição do “papel-dinheiro” pelo cartão magnético converte as agências em lojas informatizadas de “produtos” e serviços financeiros.

As mudanças nas condições de trabalho repercutem também nos traços constitutivos dos bancários, enquanto categoria profissional. As medidas de reestruturação dos bancos

¹⁴ Sistemas eletrônicos que permitem a conexão do computador do cliente ao do banco.

excluem, com maior frequência, os trabalhadores considerados menos qualificados ou não adaptados aos princípios empresariais da “qualidade total” e da “excelência” do atendimento ao cliente. Vão sendo demitidos, prioritariamente, os bancários responsáveis por tarefas de infra-estrutura de apoio ou de atendimento simplificado, postos de trabalho que são continuamente substituídos por máquinas automatizadas ou por trabalhadores subcontratados pelos processos de terceirização. Simultaneamente, são valorizados os profissionais com capacidade de gerenciamento, hábeis em vendas e capazes de compreender os movimentos do mercado financeiro, aptos a um atendimento personalizado aos clientes preferenciais dos bancos, com alto rendimento e potencial investidor.

A atual ênfase dos bancos na “excelência” do atendimento, como forma de diferenciação mercadológica e na venda de “produtos” e serviços financeiros como importante mecanismo de rentabilidade, se faz acompanhar de uma redefinição da identidade profissional do bancário alocado nas agências, postos e centrais de atendimento. Ele converte-se em bancário-vendedor, que deverá estar capacitado a um atendimento integral ao cliente. Seja compondo equipes, seja atuando individualmente, os bancários-vendedores são compelidos a vender títulos, seguros, aplicações e todos os demais “produtos” e serviços disponibilizados, mediante metas impostas pela administração dos bancos.

Nas instituições bancárias estatais, sucessivas medidas de reorganização produtiva destinam-se a convertê-las em empresas lucrativas, adaptadas ao cenário de mundialização financeira, atraentes ao capital privado transnacional. É um movimento que, em geral, antecede os processos de privatização desses bancos, no quadro da desmontagem do sistema bancário estatal brasileiro implementada no governo FHC. Nele, programas que visam à máxima produtividade do trabalho sucedem-se febrilmente, inspirados nas experiências de grandes bancos privados.

Um conjunto de inovações tecnológicas e gerenciais sustenta, sistematicamente, os movimentos de ajustes operacionais e organizativos desses bancos, permitindo a extinção de postos de trabalho, reduzindo o porte de unidades e de pontos de atendimento, disseminando o medo e a ansiedade nos locais de trabalho. Em particular, a implementação de programas de pressão à aposentadoria ou demissão – Programa de Desligamento Voluntário (PDV) – e as transferências arbitrárias de bancários converterem-se em instrumento importante de redução da força de trabalho ali empregada e do desmonte do setor bancário estatal no país.

Esse processo complexo de transformações nos bancos engendra modificações importantes também nas relações de poder que se desenvolvem nos ambientes laborais. Paralelamente a inovações tecnológicas e organizacionais características do padrão produtivo

na era da acumulação flexível, as instituições financeiras praticam novas formas de controle e gestão do trabalho que tentam obter [pela] a adesão dos trabalhadores ao projeto contemporâneo de reprodução capitalista.

Mascarando seus instrumentos coercitivos, os mecanismos do poder organizacional nos bancos instituem artifícios diversos para disciplinar e intensificar o trabalho, por meio de programas de “qualidade total” e de “remuneração variável”. O estabelecimento de metas e a premiação salarial por produtividade, a criação de equipes “de qualidade” nos locais de trabalho para, supostamente, estimular a participação dos bancários em decisões relativas ao processo de trabalho, as campanhas de vendas de “produtos”, além do desenvolvimento de um sistema intenso e sofisticado de comunicação banco-trabalhador são estratégias concebidas para aperfeiçoar as condições do controle e da dominação do trabalho na atualidade.

O modo contemporâneo de gestão e controle do trabalho recria padrões de dominação de classe que substituem a rígida hierarquia e o despotismo aberto do regime de acumulação do capital fundado no *taylorismo*-fordismo, tentando construir um tipo de trabalhador integrado ideologicamente ao capital. Tratam-se do desgaste não puramente físico, mas o psíquico em situação limite, podendo afirmar que este método Taylorismo-fordismo de produzir e reproduzir as relações expressa um atraso histórico quando comparado com o avanço propiciado pelo método pautado na maquinaria.

A disciplina e o controle do trabalho ficam obscurecidos por meio dessas políticas de gestão, chamadas de “participativas”, que se apresentam como instrumentos de democratização dos ambientes laborais. De fato, as novas práticas gerenciais buscam construir uma aparente identidade de interesses entre capital e trabalho e perseguem a adesão absoluta do trabalhador às estratégias mercadológicas das empresas. O discurso patronal, cotidianamente difundido nos órgãos de comunicação interna das empresas ou nos programas de treinamento, ressalta os desafios da concorrência e chama a colaboração e a mobilização de seus assalariados em face dos projetos empresariais.

Por meio da constituição de equipes de trabalhadores vinculadas aos programas de “qualidade total” – cuja principal incumbência seria conceber formas produtivas mais racionais – do treinamento de trabalhadores instrutores da “qualidade” e de seus princípios, da criação de concursos e campanhas para premiação de idéias e sugestões inovadoras relacionadas ao processo e às relações de trabalho, as novas práticas gerenciais visam incorporar o saber prático acumuladas no cotidiano laboral, usando-o em proveito do capital. Ao mesmo tempo, objetivam eliminar resistências, buscando assegurar a obtenção da eficácia e da produtividade máxima do trabalho.

É nessa perspectiva que inovados atributos são incorporados à qualificação do trabalho no movimento contemporâneo de reestruturação produtiva, que introduz processos laborais mais integrados e formas sistêmicas de organização do trabalho. Novos conceitos difundidos no mundo empresarial ressaltam a necessidade de uma formação geral e polivalente no âmbito da empresa flexível e remetem a uma redescoberta da “valorização do trabalhador”. Entretanto, como analisa Hirata (apud Jinkings1999), elementos implícitos, informais, adquire muitas vezes proeminência sobre componentes formais da qualificação, relativos à educação escolar e profissional, instalando-se nos ambientes laborais um estado de insegurança e instabilidade, no qual a valorização de atributos como colaboração, mobilidade e engajamento orienta políticas de admissão, treinamento, promoção e demissão.

A busca de novos padrões de acumulação diante da crise contemporânea do capital resultou na emergência de modelos de racionalização do trabalho alternativos ao taylorista/fordista. Esses movimentos de reorganização produtiva, que decorrem diretamente das atuais exigências da concorrência intercapitalista e da mundialização contemporânea do capital, buscam também controlar as lutas da classe trabalhadora, ao incorporarem temáticas anteriormente formuladas nas reivindicações e revoltas operárias.

Nos bancos, como em outros segmentos da classe trabalhadora, a pressão por produtividade apresenta-se diluída e mistificada pelas “leis” do mercado e exigências atribuídas à concorrência interbancária e aos clientes. Da mesma forma, os mecanismos de dominação entranhados nos programas de “qualidade total” e “remuneração variável” atuam para mascarar e intensificar a exploração capitalista do trabalho nos ambientes bancários. Pois, ao criar equipes de qualidade, organizando campanhas de vendas de “produtos” e serviços determinando metas de produtividade individuais e coletivas, estabelecendo um sistema complexo de premiações e punições, esses programas constituem-se em importante instrumento da gestão do trabalho nos bancos. O controle burocrático tem sua importância reduzida nesse cenário, no qual predominam a ansiedade e o medo, a sobrecarga de trabalho, bem como artifícios gerenciais para fragilizar a luta sindical e os laços de solidariedade entre trabalhadores, este horizonte diário de superexploração do trabalho é possível visualizar na tabela a seguir por meio dos dados apresentados pela FEBRABAN:

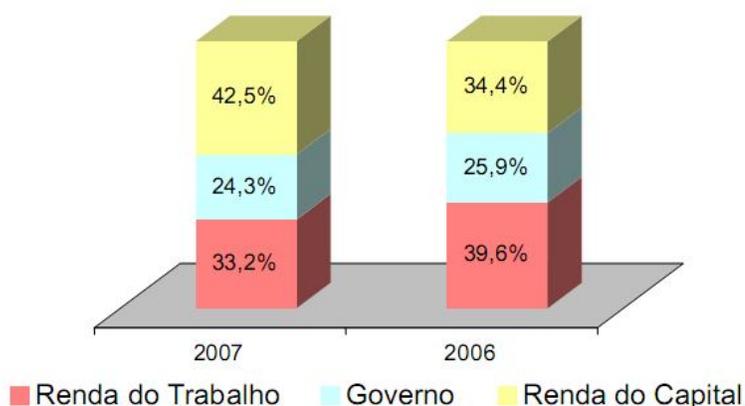
Tabela3 – Distribuição do Valor adicionado Brasil 2006 e 2007

	2007 ⁽¹⁾	2006	Evolução Real ⁽²⁾
Recursos Humanos	45.510	36.662	18,8%
Salários e Honorários	24.620	20.181	16,8%
Encargos sociais (30%)	12.310	10.090	16,8%
Benefícios (10%)	4.103	3.363	16,8%
Participações (funcionários e minoritários)	4.477	3.028	41,6%
Governo	33.212	23.977	32,6%
Despesas tributárias	12.015	9.135	25,9%
IRPJ e CSLL	11.964	7.274	57,5%
INSS sobre salário (22,5%)	9.233	7.568	16,8%
Líquido para Acionistas	58.176	31.851	74,9%
Dividendos distribuídos	14.627	8.256	69,6%
Lucro retido	43.881	24.768	69,6%
Prejuízos	(332)	(1.173)	79,4%
TOTAL	136.898	92.490	41,7%

Fonte: Austin Asis/Relatório Social dos Bancos 2007 – Febraban
 Notas: (1) em 2007, os dados são de 150 bancos, contra 147 em 2006
 (2) Valor deflacionado pelo IPCA/IBGE de 2007, igual a 4,46%

A partir do momento que a exploração da força de trabalho aumenta é possível verificar a ampliação da Renda do Capital e a redução da renda do trabalhador e do governo.

GRÁFICO 1
Distribuição da riqueza no setor bancário
2007/2006



Fonte: Relatório social da Febraban/2007
 Elaboração: DIEESE Subseção Seeb-DF
 Obs.: Em 2007, os dados são de 150 bancos

Gráfico 3 – Distribuição da riqueza no setor Bancário 2007-2006

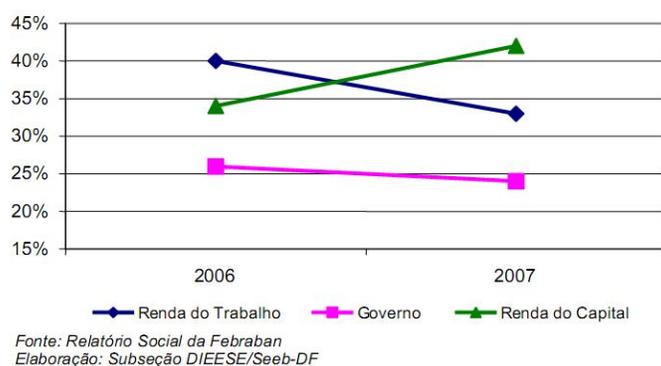


Gráfico 4 – Evolução da participação da riqueza do setor bancário 2007-2006

Este movimento de aumento da lucratividade do capital privado e a redução da renda do trabalhador e do processo de privatização das agências bancárias públicas é parte constitutiva concreta das refrações ocorridas na esfera do capital financeiro.

2.6 O Impacto da Reestruturação Produtiva e da Reforma do Estado no Capital Financeiro

A partir de 1970, momento em que as políticas de liberalização, desregulamentação e privatização impulsionaram o processo de reestruturação produtiva nos diversos setores da economia brasileira, desencadeou-se um movimento complexo e acelerado de transformações no sistema financeiro nacional. A subordinação à dinâmica financeira internacional e aos interesses do capital privado de tal movimento resultou em alterações profundas nas condições dos espaços de trabalho que os bancários materializaram suas experiências, nas formas de contratação, nas condições que executam suas atividades e nas remunerações que recebem. É neste momento que o projeto do Banco Mundial interfere no setor financeiro internacional sobre o nacional, impulsionando o projeto da reforma do sistema financeiro (JINKINGS, 2002).

Alves (2005) aponta que o novo padrão bancário, baseado na reestruturação produtiva, na desregulamentação do sistema e nas inovações, com novos produtos e serviços no setor, veio a ser considerada condição de sobrevivência para qualquer centro financeiro mundial inserir-se no sistema global integrado por um sistema telemático instantâneo em que:

“o referido processo de reestruturação dos bancos é compreendido como uma das características constitutivas do processo de reestruturação do próprio capitalismo mais amplo e complexo do que ocorre no âmbito dos espaços produtivos; trata-se de um processo de intensificação da internacionalização do capital, acompanhado pela expansão do ideário neoliberal” (SEGNINI, 1999, p. 186 *apud* ALVES, 2005, p. 83).

O sistema financeiro nacional, diante do processo de reestruturação produtiva, foi reformulado em conformidade aos movimentos dos mercados globais de capitais, viabilizados por políticas de liberalização e desregulamentação da economia. Dessa forma, no Brasil adotaram-se os princípios neoliberais e o programa de reformas e de ajuste econômico global, compendiado no Consenso de Washington.

Em novembro de 1989, reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo norte-americano e dos organismos financeiros internacionais sediados neste espaço geográfico: o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), especializados em assuntos latino-americanos. O objetivo do encontro, conforme Batista (1994)¹⁵, convocado pelo Institute for International Economics, sob o título “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?”, era proceder a uma avaliação das reformas econômicas empreendidas nos países da região. Para relatar a experiência de seus países também estiveram presentes diversos economistas latino-americanos. Às conclusões dessa reunião é que se daria, subsequentemente, a denominação informal do “Consenso de Washington”.

Haja vista o encontro ser caracterizado por uma “natureza informal”, com formato acadêmico e sem caráter deliberativo, a reunião oportunizou a coordenação de ações por parte de entidades com importante papel nessas reformas. Foi de uma significação simbólica maior que, muitas reuniões oficiais no âmbito dos foros multilaterais regionais. Conforme ressalta (BATISTA, 1994, p. 6):

O valor do Consenso de Washington está em que reúne, num conjunto integrado, elementos antes esparsos e oriundos de fontes diversas, às vezes diretamente do governo norte-americano, outras vezes de suas agências, do FMI ou do Banco Mundial. O ideário neoliberal já havia sido, contudo, apresentado de forma global pela entidade patrocinadora da reunião de Washington – o Institute for International Economics – numa publicação intitulada *Towards Economic Growth in Latin America*, de cuja elaboração participou, entre outros, Mário Henrique Simonsen. Não se tratou no *Consenso de Washington*, de formulações novas, mas simplesmente de registrar, com aprovação, o grau de efetivação das políticas já recomendadas, em diferentes momentos, por diferentes agências. Um consenso que

¹⁵Trabalho publicado originalmente in Barbosa Lima Sobrinho e outros autores, Em defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público, São Paulo: Paz e Terra, 1994. Foi republicado posteriormente pelo Programa Educativo Dívida Externa – PEDEX como Caderno Dívida Externa, n. 6, em setembro de 1994.

se estendeu, naturalmente, à conveniência de se prosseguir, sem esmorecimento, no caminho aberto.

A avaliação do Consenso de Washington abrangeu dez áreas: disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação e propriedade intelectual. Esses campos de ação convergem para dois objetivos básicos: a drástica redução do Estado, e a corrosão do conceito de nação e por outro lado, o máximo da abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Batista (1994, p. 18) é incisivo: “tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado autoregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas.”

Para Bresser – Pereira (2012) as deliberações do Consenso de Washington, trata-se de uma ortodoxia convencional além de ser uma estratégia importada baseada na desregulação dos mercados, no crescimento com poupança externa, em altas taxas de juros e em taxas de câmbio sobrevalorizadas. Para Pereira (2012, p. 39), Washington “propôs um ‘consenso’” formado a partir de um grupo de políticas macroeconômicas ortodoxas e reformas institucionais orientadas para o mercado. Aqui, entende-se que a pluralidade das dez áreas afetou, sobremaneira, o sistema financeiro nacional. Uma das dimensões para ser materializado, presente no Consenso, foi o processo de privatizações. Esta ação afetou, profundamente, a classe trabalhadora, em particular, a categoria dos bancários.

Ao entender a “mundialização financeira” como um conjunto de políticas que traduzem a iniciativa de uma potência dominante, os Estados Unidos, que se propõe exercer um papel hegemônico em relação aos seus parceiros e competidores, não há como evitar a conclusão de que o avanço desse processo implica em perda relativa de autonomia da maioria dos Estados Nacionais. Foi o que aconteceu no caso do Brasil (TAVARES, 1997).

2.6.1 A Virada fatal do capital financeiro na década de 1990 no Brasil

O governo brasileiro aderiu aos ditames do capital financeiro internacional via o Consenso de Washington. Inicia-se uma era de privatizações. Por delegação do Governo Federal, em 1990, o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento) foi nomeado gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND, depositário legal das ações das empresas incluídas no referido Plano. As privatizações estaduais começaram a ocorrer a partir de 1996. Quando solicitado, o BNDES forneceu assistência técnica na condução dos processos de privatização estaduais (BRASIL, 2014). Nas palavras de (DÓRIA, 2013, p. 15):

De 1994 a 2002, o Brasil viveu tempos peculiares. Pagou para vender suas empresas e pagou para reeleger seu presidente. Nunca antes na história deste país houve coisa igual. As páginas seguintes revelam como isso aconteceu quem levou vantagem e quem pagou a conta. E por que os brasileiros, ainda hoje, desconhecem os donos das mãos que se enfiaram em seus bolsos naqueles oito anos. Para melhor entendimento da tragédia, antes da história uma historinha:

Imagine que seu síndico na reunião de condomínio, proponha a venda daquele galpão lá dos fundos da área comum que, na argumentação dele, só serve para atulhar os condôminos de dívidas, com chamadas extras para conservação e pintura e outras despesas. A assembléia acha razoável. Ele observa, porém, que o negócio deve ser atraente. Então, além do terreno e do prédio, o comprador levará todas as máquinas, móveis materiais e ferramentas que estiverem no galpão. Mesmo assim, adverte, não há garantia de cativar os interessados. Será preciso tornar a proposta ainda mais tentadora. ‘Há gente que quer comprar, mas não tem o dinheiro’, repara. E sugere: ‘Sabem o nosso fundo de reserva? E se emprestássemos o valor para que, assim, o comprador possa nos livrar daquela coisa inútil, que apenas consome os nossos recursos?’ E a assembléia aprova o negócio.

O terreno e o galpão são passados adiante por R\$ 50 mil. Financiados. Algum tempo depois, a propriedade vale quase 60 vezes mais, ou seja, R\$ 3 milhões. Valorização de 5.940%. A principal pergunta que ocorre aos condôminos é: terá levado o síndico alguma vantagem na venda ou apenas foi estúpido? Essa é a dúvida. A certeza é que ele jamais será síndico novamente.

O síndico, o condomínio, os condôminos, o terreno e o galpão são fictícios. “O que não é de faz de conta é a história.”

A criação do PND deu-se através da Lei 8.031/90, que apresentou a privatização como parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo Governo do então presidente Fernando Collor de Mello. Conforme Brasil (2014), o referido programa concentrou esforços na venda de estatais produtivas, com a inclusão de empresas siderúrgicas, petroquímicas e de fertilizantes. Neste período, a prioridade para o ajuste fiscal traduziu-se na maciça utilização das chamadas “moedas de privatização” – títulos representativos da dívida pública federal – na compra das estatais.

Faz-se saber que, os anos de 1993 e 1994, no intuito de ampliar e democratizar o Programa foram realizadas mudanças na legislação para permitir a ampliação do uso de créditos contra o Tesouro Nacional como meios de pagamento, a venda de participações minoritárias, detidas direta ou indiretamente pelo Estado, e a eliminação da discriminação contra investidores estrangeiros, permitindo sua participação em até 100% do capital votante das empresas a serem alienadas.

A partir do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a maior prioridade de estratégia de governo é conferida à privatização. O PND é apontado como um dos principais instrumentos de reforma do Estado, sendo parte integrante do Programa de Governo. Foi criado o Conselho Nacional de Desestatização – CND, em substituição à Comissão Diretora. Nesse cenário, os serviços públicos são transferidos ao setor privado, em

que pese as manifestações realizadas pelos setores de eletricidade e concessões na área de transportes e telecomunicações. Esse íterim é caracterizado também pelo início do processo de desestatização de empresas estaduais, a cargo dos respectivos estados, ao qual o Governo Federal dá suporte. (BIONDI, 2000)

O sistema bancário começa a assistir a um desmonte da presença dos bancos públicos na atividade bancária do país. O ano de 1997 foi um marco para o setor financeiro. Realizaram-se as primeiras venda do PND do setor financeiro. Estatais como os bancos BANERJ, Credireal e Meridional foram leiloados. Assim,

Os grandes bancos nacionais e estrangeiros entraram na disputa para ver quem ficaria com a maior fatia do mercado com a venda dos bancos estaduais. O Bradesco, maior banco privado nacional, comprou cinco instituições financeiras, o Credireal de Minas Gerais, o Banco da Bahia (BANEB), o Banco do Amazonas (BEA), o Banco do Maranhão (BEM) e o Banco do Ceará (BEC). Mas o Itaú, o segundo maior banco privado nacional, também comprou importantes instituições financeiras, como: o Banco do Estado do Rio de Janeiro (BANERJ), o Banco de Minas Gerais (BEMGE), o Banco do Paraná (Banestado) e o Banco do Estado de Goiás (BEG). Os grandes grupos financeiros estrangeiros, como o espanhol Santander, por exemplo, também entraram nessa disputa ao arrematar, em novembro de 2000, o maior e mais importante banco estadual do país: o Banco do Estado de São Paulo (BANESPA). Esse movimento de reestruturação do sistema bancário nacional foi tornando o setor menos público (SILVA, 2006, p. 17).

Biondi (2000) apresenta dados oficiais que facultam a elucidação para o desmando durante o processo de vendas das empresas financeiras, que resultaram sim, em maior eficiência econômica (leia-se lucro!), não obstante à custa da classe trabalhadora. Para o caso do BANERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro), por exemplo, Biondi (2000) afirma que para privatizá-lo o governo assumiu todos os compromissos futuros do plano de pensão dos funcionários. Para isso, o então governador Marcello Alencar tomou um empréstimo de 3,3 bilhões de reais, mesmo sabendo que o banco seria vendido por apenas 330 milhões de reais, isto é, um preço dez vezes menor. Valor pago em “moedas podres”, negociadas no mercado com desconto de 50%, ou seja, 330 milhões de reais representavam mesmo, no final das contas, apenas 165 milhões de reais. Vinte vezes menor, para livrar os futuros “compradores” de futuros gastos.

Este negócio em favor do setor privado, garantindo no momento da transição de compra e venda vantagens às quais:

nunca se fala, de que desfrutam os ‘compradores’ de bancos estatais, à custa da Receita Federal, do pagamento de impostos. Eles podem utilizar os prejuízos que os bancos estatais ‘comprados’ por eles tenham sofrido nos últimos anos e acumulado nos balanços. Utilizar como? Eles podem “pegar” esse prejuízo e subtraí-lo do seu

próprio lucro, reduzindo-o e, portanto, diminuindo também o Imposto de Renda que deveriam pagar. Com esse mecanismo, chamado de 'crédito tributário', o banco 'comprador' do gaúcho Meridional pode utilizar um prejuízo de 230 milhões de reais (do banco 'comprado') em seu benefício. Quanto ele havia pagado pelo Meridional? Apenas 267 milhões de reais. Como utilizou os 230 milhões de reais, o seu 'gasto' para comprar o banco seria, na verdade, de meros 37 milhões de reais (BIONDI, 2003, p. 16).

Quando comparada com outras experiências já realizadas internacionalmente deparamos com resultados negativos no caso brasileiro. A experiência do processo de privatização vivenciada na Inglaterra trilhou outros caminhos quando comparado com a experiência brasileira. Com a primeira-ministra Margaret Thatcher, a privatização, "filha" da política neoliberal, teve seu ponto de partida. A conhecida "dama de ferro" fez tudo diferente do governo de FHC (1995-2002). Haja vista, a privatização inglesa não representou a doação de empresas estatais a preços baixos, a poucos grupos empresariais. Biondi (2003) assegura que o objetivo inglês foi "pulverizar" as ações. A ideia era transformar o maior número possível de cidadãos ingleses em "donos" de ações, acionistas das empresas privatizadas. Itália e França tinha a mesma perspectiva. No caso francês, por exemplo, nada menos de 4 milhões de franceses compraram ações, graças aos atrativos oferecidos pelo governo.

A experiência internacional demonstrou que a estratégia implantada pelo Governo brasileiro, principalmente a partir de 1997, de preços baixos e financiamento dos "compradores" (alegando não haver outra possibilidade) é irreal. Biondi (2003) questiona por um lado, a atitude autoritária do governo nacional em transferir o patrimônio público, acumulado ao longo de décadas, a poucos grupos empresariais que nem sequer tinham dinheiro para pagar o Tesouro, por outro lado, vivenciávamos a ausência da reação da sociedade organizada. Ao mesmo tempo, tudo indicava que, devido às informações quanto ao processo das privatizações não circulavam em sua veracidade, o governo e os meios de comunicação brasileiros estavam aliados.

Há que se considerar outro agravante para a medida adotada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), diferentemente dos países citados, no aspecto da 'pulverização' das ações das empresas privadas: conforme os dados informados pelo Valor Econômico (2006), as dívidas do governo com os trabalhadores, em relação ao FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e do PIS/Pasep (Plano de Integração Social / Programa de Formação de Patrimônio do Servidor Público) são na ordem de 160 bilhões. Dinheiro utilizado para financiar projetos diversos. Biondi (2003, p. 22) assevera:

se todos os trabalhadores brasileiros fossem sacar seu PIS ou FGTS simultaneamente, descobririam que não poderiam receber, porque está 'faltando' aquele dinheiro, utilizado pelo governo. Isto é: quando se diz que o governo deve a cada João, a cada Maria, a cada Antonio, a cada Joana brasileiros não é mera força de expressão. É a pura verdade. O governo poderia ter finalmente pago essa dívida aos brasileiros, entregando-lhes ações estatais. Essa hipótese existia no governo Itamar Franco, quando o BNDES planejava privatizar as estatais usando 'moedas sociais' (ou seja, FGTS, PIS/Pasep). Com a posse de Fernando Henrique e sua equipe, a proposta foi abandonada, para alegria de grupos empresariais.

Biondi (2003) considera que o trabalhador brasileiro foi “duplamente lesado”, pois continuou vítima do “calote” do governo no FGTS e no PIS/Pasep. E ficou sem as estatais, das quais já era dono. A cooperação entre Estado e mercado no capitalismo é a regra; o conflito entre eles, quando acontece, é a exceção. Em geral, as políticas do Estado capitalista, “ditatorial” ou “democrático”, são construídas e conduzidas no interesse e não contra o interesse dos mercados; seu efeito principal é garantir a segurança e a longevidade do domínio do mercado. É preciso sublinhar que: “os dois elefantes, o Estado e o mercado, podem lutar entre si ocasionalmente, mas a relação normal e comum entre eles, num sistema capitalista, tem sido de simbiose” (ZYGUMUNT, 2010, p. 30).

Em face desse contexto de inspiração do receituário neoliberal, levadas a cabo pelo Estado brasileiro, principalmente nos anos de 1990, as empresas privatizadas intensificam o ritmo das mudanças, esforçando-se para tornarem-se ainda mais aptas a enfrentar as regras de uma economia regulada, particularmente, pelo mercado.

No entanto, o mundo do trabalho têm demonstrado como a implantação de novas técnicas produtivas vêm acarretando a deterioração das condições de trabalho, a intensificação do ritmo produtivo e o aumento da exploração do trabalho. A questão que se torna relevante, então, é compreender como os trabalhadores, vêm vivenciando essas novas condições, marcadas por formas flexíveis de trabalho, e de que modo essas mutações vêm afetando a sua forma de ser.

Frente às novas determinações do mundo do trabalho, baseadas na; flexibilidade, terceirização dos serviços, uso de tecnologias avançadas, trabalho em equipe fundamentada no envolvimento pela “participação” (ação manipuladora e alienante), estão imbricadas na reestruturação produtiva no setor financeiro. Em que os trabalhadores têm sofrido consequências concretas nas relações entre capital/trabalho através da intensiva efetivação de um conjunto de medidas de ataque aos direitos e conquistas históricas dessa classe. Pertencem à esse cenário a objetivação que a subjetividade do trabalhador esteja à disposição do capital, trabalho polivalente, multifuncional, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre as diversas empresas

O processo de precarização do trabalho e a constituição do precário mundo do trabalho são traços peculiares à forma inovada do capital nas condições de mundialização financeira. Observa-se no setor bancário que a acirrada concorrência inaugura uma corrida aos grandes investimentos em infra-estrutura, telecomunicação e automação bancária. A política adotada pelo governo de FHC continua com os governos que os sucederam. Segundo dados da Federação Brasileira de Associações de Bancos (Febraban), foram investidos mais de 3,5 bilhões de reais em tecnologias de informação. O número de usuários de home/Office banking passou de 3 milhões, em 1998, para mais de 6,6 milhões em 2002. Dessa forma, segundo dados da mesma entidade, mais de 60% de todas as transações bancárias feitas ocorreram sem intervenção direta de trabalhadores.

Para entrarmos no universo particular que abrange e delimita nosso objeto da dissertação, passaremos, no próximo capítulo, a perscrutar os aspectos históricos e geográficos presentes na cidade de Maringá-PR e em sua região metropolitana, bem como apropriaremos da problemática anunciada na introdução deste trabalho e, de posse das ferramentas teóricas e metodológicas fundadas na perspectiva crítica procederemos nossa análise.

3 O OCULTAMENTO DA CATEGORIA VALOR TRABALHO NO COTIDIANO DAS ATIVIDADES DOS TRABALHADORES BANCÁRIOS

3.1 Matização Histórica da Região de Maringá

A Região Metropolitana de Maringá (RMM) foi instituída através da Lei Estadual nº 83/1998. A princípio era composta por oito municípios. Em 2012 passou a ser composta por vinte e seis cidades: Maringá, Sarandi, Marialva, Mandaguari, Paiçandu, Ângulo, Iguaçu, Mandaguaçu, Floresta, Doutor Camargo, Itambé, Astorga, Ivatuba, Bom Sucesso, Jandaia do Sul, Cambira, Presidente Castelo Branco, Flórida, Santa Fé, Lobato, Munhoz de Mello, Floraí, Atalaia, São Jorge do Ivaí, Ourizona e Nova Esperança. A área territorial total é de 5.978.592 Km² e uma população estimada em 764.906 habitantes, conforme IBGE (2013). Estes dados podem ser representados pela tabela a seguir.

Cidade	Área (Km2)	População 2010	PIB (R\$)	Distância à Maringá	Número de Agências 2010
Maringá	487.930	385.753	9.714.143.000	0	58
Ângulo	106.021	2.954	49.782.511	37	2
Astorga	434.791	25.745	360.448.676	50	5
Atalaia	137.663	4.010	64.560.673	55,1	2
Bom Sucesso	322.755	6.866	70.779.635	61,3	1
Cambira	162.635	7.603	116.030.011	49,3	1
Doutor Camargo	118.278	6.024	83.826.069	39,3	1
Florái	191.133	5.149	102.160.076	50,2	2
Floresta	158.225	6.324	80.655.076	50,2	1
Flórida	83.046	2.650	30.653.069	51,1	1
Iguaraçu	164.983	4.205	71.391.362	30,9	1
Itambé	243.821	6.173	109.176.163	42,1	2
Ivatuba	96.786	3.159	44.023.184	44,4	1
Jandaia do Sul	187.600	21.057	296.844.544	41,3	5
Lobato	240.904	4.626	127.117.520	60,2	1
Mandaguari	335.814	34.006	509.410.852	34,1	5
Mandaguaçu	294.010	21.156	272.643.852	22	4
Marialva	475.467	33.794	631.848.616	17,2	5
Munhoz de Melo	137.018	3.857	48.061.096	43,1	1
Nova Esperança	401.587	27.678	375.070.096	45,6	5
Ourizona	176.457	3.482	63.363.681	37,6	-
Paiçandu	171.379	38.385	307.331.244	16,1	4
Pres. C. Branco	155.734	5.056	64.220.181	33,3	-
Santa Fé	276.241	11.158	163.042.585	49,9	3
Sarandi	103.226	88.365	740.623.123	7,9	5
São Jorge do Ivaí	315.088	5.671	161.501.079	49,8	1
Total	5.978.592	764.906	14.658.707.974	-	110

FONTE: IBGE (2010)

Quadro 2 – Área de cada município, sua população, o Produto Interno Bruto (PIB), a distância de cada localidade até a cidade polo, Maringá e o número de agências bancárias, com base no Censo 2010 do IBGE.

Conforme Brasil (2000), o processo de formação da RMM, situado no norte do Paraná, é caracterizado por um intenso processo de ocupação principalmente a partir da década de 1950, conjugando significativo crescimento populacional e forte ritmo de urbanização. A princípio atribui-se à produção de café o desenvolvimento de Maringá e região, posteriormente, a produção de outros grãos incorporou-se à produção regional. Isso possibilitou uma rápida delimitação dos contornos dos novos municípios desse território.

Maringá tem como data de sua fundação 10 de maio de 1947, como distrito de Mandaguari. Foi elevada a município em 14 de novembro de 1951. Situada no noroeste do Paraná, caracterizou-se como um dos principais núcleos de povoamento fundado pela CMNP. Surgida no período de ouro do ciclo do café, mais tarde substituído pelas culturas de soja e trigo, cana-de-açúcar, algodão e milho, trazendo elevados índices de produtividade pela sua terra roxa e solo extremamente fértil. A cidade canção, como também é conhecida, apresenta expressivo potencial para a produção industrial e prestação de serviços, por ser pólo de uma vasta região de influência, entroncamento de importantes rodovias e ferrovia e ainda caminho da produção deste e outros Estados para o MERCOSUL (BRASIL, 2000).

Maringá nasceu na prancheta de desenhos do arquiteto e urbanista Jorge de Macedo Vieira, paulista, responsável por projetos como o Jardim América, de São Paulo, foi contratado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), embora, jamais esteve na cidade que planejou. Caracteriza-se em sua organização espacial pelo modelo de cidade-jardim de inspiração inglesa. Foi traçada obedecendo ao projeto urbanístico que se demarcou amplas ruas, avenidas e praças, considerando ao máximo as características topográficas do sítio escolhido e revelando a lúcida preocupação com a preservação das áreas verdes e vegetação nativa. Vale saber que a previsão do projeto era abrigar uma população total de 200.000 habitantes em cinquenta anos, que foi superado. A cidade de Maringá transformou-se num grande centro de convergência econômica e esse sucesso deve-se, em grande parte, ao traçado urbanístico original que previa zona industrial, zona comercial e zonas residenciais. Trata-se de uma cidade planejada nos moldes modernos, para a época, distribuídos em quarteirões rigorosamente planejados, uma avenida atravessando a cidade de “ponta a ponta”(Avenida Brasil), diversas zonas, cada qual destinada a uma finalidade, residencial (principal e popular), industrial, centro cívico e a Catedral Nossa Senhora da Glória, símbolo da cidade, estilo arrojado e futurista, e, é considerada o 10º monumento mais alto do mundo e o 1º da América Latina.

Conforme Uehara (2012) A produção do espaço urbano maringaense, altamente hierarquizado, refletiu na sua região. Isto, pois, ao segmentar as áreas segundas as condições socioeconômicas resultou em um crescimento populacional segregado de forma sócio-espacial nas periferias da própria cidade e, principalmente, nos municípios limítrofes à Maringá. Dessa maneira, a “cidade-jardim” construiu uma imagem na qual deve ser mantida sem favelas e, para tanto se observa que, principalmente, os trabalhadores impossibilitados de acesso aos imóveis bem localizados na região, foram se estabelecendo às margens da cidade ou se deslocaram para as cidades vizinhas. O município, não obstante concebido por cidade

planejada, apresenta grandes concentrações de renda nas mãos de uma elite e contrastantes desigualdades sócio-espaciais. É sob este modo de ser capitalista que evidenciamos, também na cidade de Maringá-Pr,

Uma pequena parcela privilegiada da população habita as regiões centrais da cidade e nos vetores de qualificação urbana (observa-se que essas áreas correspondem à área do perímetro original implantado sob o modelo de cidade-jardim) enquanto a maioria habita os municípios de seus arredores, migrando para a cidade pólo devido sua propaganda de melhores condições de vida, trabalho, lazer e consumo (UEHARA, 2012, p. 30).

Vale saber que, conforme os dados do Observatório das Metrôpoles (2010), ao considerar os moradores com mais de 15 anos, o índice é de 44,3% que saem de Sarandi todos os dias para o trabalho ou estudo e, em Paiçandu, são 41,5% dos habitantes dessa faixa etária que deixam a cidade pela manhã e retornam à noite. Em ambos os municípios, dos que trabalham ou estudam fora, 93% se dirigem à Maringá.

Um instrumento eficiente para evidenciar a segregação sócio-econômica nesse território, é analisar os dados da Tabela 1, obtidos através do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Toma-se como base o ano 2000, por meio de indicadores sociais selecionados dos municípios quanto à população (POP), população economicamente ativa (PEA), população ocupada e taxa de pobreza. A população ocupada é uma medida importante, pois diferente da PEA, classifica segundo o IPARDES (2011) como pessoas ocupadas as que efetivamente, durante o período de referência, tinham trabalho durante todo ou parte desse período.

Tabela 4 – Perfil dos Municípios da Região Metropolitana de Maringá – Aspectos Sociais

MUNICÍPIO	POP	PEA	POP	
			OCUPADA	TAXA DE POBREZA %
Ângulo	2.840	1.445	1.351	20,14
Astorga	23.637	12.692	11.195	19,41
Atalaia	4.015	2.049	1.823	19,06
Bom Sucesso	6.173	2.740	2.464	30,27
Cambira	6.688	3.525	3.301	23,81
Dr. Camargo	5.777	2.732	2.327	21,84
Floraí	5.285	2.851	2.600	16,76
Floresta	5.122	2.618	2.264	15,32
Flórida	2.434	1.382	1.268	16,03
Iguaraçu	3.598	1.755	1.468	20,04
Itambé	5.956	2.760	2.502	19,39
Ivatuba	2.796	1.514	1.352	20,84
Jandaia do Sul	19.676	10.126	9.094	19,43
Lobato	4.064	2.193	1.837	16,07
Mandaguaçu	16.828	7.739	6.962	21,03
Mandaguari	31.395	16.246	13.875	21,37
Marialva	28.702	15.238	13.702	17,47
Maringá	288.653	151.652	133.566	8,74
Munhoz de Mello	3.401	1.702	1.547	23,57
Ourizona	3.396	1.550	1.399	24,28
Paiçandu	30.764	15.020	12.526	21,56
Pres. Castelo				
Branco	4.305	2.024	1.835	23,09
Santa Fé	8.870	4.783	4.323	16,07
São Jorge do Ivaí	5.590	2.932	2.665	18,00
Sarandi	71.422	35.180	29.464	20,12
TOTAL	591.387	304.448	266.710	

FONTE: IPARDES (2011)

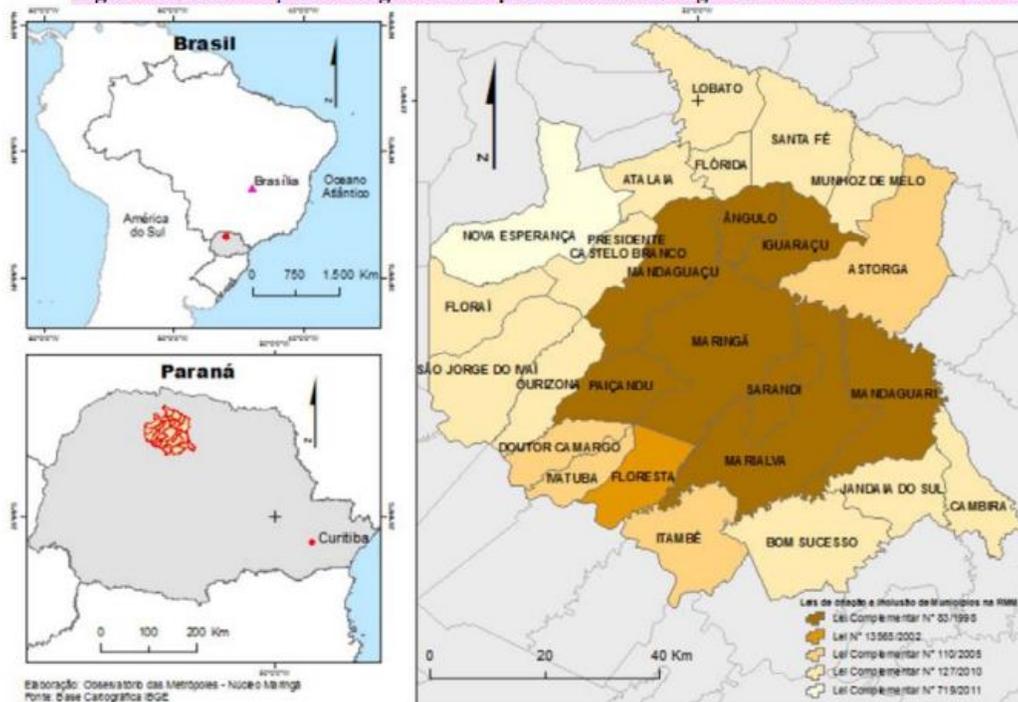
As taxas de desemprego mais elevadas foram apresentadas pelos municípios de Bom Sucesso, Doutor Camargo, Iguaraçu e Paiçandu com menos de 40% da população empregada. Com relação à taxa de pobreza, esse índice é calculado pelo número da população em função da renda familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo. Os dados referentes à situação de pobreza são provenientes dos microdados do Censo Demográfico (IBGE) e das tabulações feitas pelo IPARDES.

Entre esses índices, a porcentagem de pobreza se destaca em relação ao município de Maringá que apresenta um índice relativamente baixo de 8,74%, enquanto todo o restante dos municípios da Região Metropolitana apresenta taxas acima de 15%, chegando ao valor

máximo de 30,27% do município de Bom Sucesso. Percebe-se, a partir desses indicadores que:

Dentre as principais questões regionais, a desigualdade entre as municipalidades se destaca. A cidade pólo apresenta índices de renda, de incremento econômico, de organização institucional, de demografia, de habitação e de violência bastante diferenciados daqueles dos demais municípios (RODRIGUES *et. al.*, *apud* UEHARA, 2012, p. 62).

Figura 1: Localização da Região Metropolitana de Maringá no Estado do Paraná-Brasil



FONTE: IPARDES (2013)

Gastos anuais médios com diretores estatutários (em R\$ milhões)

Posição	Empresa	Gasto anual em 2009
1º	Itaú Unibanco	7,923
10º	Santander	3,69

FONTE: DIEESE (2010)

3.2 As Manifestações da Contradição entre Capital/Trabalho

Os trabalhadores entrevistados, na sua totalidade, expressaram a precarização enfrentada na nova materialidade. A relação capital/trabalho é explicativa da maneira inovada de trabalhar e ser do trabalhador bancário. Impessoalidade e concorrência interna entre indivíduos dentro da mesma instituição financeira, também se destacam como fatores preponderantes diante da cultura de excelência da produtividade. São padrões de comportamento e sentimento em relação ao trabalho que nos remete ao conceito de alienação¹⁶ para Marx.

A exclusão do homem em relação à posse dos bens de produção e do resultado combinado destes e do trabalho, só pode se perpetuar, na medida, que o próprio homem não se reconheça enquanto sujeito da história. Uma vez que a sociedade capitalista esteja constituída, ela precisa moldar as mentes que alimentam um sistema que traz por consequência a própria exclusão das mesmas. Esses indivíduos não devem ser capazes de perceber essa dicotomia. Sua concepção de vida deve se restringir à necessidade do trabalho para a própria sobrevivência e da sua prole. O sistema pode ainda excluí-lo do trabalho, entretanto, esta situação deve ser admitida tal como frustração pessoal, falta de competência ou conhecimento para estar empregado. Ter trabalho e estar trabalhando, torna-se perspectiva social, o comportamento socialmente aceitável (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

O desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo traz consigo o progresso seja da ciência, importante instrumento para a ampliação do capital, seja para uma parcela da sociedade. Todavia, o progresso do capitalismo é tão bem sucedido quanto maior for o retrocesso para a massa de indivíduos. Conforme se verifica a especialização do capitalismo no intuito de concentrar a riqueza produzida, observa-se a construção da alienação da consciência do ser social ante a dominação que lhe é imposta. Não há experiência que possa contestar as contradições que afligem a sociedade, uma vez que, não há pensamento que pressuponha a contestação. O que o proletário assiste é uma mistura de moral deturpada e cultura de massa permeada pelo ideal de trabalho (e consumo) que anula enquanto agente social e histórico, fazendo de sua participação nesta existência, mera marcha e conveniência ao sistema que vivencia.

¹⁶ Tudo aquilo que fragmenta o ser humano, que o aparta do mundo, de si mesmo, das coisas que ele cria. Aquilo que transforma o homem em quase um autômato, ou em um 'animal desnaturalizado'. Ver (BARROS, 2011 p. 236).

O próprio trabalho é a utilização da força de trabalho. O trabalhador põe em movimento as forças naturais pertencentes ao seu corpo: braços, pernas, cabeça, mãos. Ao atuar sobre a natureza externa ele modifica sua própria natureza. Observa-se sob este ponto de compreensão, a diferença essencial entre os homens e os animais reside em que: os homens, para satisfazerem suas necessidades, os homens criam as ferramentas e, com elas, submetem e transformam o meio ambiente. (MARX, 2012)

Para Adam Smith (1996, p. 50), diferentemente da perspectiva marxiana e da tradição marxista, entende que:

O trabalho isoladamente, portanto, nunca variando em seu próprio valor, é por si só o derradeiro e real padrão pelo qual o valor de todas as mercadorias pode, em qualquer tempo e lugar, ser calculado e comparado. É o preço real destas mercadorias, enquanto o dinheiro é somente seu valor nominal.

Ou ainda, observa Adam Smith (1996, p. 50): “O preço real de cada coisa – ou seja, o que ela custa à pessoa que deseja adquiri-la – é o trabalho e o incômodo que custa à sua aquisição.” Observa-se que o valor de uma mercadoria equivale ao trabalho gasto na sua produção.

Os contemporâneos de Adam Smith colocaram a questão em termos diferentes. Ricardo¹⁷ argumenta que embora todas as mercadorias que tinham valor teriam que ter utilidade, caso contrário, não poderia ser colocada no mercado, a utilidade não estabelecia o valor. “Possuindo utilidade as mercadorias derivam seu valor de troca, de duas fontes: de sua escassez e da quantidade de trabalho necessária para sua obtenção” (RICARDO, 1996, p. 24).

Tem-se, dessa forma que, no aspecto primitivo e limitado, por meio do ato laborativo, objetos naturais são transformados em coisas úteis. Mais tarde, nas formas mais desenvolvidas da práxis social, paralelamente a essa relação homem-natureza desenvolvem-se inter-relações com outros seres sociais, também com vistas à produção de valores de uso.

Dentro desse contexto, dá-se o nascimento de uma nova dialeticidade entre meios e fins, entre imediatidade e mediação, uma vez que toda satisfação das necessidades obtida a partir do trabalho é uma satisfação realizada pela mediação. Enquanto o costurar ou tricotar uma blusa é uma forma de mediação, usá-la costurada ou tricotada é algo imediato. Com o desenvolvimento posterior do trabalho, essa relação se complexifica por incorporar uma série de mediações entre os seres sociais e os fins imediatos que são perseguidos. Nesse processo, desde sua origem, pode-se presenciar uma diferenciação entre finalidade mediata e imediata.

¹⁷RICARDO, David (1772-1823)

A expansão crescente das atividades de trabalho traz novos elementos que, entretanto, não modificam a diferenciação presente no ato laborativo entre mediato e imediato, mediação e imediatidade (ANTUNES, 2009).

No modo de produção capitalista a relação entre capital/trabalho, é também e principalmente, analisada por Marx (2012) e, durante o processo de pesquisa e exposição, é possível verificar que o processo em sua totalidade é antagônico e contraditório. Este movimento dá-se por meio da relação metabólica da troca. O trabalhador vende sua força de trabalho para o capitalista, e com o dinheiro adquire os elementos indispensáveis para satisfazer suas necessidades materiais de vida. No âmbito de uma economia de mercado capitalista, essa relação de troca trata-se apenas de um caso especial do problema mais amplo dos valores de troca. Marx (2012) inicia o Livro I, Volume Primeiro da Obra *O Capital*, com o capítulo intitulado “As mercadorias”. Trata-se de objetos destinados à troca, por oposição aos objetos de uso pessoal e direto do produtor. Analisou o que determinava o valor de troca das mercadorias ou, em outras palavras, a proporção segundo a qual, determinadas mercadorias podiam ser trocadas por outras, por oposição à noção de valor de uso, que constituía a medida de utilidade das mercadorias para seus possuidores.

Marx compreende que o valor de troca de uma mercadoria era determinado pelo tempo de trabalho médio necessário para produzi-la. “Enquanto valores todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho cristalizado” (MARX, p. 61).

Por essa razão, a teoria marxiana, denominada de teoria do valor-trabalho, entende que os trabalhadores se diferenciavam quanto às suas habilidades, treinamento e motivação, mas julgava que o trabalho especializado podia ser calculado como múltiplo do trabalho desqualificado e, por conseguinte, todo tempo de trabalho podia ser reduzido a um denominador comum.

Para Marx (2012) o capitalista adquire a mercadoria, a força de trabalho, e vende uma mercadoria diferente: aquela produzida com a força de trabalho no decorrer do processo de produção. O valor da força de trabalho era determinado, como no caso de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário para sua manutenção e reprodução. A força de trabalho equivale ao valor dos meios de subsistência necessários para manutenção do trabalhador a um padrão mínimo de vida socialmente definido. Tem-se no trabalho a mercadoria que o trabalhador possui para vender ao capitalista. A precificação desta “mercadoria” é, ou seja, o valor dela, dentro desse modo de produção, é determinado como qualquer outra mercadoria. Partindo da premissa que o trabalho é a protogênese da existência

humana, tem-se então um caminho possível para analisarmos a observação pertinente do autor ao afirmar que a expressão “valor do trabalho” é possuidora de sentido oculto.

Ao apoiar-se nas contribuições de Karl Marx (2012), pensa-se na possibilidade de encontrar no ato fundamental do trabalho como ponto de partida do processo de humanização, apesar disso, a sociedade capitalista o transforma em trabalho assalariado. O que era finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A “força de trabalho” torna-se uma mercadoria, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. O trabalho converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana.

Marx afirma que a base econômica da sociedade, ou o modo de produção, exerce a influência determinante sobre o conjunto de diferenciadas instituições sociais, assim como das diversas modalidades de pensamento, inclusive o religioso. As religiões, a ética, as leis, os costumes e as instituições sociais compõem a superestrutura. Nesse sentido o filósofo entende que, focalizar a atenção sobre as relações verdadeiramente fundamentais determinam a direção geral em que se movem os sistemas sociais.

Para produzir uma mercadoria, deve-se investir no processo de produção uma determinada quantidade de trabalho, e não simplesmente trabalho, mas trabalho social. É a partir do trabalho social, em sua realização cotidiana, que o ser social se distingue de todas as formas pré-humanas. Ricardo Antunes (2004) afirma que os homens e mulheres que trabalham são dotados de consciência, uma vez que concebem previamente o desenho e a forma que querem dar ao objeto do seu trabalho. Em “As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem”, Lukács (1979) vai se ocupar da ontologia do ser social e apresenta o trabalho como um ato de pôr consciente, pressupõe um conhecimento concreto ainda que jamais perfeito de determinadas finalidades e de determinados meios. Ainda com Lukács (1979)¹⁸ tem-se que, com justa razão, se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho como ser que dá respostas e faz perguntas.

¹⁸ O texto aqui traduzido, redigido no início de 1968 como base para uma conferência que deveria ser apresentada no Congresso Filosófico Mundial realizado em Viena (mas ao qual Lukács não pôde comparecer), foi publicado em 1969, em húngaro, sendo depois editado em alemão (1970) e em italiano (1972). O texto se baseia na chamada "grande" Ontologia, cujo manuscrito estava, na época, em fase de acabamento. Sabe-se, contudo, que - após a conclusão desse primeiro manuscrito e insatisfeito com seus resultados - Lukács empreendeu a redação de uma nova versão, conhecida como "pequena" Ontologia (ou também como Prolegômenos), na qual trabalhou até sua morte, ocorrida em junho de 1971 (Cf. István Eórsi, "The story of a posthumous work (Lukács Ontology)" in *The New Hungarian Quarterly*, XVI, n. 58, Summer 1975, p. 106-108 *apud* ALVES, Giovani). Apesar do seu caráter necessariamente sumário e esquemático, a presente conferência tem o mérito de fornecer uma síntese do trabalho ontológico de Lukács, além de ser um dos poucos textos relativos a este trabalho que o próprio autor revisou para publicação. Tradução Nelson Carlos Coutinho.

Em face dessa contextualização observa-se que, diferentemente das outras mercadorias, o valor da força de trabalho contém um componente histórico e moral. Ao analisar a relação Capital/Trabalho, Karl Marx (2012, p.211) apresenta:

O que aí diretamente se vende não é mercadoria em que o trabalho se realizou e sim o uso da própria força de trabalho, de fato, portanto, o próprio trabalho, pois o uso dessa força é ação dela, o trabalho (...). Nesta troca se permuta trabalho materializado na forma social geral, isto é, dinheiro, por trabalho que até então só existe como poder.

Ao buscar o “sentido oculto” da expressão força de trabalho, tem-se a percepção de que nos moldes do sistema capitalista de produção o valor da força de trabalho é fixado como o de outra mercadoria qualquer. Não há pretensão de discutir se há “justiça” ou salário ideal. Mas é observável que pleitear, reivindicar uma “retribuição equitativa”, no sistema de produção capitalista, é o mesmo, como comentou Marx, que querer ser livre no sistema escravocrata. Apresenta-se um problema ao analisar, questionar e principalmente refletir.

Todos vós estais completamente convencidos de que aquilo que vendeis todos os dias é vosso trabalho; de que, portanto, o trabalho tem um preço e que, embora o preço de uma mercadoria mais não seja que a expressão em dinheiro do seu valor, deve existir, sem dúvida alguma, qualquer coisa parecida com o valor do trabalho. E, não obstante, não existe tal coisa como o valor do trabalho, no sentido corrente da palavra. Vimos que a quantidade de trabalho necessário cristalizado numa mercadoria constitui o seu valor. Aplicando agora este conceito do valor, como poderíamos determinar o valor de uma jornada de trabalho de 10 horas, por exemplo? Quanto trabalho está contido nesta jornada? Dez horas de trabalho. Se disséssemos que o valor de uma jornada de trabalho de 10 horas equivale a 10 horas de trabalho, ou à quantidade de trabalho contido nela, faríamos uma afirmação tautológica e, além disso, sem sentido. Naturalmente, depois de haver desentranhado o sentido verdadeiro, porém oculto, da expressão valor do trabalho, estaremos em condições de interpretar esta aplicação irracional e aparentemente impossível do valor, do mesmo modo que estamos em condições de explicar os movimentos, aparentes ou somente perceptíveis em certas formas, dos corpos celestes, depois de termos descoberto os seus movimentos reais (KARL MARX, 1978, p. 80).

Haja vista o trabalho como momento fundante da vida humana, ponto de partida do processo de humanização, observa-se na sociedade capitalista que, o que era finalidade central do ser social, converte-se em meio de subsistência. Através do trabalho assalariado a força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, por ser a única mercadoria que produz outras mercadorias e, por criar e valorizar o capital converte-se em meio e não em primeira necessidade da realização humana.

O valor da força de trabalho para o capital resulta da reprodução da existência material e social dos trabalhadores. De um lado, a reprodução da capacidade de trabalho cria o

pressuposto material do trabalho; do outro, a produção da capacidade de criar valor é a reprodução da separação do trabalhador de seus meios de produção, reprodução essa que o obriga a vender sua força de trabalho como única forma de participar da riqueza produzida pela sociedade (NASCIMENTO, 1988).

Portanto, a existência do valor da força de trabalho como quantidade implicará no encobrimento das relações de troca entre capitalistas e trabalhadores. O salário aparece como “valor do trabalho” e não como valor da força de trabalho. Pois, o trabalho como fonte de valor não tem valor, produz valor.

A relação de troca entre capital e trabalho aparece como uma relação de troca comum de mercadorias. Nesta relação, aqueles que trocam aparecem, num primeiro momento, como iguais, pois trocam equivalentes, e como livres, pois o intercâmbio é livremente escolhido, dependendo apenas da vontade dos agentes. No entanto, os pressupostos históricos, os quais estão inseridos, negam esta liberdade e igualdade (NASCIMENTO, 1988).

A negação da liberdade na relação de troca entre capital e trabalho implica na venda compulsória por parte do trabalhador da sua força de trabalho, como única forma de participar da riqueza material da sociedade. A negação da igualdade nesta troca, por sua vez, implica no valor superior produzido pelo trabalhador, comprado aquele de que se apropriou na troca.

Por fim, o trabalhador é consumidor, estabelece relações mercantis com proprietários de mercadorias. Sua liberdade aparece, neste momento, como possibilidade de escolher livremente o seu consumo. No entanto, esta é liberdade limitada, na medida em que o próprio valor de troca que possui em mãos é limitado pelas relações de produção que participa.

3.3 O Impacto da Reestruturação Produtiva no Cotidiano do Trabalhador Bancário na Contemporaneidade

A tecnologia de base na microeletrônica tem como objetivo a adaptação do aparelho produtivo à realidade dos mercados, cada vez mais, instáveis e competitivos. Estas tecnologias, paulatinamente, foram sendo introduzidos no setor bancário como uma das expressões da reestruturação produtiva e industrial em escala mundial. Trata-se de implicações significativas tanto no mercado de trabalho quanto no trabalho dentro das empresas, tais como: qualificação em determinados setores e desqualificação em outros, insegurança no trabalho, estresse, “novas” doenças do trabalho, terceirização, flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho, intensificação do ritmo do trabalho em função das novas tecnologias, contratação temporária de trabalhadores e do desemprego estrutural.

A primeira determinação a ser analisada é a evolução técnica científica em seu aspecto produtivo. Essa consideração explicita que o processo de expansão capitalista, se valeu, principalmente das tecnologias da informação, da telemática, dentre outras, resultando em uma intensa alteração nos processos produtivos das empresas.

No estágio atual do modo de produção, os processos de utilização de tecnologias e técnicas produtivas estão radicalizados. As funções reflexivas, abstratas do trabalhador são executadas pelos novos mecanismos tecnológicos, inaugurando aquilo que Lojkine (1995) define como revolução informacional.¹⁹

O uso da tecnologia passa a ser orientado por princípios neoliberais focados na integração das empresas transnacionais através da construção e consolidação de uma estrutura produtiva assentada na rede mundial de computadores, da comunicação e informação integradas à realização da produção e do comércio internacional. Os impactos fizeram-se sentir rapidamente. A reconfiguração dos espaços produtivos, os controles eletrônicos da produção e dos trabalhadores são estabelecidos de maneiras sem precedentes na história do capitalismo.

No desenvolvimento do processo de automação, acompanhado pela revolução informacional, conforme indica Lojkine (1995), a informática aparece como um elemento importante para garantir a objetivação dos processos de vigilância e de conduta humanas. A automação serve à finalidade e aos objetivos de controle da produção material. A revolução informacional imbricada às alterações no âmbito organizacional redesenha o poder dentro das empresas, uma vez que modificam, em sua essência, as qualificações requeridas no processo de trabalho na empresa capitalista. Não obstante, os trabalhadores, de nenhuma forma, passam a ter controle sobre suas ações.

Na medida em que avança, a competição intercapitalista, cresce o controle das empresas sobre o trabalho na tentativa de intensificar o ritmo do mesmo. Trata-se da assertiva em (MARX, 1989) quando identificou na produção tipicamente capitalista a subsunção real do trabalho ao capital, apresentando a exploração da força de trabalho, dentre outros aspectos, pelo desenvolvimento e utilização da ciência e da tecnologia.

¹⁹De acordo com Lojkine (1995, p. 109) a revolução informacional poderia ser caracterizada nesses termos: “revolução informacional não se limita à estocagem e à circulação de informações codificadas sistematicamente pelos programas de computador ou difundidas pelos mass media. Ela envolve, sobretudo a criação, o acesso e a intervenção sobre informações estratégicas, de síntese, sejam elas de natureza econômica, política, científica ou ética; de qualquer forma, informações sobre a informação, que regulam o sentido das informações operatórias, particulares que cobrem a nossa vida cotidiana.”

Os resultados do impacto da evolução tecnológica no interior do processo produtivo, instalado no Brasil, principalmente a partir dos anos 1990, através do processo de reestruturação produtiva apresenta-se, evidente, conforme o entrevistado (A),

“Eu comecei em 1984, quando nem computador tinha (...) a tecnologia ajudou o banco a cobrar mais. A ficar mais próximo. O controle é bem maior que antigamente. Nós fazíamos reunião duas vezes por dia. Tipo teleconferência.”

A fala do entrevistado (A) demonstra a metamorfose do seu cotidiano, através da evolução tecnológica. A instituição recebe a refração das alterações e transformações na área da micro-eletrônica. A era do computador é parte constitutiva do cotidiano dos trabalhadores, em particular, nesse momento, dos bancários. A máquina assume poderes que até o presente momento ainda não fazia parte do cotidiano nos espaços de trabalho bancário e, além de ampliar e qualificar as tarefas, a máquina é um instrumento decisivo para controlar as ações individuais de cada bancário. Este mecanismo “morto” passa a dominar a vida dos trabalhadores e, silenciosamente aumenta a extração do trabalho em sua manifestação excedente. Vejamos que: a realização de duas reuniões diárias passa a ser realizada no intuito de planejar e apresentar para a superintendência a previsão de vendas diária e, no final do expediente, apresentar diante dos seus colegas de trabalho, o resultado da produção.

O capitalismo contemporâneo modificou tão rapidamente a relação entre os trabalhadores e a natureza, mediada pelos instrumentos de trabalho que, o trabalho, apresenta-se agora, sob novas e inovadas configurações, ganhando especificidades.

A máquina domina, mais uma vez, em condições históricas determinadas, a força de trabalho. Igual a manifestação ocorrida na era da tecelagem na Inglaterra e na França, particularmente durante o século XIX, os trabalhadores passam a cumprir o papel de apêndice das máquinas, com um elemento diferencial: o trabalhador necessita de obter conhecimentos básicos para dominar as aplicações exigidas, mas, com certeza, são ações simples que exigem do trabalhador atos repetitivos, deixando-os em condições deploráveis física e psicologicamente no trabalho e fora dele. Este cenário é ilustrado pelo entrevistado (B)

“Tudo era mais demorado para acontecer. Agora não... tudo é rápido! De um tempo para cá então... ficou insuportável (pausa na fala).”

“A gente é encontrado em todos os lugares (...) cidade pequena é bem mais complicado. O meu celular toca em casa todo dia. Muitas vezes tenho que desligar. É cliente querendo saber das coisas totalmente fora do horário em casa, sabe?! É complicado! Reunião, por exemplo, há um tempo as reuniões ocorriam em (fala o nome de uma cidade). Uma vez por mês. De um tempo para cá, acontece todos os dias. O pior: três vezes por dia. Quando a gente chega, de manhã, de meio-dia e à tarde. Por quê? Por conta de ser por telefone. É a tal da teleconferência.

Essas transformações contemporâneas na esfera do trabalho ocorrem, basicamente, dentro de um contexto, marcadas por exigências de um novo padrão tecnológico – produtivo – organizacional. Para fazer frente à concorrência intercapitalista, as empresas adotaram procedimentos fundados na automação microeletrônica procurando elevar seus lucros e reduzindo, assim, os custos com força humana de trabalho.

Os funcionários que ficavam incumbidos de organizar a reunião na cidade do entrevistado (B), agora estão em outra função, ou não estão mais na instituição. Mais do que isso, cabe ressaltar a efetividade da cobrança do cumprimento das metas, ao considerar a realização de três reuniões diárias. Trata-se de quinze reuniões semanais, sessenta reuniões mensais. Isso equivale a 6000% de aumento do número de reuniões. Fica evidente que a acumulação de riqueza rentista, tem na extração da mais-valia relativa, seu modo predominante. A alta tecnologia contribui para que o capitalismo faça valer de processos produtivos completamente adaptáveis à lógica do mercado e à busca de padrões de produtividade e competitividade próprios à reprodução do capital.

O ritmo de trabalho dos caixas também foi intensificado. Eles passaram a exercer múltiplas tarefas, além de efetuar pagamentos e recebimentos de papéis; têm de vender os mais diversos produtos do banco: seguros, capitalização, débito automático, serviços do *mobile banking*. Simultaneamente, os caixas se tornaram mais dependentes da máquina, visto que os lançamentos e as conferências competentes são realizadas de no próprio terminal. Os trabalhadores que desenvolvem suas atividades nos caixas, em seu novo perfil de qualificação exigida pelos bancos, nessa era, “muitas vezes autoneameiam-se de ‘especialistas’ em máquinas de autenticação” (BLASS, 1992, p. 51).

Na fala do entrevistado (E) este movimento diário é explicitado:

“No começo, quando eu era caixa, eu queria muito ser promovido, ser reconhecido. Porque ficar ali, o dia inteiro autenticando documento, autenticando documento (...) parecia um robô. Ninguém dava valor no que você fazia (...) muitas vezes parecia que eu nem estava ali. Muitos colegas passavam por mim, nem bom dia falava. Só que faziam piadinhas. É (pausa) Às vezes é bom, às vezes é ruim: o negócio é que ser caixa é, ninguém te ver.”

Vale considerar que, principalmente os bancos, fazem usos de tecnologias leves (*software*). Essas tecnologias deixam ao alcance a remodelagem da organização gerencial com a conseqüente redução de níveis hierárquicos e a implantação de programas que, na sua

essência, procuram incorporar as habilidades do trabalhador bancário às tecnologias de ponta disponíveis, transformando a atividade trabalho na sua totalidade.

A fase em curso da acumulação coloca em evidencia a necessidade do capital em constituir uma ideologia do trabalho emergente da inter-relação entre produção e inovações tecnológica, informacionais e entre trabalhadores da produção e trabalhadores da informação. Essa realidade implica em relações de trabalho mais complexas e, portanto, mais difíceis de serem visualizadas. Abre-se a necessidade em apropriar a aplicação da revolução científica, agora materializada nas máquinas e as alterações organizacionais.

Pari passu à aplicação das novas tecnologias da informação, as mudanças na organização e gestão do trabalho são resultados da reestruturação produtiva, ocorrida no Brasil, a partir dos anos 1990, já apresentado anteriormente. O setor bancário empreende, então, a busca de novas políticas de gestão empresarial e da força de trabalho que dêem conta de formar uma mentalidade receptiva à necessária reestruturação produtiva pela qual suas empresas têm de passar para se manterem competitivas (WOLF, 2004).

A refração das transformações societárias na categoria bancária é evidente e, materialmente comprovada os mecanismos de ampliação da retirada do trabalho excedente de cada trabalhador bancário. Este processo tem como aliado determinante os métodos de produção e reprodução social presente nas formulações do taylorismo/fordismo e, principalmente no período pós-1980, no setor bancário, o modelo toyotista.

A atribuição ao toytismo é apresentando em Alves (2007), entre outros estudiosos, com o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista, isto é com a captura da subjetividade do trabalho pela produção do capital e com a manipulação do consentimento do trabalho através de um conjunto amplo de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo produtivo. No setor bancário o reflexo desse modo produtivo pode ser apreendido através da fala do entrevistado (E)

“(...) antes era quase um trabalho ‘braçal...’ não era ‘braçal’, mas como se fosse, entende?! Mais ou menos assim para fazer uma correlação. Era mais um executante. O cara que trabalhava no cadastro, era do cadastro. O cara que trabalhava no caixa, era do caixa. Era aquilo... cada um na sua função. Depois de toda essa mudança... essa evolução... o bancário deixou de ser um executor, passou a ser um vendedor, um agente de negócios para dentro do banco.”

É indubitável o processo de centralização administrativa, com a criação de várias áreas formais, denominadas apoio, com aprofundamento da divisão entre a concepção e a execução do trabalho, à semelhança, inclusive do que ocorrera na indústria. Assim:

melhorar as rotinas bancárias através de estudos de organização e métodos (O&M) e uniformizar e facilitar os trabalhos das agências, de modo a permitir uma maior produtividade dos funcionários (ZAMBERLAN E SALERNO, 1983, p. 174 *apud* IZUMI, 1998, p. 60).

A centralidade administrativa, que atingiu diversos serviços, como o de cobrança e arrecadação, por exemplo, possibilitou maior controle dos processos oriundos das agências, que perdiam, dessa forma, a sua autonomia, ao passo que o conhecimento do conteúdo prático daquelas tarefas foi transferido aos equipamentos informáticos.

O deslocamento da retaguarda da agência, para um segundo - plano, atinge o serviço contábil, até então, realizado na agência. O contador passa a ser figura acessória ou em extinção, sendo substituído pelo chefe de serviço ou de expediente (ACCORSI, 1990, p. 49 *apud* IZUMI, 1998, p. 61).

Tem-se uma alteração de perfil do trabalhador bancário, em que novas qualificações são exigidas, em outras palavras, nesse novo ambiente criado pela reestruturação produtiva contemporânea, redefinem-se a atividade bancária e as habilidades requeridas para a sua realização. As estratégias mercadológicas dos bancos, direcionadas para a “qualidade no atendimento”. Convertem muitos trabalhadores alocados nas agências e centrais de atendimento em bancários-vendedores dos serviços e “produtos” financeiros nos bancos. Observa-se uma redução dos trabalhadores envolvidos nos serviços operacionais e administrativos, enquanto aumenta relativamente à participação de gerentes na estrutura funcional dos bancos.

Em geral são dois grupos que atuam no interior das agências bancárias: da administração e da área comercial. A primeira é composta pelos caixas, tesoureiros (em algumas agências), técnico atendente e gerente administrativo. A área comercial é composta pelos gerentes de negócios, assistentes (nas agências maiores) e gerentes de agência. O novo ambiente proposto pelo capitalismo financeiro contemporâneo se prevalece da área comercial, nos bancos, para cumprir seu objetivo final: lucro. São instituídas metas, ou seja, compromissos com os funcionários (todos de todos os setores) para serem entregues em um determinado período de tempo, na maioria das vezes, mensal.

Neste universo é de responsabilidade destes trabalhadores a venda de: seguros, capitalização, consórcios, financiamento diversos, contas correntes, cartões, produtos de investimento e outros. Os trabalhadores se organizam nas suas unidades de modo a “entregar um resultado”, de forma geral, mensal, para seus superiores. O cumprimento desses objetivos

é o parâmetro para a ascensão de cargos e salários nas instituições. Isso acarreta em uma disputa acirrada entre os “colaboradores”, como são chamados docilmente pela empresa que os contrata. O perfil de vendedor deve ser uma habilidade inerente ao trabalhador para que possa se adequar às cobranças, principalmente na área comercial.

É um discurso institucional que propaga a exigência de uma nova “qualificação”, faz apologia do profissional polivalente, que exalta múltiplos conhecimentos, habilidades e atributos tidos como imprescindíveis à realização eficiente do trabalho. Esse enredo resulta em peculiaridades nocivas às relações estabelecidas no interior das relações entre os colegas de trabalho: a competitividade. Esse cenário de disputa possibilita ao banco atingir, cada vez mais, o crescimento financeiro. Isso se expressa a cada trimestre, semestre, ano, ao acompanhar os relatórios entregues ao Banco Central. O lucro cresce substancialmente. Bem como a sensação de exaustão de funcionários com mais de vinte e cinco anos de casa, por exemplo, que acompanhou essa dinâmica de modificações estruturais. Estas práticas diárias são demarcadas pelos entrevistados, sujeitos da pesquisa: (C) e (D):

“A relação entre os colegas fica mais competitiva, mas acirrada, né? Quem começa a sobressair uma certa causa, né...??? (pausa) um olhar diferente... uma certa inveja. Porque ele não eu?” (C)

“Mas os gerentes de negócios é como se fosse o peão do xadrez. “Estão na linha de frente, os primeiros a serem mortos”. No sentido de que o gerente hoje é o que traz o que o banco quer... produtos. Já o gerente administrativo é tão cobrado quanto... mas em várias coisas que nem aparecem. E é um cargo que está acabando. O banco quer virar puramente negócios e centralizar essa parte burocrática. Todo mundo sabe que é “fumo” ser gerente de negócios, mas os funcionários novos, na sua maioria, querem ser promovido na área comercial e não na administrativa. Pois quem está nessa área não “é visto”. (D)

O modo contemporâneo de organização e gestão do trabalho, conforme Jinkings (2001) preserva e aprofunda a subordinação do trabalho ao capital, degradando as condições laborais de enorme contingentes de assalariados em todo o mundo capitalista. É uma violenta pressão por produtividade, principalmente, da intensificação do ritmo e jornada de trabalho, em um quadro de contínua ameaça de permanência no emprego ou na qualidade de subemprego.

Com o aparato da tecnologia a organização sofre a nocividade das relações estabelecidas pela desenfreada busca de rentabilidade. As formas atuais de controle e dominação do trabalho baseiam-se na adesão absoluta do trabalhador às estratégias mercadológicas das empresas, que se convertem em centros de “canalização energética” para o capital. Não se trata somente da mobilização dos corpos, sim a “mobilização total do

indivíduo que se deseja obter; é não somente sua energia física e afetiva, mas também sua energia psíquica que se procura captar” (AUBERT E GAULEJAC *apud* JINKINGS, 1991, p. 6). Pressionado em diferentes níveis, o trabalhador bancário reduziu seu espaço de trabalho em duas frentes: ou trabalha no setor administrativo ou trabalha na linha de negócios. Após vivenciar este novo horizonte e, impossibilitado de alterar a lógica estabelecida pelo capital financeiro, os trabalhadores passam a ter dificuldades pra organizar-se enquanto categoria, dificultando os movimentos de reação em relação ao capital. Neste momento é que se pergunta como que está se estruturando a noção de categoria profissional, bem como qual é o campo de desenvolver a consciência para além do entendimento em si, mas agora para si?

O bancário encontra-se subjugado pelo domínio totalitário do capital rentista, uma força que, nas últimas décadas, tem configurado, em escala internacional, uma conjuntura social que, em muitos pontos, assemelha-se a uma situação de guerra. A diferença é que não se trata de um conflito armado entre potências industriais e, sim, de uma guerra econômica. Em que estão em jogo à sobrevivência e a liberdade de uma centena de milhares de trabalhadores. Por esta causa, os bancos utilizam de métodos organizacionais que negam em sua essência qualquer dimensão humana em detrimento aos seus funcionários, exigindo desempenho sempre superior em termos de produtividade e sujeição. Trata-se de sacrifícios consentidos pelos próprios sujeitos, em nome da razão econômica (OCADA, 2004).

No ambiente laboral, a adoção de métodos inovados de gestão empresarial, põem em questão os direitos do trabalho e as conquistas sociais válidas para o conjunto da população. Eles geram danos e sofrimento e são atroztes nas formas que vão se estabelecendo as relações trabalhistas. Em que pese sejam atrocidades reveladas, denunciadas, a denúncia parece compatível com uma crescente tolerância à injustiça. É a banalização do mal.

A retórica de valorização da força de trabalho, de participação e de democratização das políticas de recursos humanos, institui mecanismos para a intensificação do trabalho, acarretando em alto grau de competitividade; além desse elemento, e possivelmente por decorrência, observa-se a configuração da noção de individualidade no trabalhador bancário transformando-o em uma ilha. É o que pode ser observado na fala do entrevistado (F):

“individualidade (pausa) é isso, individualidade! As pessoas no banco transferem a responsabilidade dos seus direitos para outro. (...) Ele está preocupado com ele só. Não está preocupado com o todo. Isso é um problema.”

Ao tratar das suas próprias causas, das lutas que deve travar para lançar mão do subemprego o bancário se vê mais uma vez desfavorecido. Existe um conjunto de

mecanismos que corroboram na adequação da força de trabalho aos objetivos do capital. O código empresarial particular, ou regulamento interno, representa uma modalidade de exercício da disciplina que aliado com o contrato de trabalho, ou acordo coletivo, codificam a subordinação do trabalhador aos objetivos do capital bancário.

Assim, cada fase, de desenvolvimento do capitalismo corresponde a uma forma particular de disciplinamento ou ciclos disciplinares, que expressa o poder do capitalista sobre a força de trabalho. Em outras palavras, a lógica capitalista está assentada na permanente tentativa de impor um padrão de disciplina e controle de acordo com o modelo de acumulação predominante em cada período de expansão do capital. Daí a assertiva de Gaudemar (1991 *apud* SANTOS, 2008) em que o trabalhador vende além da sua força de trabalho, sua subordinação ao capital. O capitalista compra a subordinação do trabalhador a determinadas normas de comportamento e, conseqüentemente, ao poder empresarial. Decorrente a isso, a utilização ao máximo da sua capacidade intelectual, o saber – fazer, as aptidões da força de trabalho. A intensificação do trabalho aparece como um modo inteiramente desejável e racional na perspectiva do capitalista.

Essa subordinação se apresenta de forma significativa nos períodos de dissídio salarial. São os meses do ano em que os sindicatos dos bancários se mobilizam para travar a luta de reajuste anual. Conforme fala do entrevistado bancário (F) atuante no movimento, evidencia que:

“o bancário por ter medo de ser mandado embora, de retaliações diversas, transfere para a entidade sindical a responsabilidade de comprar sua briga. (...) os bancários hoje não vão para frente das agências bancárias como a gente ia lá trás. Eu vou fazer a greve, eu vou correr o risco... e ele pergunta quando vocês vão fazer greve. Vocês: diretoria do sindicato? Porque o sindicato são todos. Nós somos aquelas pessoas que apenas vão coordenar o processo de greve, de aumento salarial, aquilo que a gente vai, sintetiza tudo aquilo que a categoria passa pra gente durante todo o ano. Então... mas isso quando você tem a greve às pessoas transferem para a gente. Então somos nós que temos que fazer... que temos que fechar as agências, que brigar com os gerentes. Ele fica ali de fora. Ligando para o gerente e dizendo, conforme explicitado pelo entrevistado”(F):

“Ó! Estou aqui fora. O sindicato não quer deixar entrar.”

“Então ele faz o “meio de campo” dele ... aparente... mas ele chega pra nós e fala assim:... beleza que vocês estão aí... porque vou cuidar das minhas coisas... vou cuidar da minha vida. Vou viajar, vou para o Paraguai... vou pescar... Isso é evidente para nós, diretores sindicais.”

É de tal monta a noção “individualista” que, os que coordenam o processo de lutas, a entidade sindical, entende que:

“o que a gente consegue fazer... é usar dessa “complacência” dos bancários, de não forçar, de não criar problemas. A gente consegue, por exemplo, no caso da greve, levar com mais tranquilidade.” (F)

O processo de controle e disciplinamento contidos no discurso ideológico das instituições financeiras na era da acumulação flexível reordena a subjetividade dos trabalhadores de modo a desenvolver patologias. A evidencia fica no caso relatado pelo entrevistado (F), dirigente sindical, que comenta sobre um fato de uma funcionária que exigia poder entrar na agência (em dias de greve), pois tinha que cumprir suas metas:

“A bancária tinha problemas emocionais... nós consentimos sua entrada na agência. Existiu uma situação ali que ela ligou para os seus familiares e eles chegaram agredindo o nosso diretor que estava na porta do banco. Então são situações do nosso dia-a-dia. É aí que falo da individualidade. A pessoa só está olhando para ela. Mas isso não é só o bancário. É o mundo de maneira geral.” (F)

Destarte, a incorporação das capacidades intelectuais dos trabalhadores no processo de gestão torna-se algo essencial ao estabelecimento do controle capitalista do processo de trabalho e de produção de mais – valor.

Dentro de um sistema altamente competitivo e flexível, a empresa pós-fordista estimula o desenvolvimento da ‘iniciativa’, da ‘capacidade cognitiva’, do ‘raciocínio lógico’ e do ‘potencial de criação’ para que seus funcionários possam dar respostas imediatas a situações-problema. Ao passo que delega algum poder de decisão (propicia certa autonomia), a empresa precisa manter um controle indireto sobre a atuação de seus empregados, o que leva a fazer com que estes assimilem e incorpore suas regras de funcionamento como elemento de sua percepção, chegando, num último estágio, ao reordenamento da subjetividade dos trabalhadores, visando garantir a manutenção das normas empresariais. A subjetividade é assim tomada, (...), como um recurso a mais a ser manipulado, um engodo por parte do capital para que os trabalhadores, (HELOANI, 2003, p. 106) ‘crendo que sua subjetividade foi reconhecida ponham a serviço do capitalismo seu potencial físico, intelectual e afetivo’ (ENRIQUEZ *apud* HELOANI, 2003, p. 106).

Mascarado por mecanismos de dominação do trabalho, a contemporaneidade é marcada pela fragilidade da classe social e das categorias profissionais frente à força do capital, nas palavras de Heloani (2013, p.2).

Temos uma organização do trabalho que exige uma nova modelagem, uma nova subjetividade – chamo isso de manipulação da subjetividade – e responde com uma nova subjetividade: sendo individualista para melhor se adaptar a essa realidade. Quem é perverso não é o jovem, nem o gestor, nem o chefe. Se tiver alguém perverso é a própria forma de organizar o trabalho. Essa forma diferenciada de organizar o trabalho tem obviamente benefícios, pontos positivos, mas também tem muitos pontos negativos. Não é à toa que ainda nesta década, até 2020, segundo relatórios internacionais, a segunda causa de afastamento do trabalho será o transtorno mental, sendo que a mais recorrente será a depressão. Isso é gravíssimo.

Uma característica muito forte desse modelo de organização do trabalho é a solidão. Encontra-se rodeado de pessoas, mas verdadeiramente se está só.

É possível pensar que temos dois tempos em nossa existência (vida no trabalho e fora do mesmo) convivendo, diariamente, com o modo de produção capitalista e sua manifestação de troca?

Em termos compensatórios aparentemente naturais da opressão laboral, o tempo fora do trabalho não traz as vantagens que poderíamos esperar. Ao considerar os argumentos de Dejours (1991) percebe-se que a questão das estruturas do tempo, fora do trabalho, é caracterizada pelo comportamento condicionado à produtividade da organização do trabalho. Em que “despersonalizado no trabalho, ele permanecerá despersonalizado em sua casa” (DEJOURS, 1991, p. 46). Frente a incorporação massificada dos dois momentos da existência dos trabalhadores, o Entrevistada (A) entende que:

“Não... de fato não dá para separar. Eu sempre segui por essa linha. Em casa eu disfarçava que estava tudo bem... mas sabe aquela coisa na cabeça não desliga. A cabeça não desliga, o corpo não desliga, sabe... é um desgaste. Um dia minha filha me falou... um dia que estava meio triste. Logo que saí, sabe, não é fácil... a gente passa um momento de tristeza pela saída. Aí ela falou, mãe sabe o que está acontecendo: você vivia muito banco... era só banco (se emociona). Tua vida era o banco. E não é verdade. Eu me desdobrava entre a casa, marido, filhos.” (A)

A fala da entrevistada (A) evidencia o reflexo da disciplina imposta pela organização do trabalho como uma contaminação involuntária do tempo fora do trabalho. Este período e durante os dias de folga as atividades e o repouso são verdadeiramente comandados pelo cronômetro. “Assim, eles conservam presente a preocupação ininterrupta do tempo permitido a cada gesto, uma espécie de vigilância permanente para não deixar apagar o condicionamento mental ao comportamento produtivo” (DEJOURS, 1991, p. 47).

O ritmo do tempo fora do trabalho não é somente uma contaminação, mas antes uma estratégia, destinada a manter eficazmente a repressão dos comportamentos espontâneos no intuito de apresentar um espaço de tempo no condicionamento produtivo. Os que pertencem ao núcleo familiar, pais, filhos, amigos mais próximos, também sofrem com a despersonalização através do trabalho:

“deixei de passear com meus filhos, deixei de fazer uma viagem mais longa, pois férias eram quando te davam não era quando você queria. E isso e aquilo né?!... Será que valeu a pena né?! Então assim você tenta se encontrar nesse sentindo né...?!!! A família... tudo bem...reconhece o trabalho... né?! Lógico... trabalhei pra que?! Em primeiro lugar você trabalha para você e para os filhos, pra ter uma condição de vida. Mas em detrimento à qualidade de vida.”(D)

Esse círculo vicioso sinistro da alienação pelo sistema vigente delibera o comportamento condicionado e o tempo recortado sob medidas da organização do trabalho, formando, nas palavras de Dejours (1991, p. 50): “verdadeira síndrome psicopatológica que o operário, para evitar algo ainda pior, se vê obrigado a reforçar também ele. A injustiça quer que, no fim, o próprio operário torne-se o artesão de seu sofrimento.”

Para finalizar esse tópico, fazemo-nos valer da noção de que há um engodo, no modo de produção vigente, no tangente à liberdade, haja vista, entendemos que não tempo livre:

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino das necessidades. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho (Marx, 1974, p. 942).

Mas, cercado por forças materiais que nos colocam acuado frente ao “monstro” que nos espanta diariamente e, fragilizado em relação às forças de representatividade sindical este sujeito histórico – trabalhador bancário – passa a assimilar, sem perceber, respostas que são manifestadas em corpo. Há impactos bio/psico/social no corpo do bancário e com seqüelas nos membros da família.

Trabalhar em banco pode representar, para uns, os primeiros passos do jovem que tem o futuro profissional a ser construído e quer fazê-lo com maior sucesso social do que seus familiares. Para Blass (1992), pode significar um trabalho assalariado com maior prestígio social por tratar-se de um serviço “limpo”²⁰, baseado no trato com o público, intelectualizado, de maior responsabilidade e confiança, dado que manipula grandes somas em dinheiro;

²⁰ Linhart (1978, *apud* Blass, 1992), ao relatar a sua experiência de trabalho na Citroen, lembra o orgulho de um velho operário próximo da aposentadoria, diante do sucesso profissional de seu filho como guarda de trânsito. Comenta o operário a esse respeito: “Você compreende, ele não tem de pegar nada com as mãos. Trabalha com luvas brancas. De noite, quando vai para a mesa, nem precisa lavar as mãos” (p. 99). Esse depoimento ilustra a valorização do trabalho “limpo” por aqueles que na divisão social do trabalho desempenham “tarefas braçais”.

constrói, muitas vezes, amplo *networking*²¹; trabalha visualmente elegante, etc. Essas idéias associadas, muitas vezes, à atividade bancária é construída em oposição ao trabalho fabril, realizado principalmente nas indústrias metalúrgicas, mecânicas, siderúrgicas identificadas com o “trabalho sujo”. Embora, nosso intuito, não seja delinear a trajetória de trabalhadores em bancos, os entrevistados, apresentam que essa foi uma tendência que influenciou na opção inicial de trabalho (BLASS, 1992).

Esse fator, dentre outros, pode ser explicativo para a entrada do profissional para o ramo financeiro bancário conforme entrevistado (B):

“Na verdade entrei como estagiária. Trabalhei 1 ano e depois fui efetivada. Lembro como se fosse hoje (risos). Eu não me dava conta da situação como um todo. As pessoas comentavam como estava me sentindo por ser efetivada, achava aquilo consequência de um bom trabalho que realizei no estágio. Sabe? Vendi bem... ajudei meus colegas... Não precisei ficar pedindo para ser efetivada... aquela coisa de ficar me mostrando... foi relativamente natural. Mas não posso negar que era um sonho meu trabalhar no banco. Talvez pelo fato do meu pai ter sido bancário, achava aquilo chique... sei lá. Me lembro dele datilografando (risos). Ele me levava para a agência para ficar com ele a noite... imagina que interessante. Me colocava na máquina de escrever e me ensinava a datilografar.”

Ganhar a condição de socialmente reconhecida é uma condição exigida pela propaganda ideologizada da cultura capitalista. Assim, ser “chique” é uma condição que não é apenas uma representação do trabalhador em relação a si mesma, mas em relação de como a comunidade o vê. Pois, o conteúdo de chique é aceito por todos: ser bancário é ser produtivo, diferenciado. Torna-se assim, para que deseja alcançar este espaço no mercado de trabalho a busca de realizar “um sonho”.

Ao mesmo tempo, conforme explicita o entrevista (B), a conquista da carteira assinada. É a regularidade da profissão por meio do estágio²². Trabalhou um ano sem a formalidade do registro em carteira, pelo fato de ter vendido muitos produtos, “ajudado” os funcionários a cumprirem suas metas, foi efetivada.

As transformações ocorridas do sistema bancário e na organização do trabalho reduzem, paulatinamente, as práticas de trabalho a um conjunto de tarefas repetitivas, fragmentadas, parciais, “[...] ‘bitolantes’, vazias de conteúdo e pré-programadas” (BLASS, 1992, p. 51).

²¹O termo em inglês amplamente utilizado para indicar rede de contatos.

²²Espécie de contrato de trabalho utilizada pelos bancos, em que o aluno, por cursar uma graduação requisitada pela instituição, tem a oportunidade de fazer parte do quadro de trabalhadores, no ambiente das agências bancárias, obedecendo à legislação específica. Sem participar de muitos direitos adquiridos pelos trabalhadores, ao considerar a Constituição Trabalhista vigente CLT.

“É uma correria o dia inteiro, sem parar. Embora muito serviço seja feito de forma automática (no auto-atendimento, via internet, etc.) a fila ainda é grande dentro da agência. Esse pessoal que vai ser atendido pessoalmente é para descontar um cheque de valor alto (sendo que a gente já não pode ficar com muito dinheiro em caixa, isso é outro problema), vai sacar algum dinheiro porque seu cartão não está funcionando, alterar alguma senha... sem contar o medo que estamos ficando, por conta dos assaltos “tem tido muito assalto em cidades pequenas) enfim... é tudo a mesma coisa... é tudo sempre ‘correndo’, sempre os mesmos serviços, sempre os mesmos medos, sempre as mesmas reclamações (minha e dos clientes)”. (B)

O entrevistado B, apresenta sintomas psicossociais que diferencia entre os bancários entrevistados: a relação medo, de angústia, ansiedade, falta de reconhecimento de si, diante do trabalho. Essas perspectivas abordadas em Dejours (1991, p. 107) reafirmam que:

fala-se da ansiedade justamente quando se fala da ‘tensão nervosa, de ficar uma pilha’, com ‘os nervos à flor da pele’ etc. É por aí, e não como se poderia pensar, ou como os trabalhos de certos especialistas instigam a considerar a questão: isto é, pelos efeitos da ‘carga psicossensorial’, que compreende, por exemplo, os efeitos da vigilância, da tensão de concentração, da memorização etc., mesmo se esta carga existe e contribui parcialmente para o sofrimento sentido.

Uma corroboração a mais da intensidade das sensações angustiantes, bem como do medo é fornecida pelos problemas de sono e, sobretudo, pelo consumo de medicamentos psicotrópicos, por quatro, dos seis entrevistados:

“Muito... muito... mas muito mesmo. Eu tenho uma gastrite crônica. Fiz vários anos de tratamento... isso vai e volta. Mas tá lá. É do que? É de *stress*. Tensão, *stress*, cobrança... isso vai somatizando. Eu saí do (fala o nome da instituição financeira) com pedra na vesícula. Não sei se isso é uma doença relacionada ao trabalho, não sou médica, mas a gastrite, tenho certeza absoluta que é (risos). Faz quase vinte anos que tem períodos graves e outros nem tanto. Isso é muito da tensão do dia-a-dia. Queira ou não queira... agora não. Aqui isso é mais light. Lá existia isso de uma forma mais intensa. Eu vivia com os ombros aqui (gesticula) com frequência tenso. Quer dizer... é do banco.” (A)

Mas, a aprendizagem que ocorre no interior da empresa transcende seus limites geográficos. O processo de desgastes físico e psíquicos ao atingir graus incontrolláveis é reproduzido no interior dos lares. Os filhos e demais membros da família recebem os impactos negativos do trabalhador bancário. Normalmente, é no meio familiar que o trabalhador bancário manifesta seus descontentamentos, aborrecimentos, extrapolando, muitas vezes, o comportamento verbal e físico. O distanciamento entre os familiares é corrente. Assim:

“Mas voltando ao assunto saúde... meus filhos até falam... nossa mãe: você está mais leve. Você estava sempre com cara de brava. Sabe... sempre brava... já

respondia brava. Aí a gente pára para pensar: a gente traz aquela carga para dentro da sua casa. Para dentro do seu lar você traz aquela carga de ansiedade, de tensão, de preocupação com o dia seguinte. O final do mês está chegando eu não entreguei as metas, aí meu Deus!!!! Então quem olha para você não consegue sentir isso. Hoje eu consigo fazer uma análise... mas meus filhos conseguem sentir. Meu filho falou esses dias você está melhor mãe.”(E)

Se não bastassem as incongruências na esfera pessoal e familiar, é comum que o trabalhador bancário chegue ao trabalho movido a medicamentos. Este procedimento é a forma encontrada para suportar as condições de trabalho e demais relação presente neste espaço do capital financeiro. Este universo tem caminho certo: o trabalhador bancário passa conviver com os remédios, portanto, com as doenças, sejam ocupacionais ou não. É um conjunto de desdobramento na esfera física e psíquica do trabalhador que alcança num dado momento que o fim é previsível: quando chega à aposentadoria suas condições de qualidade de vida é quase nula.

“Por um determinado tempo de banco não posso reclamar. Foi indo. Talvez pelo fato da idade. Era bem mais novo. Mas olha!!! Bom... o médico do coração disse para mim: “o seu remédio é sair do banco. É a única solução duradoura para você. Como sei que você não vai fazer isso, vou te passar uns remédios, etc e tal...” só para você ter uma idéia da coisa, né?! (risos). Eu fiquei um caco. Olha é remédio para tudo que tomo: dois remédios para pressão é para colesterol, é para isso, para aquilo. Uma loucura! Uma coisa que me ajudou um pouco foram as caminhadas. Só que imagina antes de me dar conta disso tudo. Eu achava que não tinha tempo de ir caminhar. Chegava às 08:00 h saía às 18:00 h, só o pó. A minha vontade era esquecer-se de tudo. Queria ficar em casa, sair tomar cerveja, curtir um pouco, pois, a sensação era de que só tinha aquele tempo para tentar esquecer o banco. Mas tive que tomar consciência, parar de beber e fazer atividade física. Por um tempo fiquei bom. Mas estou numa fase desanimado de volta. Parece que não tem solução não. O jeito é sair do banco. Só que é o seguinte: se o banco quiser me mandar embora, ele vai mandar. Eu não vou sair. Se não meu prejuízo é muito grande. Vou levando assim... do jeito que dá. Mas tomo remédio para dormir também. (risos)” (B)

Por outro lado, mesmo estando em condições de enfermidade diária, o trabalhador tem dificuldades em assumir sua condição e, quando discursa, naturaliza sua condição de trabalhador bancário.

“Estou tranquilo, não posso dizer que o banco afeta minha saúde, não. Tomo remédio para depressão, mas não tem nada a ver com o banco, minha família toda tem. Ah! Também trato uma gastrite... será que é por conta do stress??. (pausa)” (F)

Conforme aponta Mészáros (1995 *apud* Antunes, 2009, p. 25):

Por ser um sistema que não tem limites para a sua expansão (ao contrário dos modos de organização societal anteriores, que buscavam em alguma medida o atendimento das necessidades sociais), o sistema de metabolismo social do capital configurou-se como um sistema, em última instância, ontologicamente incontrolável.

O campo de alienação dos trabalhadores bancários atinge o maior grau de negação de suas existências, na condição de sujeito do processo de reprodução social, não conseguem perceber o quanto sua vida não lhe pertence, mas ao capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da crise da década de 70 do século XX, com a liberalização, desregulamentação e mundialização dos mercados, o sistema financeiro, em particular, aceleram o processo de expansão em âmbito universal, alcançando a mundialização financeira. Este movimento contribui, decisivamente, para que ocorram ações que culminam com a ampliação da informalidade do trabalho, a implantação do aumento da flexibilização do emprego e dos salários e a disseminação de mecanismos de controle e gestão. É nesse âmbito que a força de trabalho bancária recrudescer à medida que se complexifica o capitalismo monopolista. Destarte, neste contexto, obscurece-se a determinação antagônica que funda a apropriação do trabalho pelo capital, ao perseguir a adesão e mobilização dos trabalhadores ao projeto contemporâneo de acumulação capitalista (JINKINGS, 2000).

A sociedade está integrada pela esfera econômica, a partir do sistema capitalista de produção. Em que, o objetivo primeiro e único é o lucro. O desenvolvimento desse modo de produção apresenta uma característica, que é condição prévia: a separação entre trabalho e os meios de produção, de forma que o proprietário do trabalho (proprietário da força de trabalho) perceba-se obrigado a vendê-la ao proprietário dos meios de produção em troca de um salário. Isto acontece devido ao trabalhador direto – o verdadeiro e genuíno produtor – ter sido expropriado previamente de toda a propriedade e vê-se obrigado, para sobreviver, a vender a única coisa de que dispõe: sua força de trabalho, tornando-se assim assalariado. Como resposta a esse processo apresenta-se outra dimensão: a dominação da consciência, e o comprometimento da subjetividade do trabalhador. Mészáros (2009, p. 55) nos apresenta que no sistema capitalista há um “controle social que foi alienado do corpo social e transferido para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo critério de maior ou menor participação no controle da produção e distribuição”.

Destarte, o trabalho não pode ser analisado somente segundo aspectos técnicos, pelo seu conteúdo material, mas, deve ser analisado segundo sua forma social histórico-concreta. Marx (2012) ao buscar a determinação do valor do trabalho, apresenta o sentido oculto dessa dimensão, haja vista tratar-se de desvendar o segredo do modo de produção capitalista, que, muitas vezes se esconde sob o deslumbrante desenvolvimento das forças produtivas.

O presente trabalho dissertativo possibilitou, por meio do contato com trabalhadores bancários, aposentados e ex-bancários pertencentes à cidade de Maringá e região

metropolitana, uma aproximação da compreensão de que, o modo contemporâneo de organização e gestão do trabalho preserva e aprofunda a subordinação do trabalho ao capital, degradando as condições laborais de milhares de bancários. Ratifica-se essa hipótese, através das entrevistas concedidas pelos mesmos. As evidências do caráter deletério das novas determinações do trabalho, resultantes da reestruturação produtivas são caracterizadas no produto do trabalhador bancário, que se dilui e se disfarça nos documentos e registros, dados computadorizados e impulsos eletrônicos que representam as cifras e os valores da mercadoria-dinheiro, seu objeto de trabalho. Observa-se no trabalho bancário que o processo de reprodução do capital, sob a hegemonia do capital financeiro em detrimento do capital produtivo, é impulsionado pelo trabalho bancário na medida em que este agiliza a circulação da mercadoria-dinheiro.

É um contexto de trabalho fragmentado, em que os bancários dificilmente apreendem em sua totalidade o significado de sua atividade. Isto, pois, não se trata de um trabalho que se efetiva em termos de valores de uso ou valores de troca, na sua forma física ou social como valor. É na transferência e redistribuição dos valores da mercadoria-dinheiro (de propriedade alheia) que se dedica o bancário na sua rotina de trabalho. Operações necessárias à agilidade do fluxo de capital em seu cotidiano de trabalho. Em outras palavras, trata-se de um processo de produção dominado pela relação capitalista reificada. A autora Jinkings (1994) apresenta um relato de um secretário sindical, que valida esse raciocínio:

“(...) o processo que já era, que já tinha tendência alienante, que você não pontifica o que você faz... O quê que você produz no banco? O metalúrgico, ele aperta o parafuso da máquina de lavar, bota a mangueira e ele vê a máquina de lavar saindo no final da produção. Mas, o quê que sai no final da produção do bancário? Sai um monte de papel; só que um monte de papel que são milhões de lucro. Então, essa coisa vai se diluindo ainda mais dentro da cabeça do bancário e a informatização pesa nesse sentido” (R. secretário geral da SEEB/SP, junho/94).

Ao objetivar a apreensão das dimensões da ação do trabalhador bancário em um cenário de transformações técnicas, científicas e organizacionais, verificamos um intenso processo de reestruturação tanto tecnológica como organizacional, para o período de 2000 a 2010 em Maringá e região metropolitana. Essa reformulação impactou de forma nociva a subjetividade e consciência do trabalhador bancário.

Conforme Lukács (1979), o conceito de trabalho através de uma acepção muito precisa: é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Mais precisamente, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente

biológicas. Sendo assim, não tem como haver existência social sem trabalho. Todo o mundo no qual o homem vive é mediado pelo trabalho.

Não obstante, o sistema capitalista de produção apresenta o trabalho assalariado. O que distingue o ser social de todas as formas pré-humanas apresenta-se, nesse sistema como uma mercadoria cujo valor é fixado como de outra mercadoria qualquer. Vale saber que, o valor de uma mercadoria, para Marx (2012, p. 61), é determinado pela quantidade de trabalho social para sua produção. “Como valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza”. Para calcular o valor de troca de uma mercadoria, temos então, de acrescentar à quantidade de trabalho invertida nela. Por sua vez, é de fácil compreensão que, o preço é a expressão em dinheiro do valor. Ao considerar a premissa de que o trabalhador vende todos os dias sua força de trabalho, deve-se chegar a uma acepção de algo próximo do que seja o valor do trabalho. Aqui chegamos ao ponto central, pois ao tratar do valor da força de trabalho, a historicidade imanente à mercadoria em questão implica na completa indeterminação de seu valor de um ponto de vista histórico abstrato.

Aplicando agora este conceito do valor, como poderíamos determinar o valor de uma jornada de trabalho de 10 horas, por exemplo? Quanto trabalho está contido nesta jornada? Dez horas de trabalho. Se disséssemos que o valor de uma jornada de trabalho de 10 horas equivale a 10 horas de trabalho, ou à quantidade de trabalho contido nela, faríamos uma afirmação tautológica e, além disso, sem sentido. Naturalmente, depois de haver desentranhado o sentido verdadeiro, porém oculto, da expressão valor do trabalho, estaremos em condições de interpretar esta aplicação irracional e aparentemente impossível do valor [...] (MARX, 1978, p. 80).

A partir do silogismo do autor, temos que a força de trabalho de um homem, consiste, “pura e simplesmente, na sua individualidade viva”. Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência, em que “o homem como a máquina, se gasta e tem que ser substituído por outro homem” (MARX, 1978, p. 81).

A partir dessa argumentação entendemos que a subjetividade do trabalhador bancário encontra-se comprometida, haja vista as maneiras inovadas de controle e dominação do trabalho. O assalariado do segmento rentista encontra-se totalmente submetido às políticas coercitivas para o cumprimento das metas nas agências bancárias.

Na objetividade, o projeto teleológico destes trabalhadores foi alterado, pois os bancários, ex - bancários e aposentados do segmento deparam-se, com o comprometimento da subjetividade. O trabalho que é categoria fundante, no enredo apresentado, aliena e aprisiona. Os projetos pessoais, familiares e sociais passam a ter um maior grau de dificuldade e

complexificação para serem colocados em movimento. A totalidade dos entrevistados deixou explícito que não se reconhecem na atividade que exercem, apresentando um caráter deletério nas relações por eles estabelecidas no interior das agências bancárias, bem como fora delas. A imediatividade do cotidiano desses trabalhadores, no atual modo capitalista de produção é evidenciada pelo alto grau de negação do trabalho para com o capital, que se apropria da força de trabalho enquanto mercadoria e desta forma transforma sua exploração em função da acumulação. O campo econômico é exaltado e o campo social é aniquilado sob a égide da hegemonia do capital financeiro.

Assim, a presente dissertação possibilitou a percepção de algumas tendências:

- 1. Centralização do pólo financeiro em Maringá.** A cidade de Maringá representa mais de 50% do total das instituições financeiras da sua região metropolitana. Das 110 agências bancárias pertencentes aos vinte e seis municípios, Maringá concentra 58 destas, conforme dados do IBGE, 2010. Conforme as entrevistas realizadas, percebemos que as relações estabelecidas pelos trabalhadores bancários apresentam impacto sob a perspectiva de carreira dos funcionários. Isto se explica, pois, as reuniões, os grandes eventos das instituições, os cargos de alta gerência, centraliza-se na cidade pólo. Os trabalhadores, em face da competição que se instala no cumprimento das metas, independente da cidade desta região, ao almejar a construção de uma carreira longa na sua instituição, passa a disputar com os colegas as agências pertencentes à cidade de Maringá. A promoção de cargo se expressa também através de transferência para agências mais representativas, por exemplo, é preferível para promissor funcionário, atuar em uma agência central a uma agência de bairro.
- 2. Relação entre reestruturação tecnológica e organizacional e a modificação do trabalho nos bancos.** Em face da crise estrutural capitalista dos anos 70 do século XX, o capital precisou dar respostas a esse movimento. A reação deu-se através da *reestruturação produtiva, da financeirização e do receituário neoliberal*. Dentre os diferentes encaminhamentos adotados pelo receituário, implantou a Reforma de Estado, que, dentre suas medidas, registra mudanças profundas. Como consequência a mudança de perfil do trabalhador bancário frente ao possível desemprego, que assolou o segmento no Brasil em 1990, quando as mudanças efetivaram-se no país. O trabalhador de contador passa a vendedor: obedecendo a normas rígidas de controle e, submetidos a programas que cultuavam a excelência nos serviços. Bem como o

cumprimento de metas, sob pena de sanções subjetivas, ou objetivas – como perder o trabalho, principalmente nos bancos privados ou perder a comissão nas instituições financeiras de economia mista – dos diversos produtos criados: seguros, capitalização, consórcio, entre outros. Para os anos 2000 a 2010 em Maringá e região, não obstante a dificuldade de dados sistematizados para essa localidade; verifica-se que o processo iniciado em 1990 aprofundou o comprometimento das relações estabelecidas no interior das agências bancárias. Isto, pois, além da produção controlada via *softwares* avançados, o funcionário agora, submete-se a reuniões com a chefia, todos os dias – em algumas instituições, esse processo dá-se até três vezes ao dia - para detalhar a produção. Isto é possível devido ao significativo avanço tecnológico que possibilita as reuniões por tele ou vídeo conferência. Muitos entrevistados declararam até a sensação de coação, pelo fato de explicar e detalhar a produção várias vezes, diante de todos os colegas de trabalho. Outra tendência, ainda sob este aspecto, é o comportamento concorrencial entre os colegas, que isso ocasiona. Os entrevistados relatam não mais conversarem (como antes) com os colegas. Não é raro, por exemplo, saber, simplesmente, o nome do colega de trabalho, estabelecendo um relacionamento estritamente profissional, como relatado no capítulo III. Os entrevistados demonstram uma tendência de “formatação” dos relacionamentos interpessoais. Reproduzem as regras estabelecidas pela conduta de trabalho nos laços afetivos.

3. A relação estabelecida com os materiais cotidianos – papéis – que são intrínseco a estes profissionais e, a relação entre os próprios trabalhadores bancários e destes com seus familiares, explicita o quanto a força de trabalho empregada nos Bancos não tem a percepção da reprodução do valor trabalho, pois este conteúdo aparece de forma oculta durante as atividades diárias praticadas. O fetiche da mercadoria – o dinheiro – é, em particular para estes trabalhadores o próprio material que os oprimem em suas relações de trabalho, bem como na suas existências fora dos Bancos. Como resultado final não resta outro fim destes homens a não ser alvos diretos da expropriação de suas forças físicas e psíquicas ao seu limite. O impacto na individualidade do trabalhador bancário pode ser sintetizado através da fala do entrevistado (A): “O Banco é uma fábrica de loucos”.
4. **O impacto bio/psíquico/social na vida do trabalhador bancário.** É sob o impulso das políticas neoliberais e do complexo de reestruturação produtiva, que a classe

bancária deparou-se nos anos de 2000 a 2010, bem como nos dias atuais, com um inovado (e precário) mundo do trabalho. A voracidade do capital tenta transformar o tempo de vida em tempo de trabalho, algo que contribui tão somente para a degradação humana. Vive-se para ser explorado pelo capital. O impacto bio/psíquico/social dessa materialidade está evidenciado nas falas dos entrevistados que representam a classe bancária. Da amostra de seis entrevistados, cinco fazem uso de medicamentos para problemas relacionados a *stress*. Voltemos nossa atenção para esse indicativo: aproximadamente 80% apresentam problemas de saúde relacionados ao trabalho. É importante ressaltar que o entrevistado (E) concedeu sua entrevista de forma limitada, devido ao procedimento cirúrgico que havia se submetido recentemente. Esse trabalhador estava na agência, mesmo com atestado médico para a recuperação de dez dias: “Vou conceder esse tempo para entrevista, mas já fique sabendo que estou de atestado. Fiz uma cirurgia na boca e o médico me solicitou dez dias sem atividades para a minha recuperação. Mas meu gerente me ligou pedindo se poderia ‘quebrar um galho’ para ele aqui. Fiquei com dó sabe?! Era para ficar só a parte da manhã e já se foi o expediente todo” (Fala do entrevistado E). Como foi apresentado no capítulo III, a década estudada apresenta uma redução do número de funcionários, o que ocasionou uma sobrecarga de trabalho. Os bancos introduziram metas inalcançáveis, entretanto, apresentadas como possíveis de serem atingidas. Esses indicadores reforçam a tendência identificada no estudo das provocações do capital para o mundo do trabalho bancário. Os índices são alarmantes e, revelam, nas palavras da juíza que pesquisa o tema e faz parte do Grupo de Direitos Humanos e Saúde, ao Repórter Brasil: “É uma forma de violência invisível que pode levar uma pessoa à morte sem derramar uma única gota de sangue”.

- 5. Ampliação do processo de alienação do trabalhador bancário.** Na medida em que analisamos, de forma rápida, o caráter oculto do valor do trabalho apreendido em Marx, possibilitou-nos captar a dinâmica do processo de manipulação ideológica das consciências dos trabalhadores pelas empresas bancárias. Ao fazer uso do raciocínio de Marx (1978, p. 80), apreendemos que o bancário vende “não diretamente seu trabalho, mas sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela”. Agora, sobretudo o capitalista banqueiro requer a integralidade da vida desses trabalhadores. Estes homens que vendem sua jornada diária, em muitos casos, estruturaram-se exclusivamente em torno do trabalho, excluindo-se assim de outras dimensões, mas fundamentalmente importantes para na vida dos homens, como

o lazer e o prazer. Desta forma, o indivíduo começa a desenvolver relações afetivas com o seu trabalho, “de modo que é na empresa que o indivíduo sonha e busca concretizar seus sonhos” (SIQUEIRA, 2006, *apud* SANTOS, 2009, p. 50).

O medo, para Dejours (1991), constitui uma das dimensões da vivência dos trabalhadores, no cenário bancário, além do “medo”, propriamente dito, a manipulação do “afeto” se tornou prática normal nos círculos das empresas bancárias, *vis à vis* os relatos dos entrevistados. Para Enriquez (2000), apesar de ser uma característica marcante do capitalismo o triunfo do ser humano como senhor do seu destino, “jamais o indivíduo esteve tão encerrado nas malhas das organizações (em particular, os bancos) e tão pouco livre em relação ao seu corpo, ao seu modo de pensar, à sua psique.

A priori o trabalho é categoria fundante do ser social. E, ainda, toda tarefa, toda atividade, conforme Dejours (1991) é suscetível de servir, para alguns, de suporte num processo de sublimação. Contudo, reconhecemos que a tendência geral à estrutura organizacional praticada nas instituições financeiras compromete a subjetividade do trabalhador bancário. Entendemos que as organizações bancárias evoluíram a ponto de serem protagonistas que ditam as tendências, confundindo os valores da sociedade com os seus próprios valores. Para o indivíduo, a vida organizacional é o núcleo da sua vida. A sociedade está integrada de modo a exaltar efusivamente as virtudes do modelo econômico neoliberal que as sustenta, induzindo que os indivíduos estejam comprometidos com essa ideologia. Conforme Santos (2009, p. 50):

[...] as matérias veiculadas nessas revistas reproduzem o padrão de sucesso da empresa individualista, em que cada um é o responsável por encontrar o seu próprio sucesso, respondendo por sua empregabilidade e por sua carreira, sendo alguns desses elementos: o sucesso deriva-se do trabalho exaustivo; o empregado deve vestir a camisa da empresa; o excesso de trabalho é visto como natural; o crescimento profissional deve ser rápido e contínuo; os executivos são felizes trabalhando 12 horas por dia; os sacrifícios em prol do trabalho e da carreira devem ser valorizados; são dignos de admiração aqueles que mantêm uma agenda lotada de compromissos, o que denota *status*; primeiro a empresa, depois o indivíduo, mesmo em questões rotineiras, como abrir mão do almoço para cumprir tarefas laborais.

Há uma ligação afetiva que garante a efetividade do controle: internalização dos valores da empresa e desejo precípuo do indivíduo em vencer, qualquer que seja o preço a ser pago. A resistência do indivíduo diminui porque este não possui objetivos econômicos, mas também aspira a ideais outros, como prestígio, reconhecimento e poder. Sendo que a organização aparenta ser o lugar adequado para se alcançarem tais objetivos. Por meio da autopersuasão, o trabalhador vai vincular-se cada vez mais à cultura da empresa. São

excluídos do sistema todos aqueles que não são obcecados pelo sucesso ou se negam a participar dos jogos de poder. Siqueira (*apud* SANTOS, 2009).

Entendemos que na estrutura organizacional há o que Enriquez (2000) chama de erotização das relações. A libido é (re)sexualizada, e não é tão somente canalizada para o trabalho, mas favorece a identificação, a coesão social no “espírito” da empresa. O indivíduo é conduzido a vender os produtos bancários, gerar produtividade e “vestir a camisa da empresa” com paixão, afirmando sua virilidade e força física (mesmo em se tratando da mulher). Assim se obtém a mobilização geral das energias do bancário.

Assim, somos levados a evidenciar que, ao lado dos aspectos clássicos da exploração da força de trabalho, a entidade rentista apodera-se não somente do lucro produzido pelo trabalhador, mas da sua individualidade viva, comprometendo todas as dimensões da imediatez do cotidiano do trabalhador bancário. O valor do trabalho do indivíduo bancário, embora oculto e impossível de determinar, haja vista, o trabalho não ser uma mercadoria qualquer, mas atividade que dialoga com a natureza – como vimos em Marx – não é mais vendido ao capital financeiro; não apenas entregue na sua totalidade, física, psíquica e social; mas sim colocado no altar dos deuses financeiros, como forma de sacrifício, em troca da condição de se manter, crescer e perpetuar. Esse indivíduo, muitas vezes não se reconhece como ser pensante livre e autônomo. Não nos esqueçamos das palavras de A. Schnitzler²³ “a alma é uma terra estrangeira/estranha” e que, pois, apesar das numerosas armadilhas semeadas pelo discurso do capital financeiro hegemônico, levantar-se-ão sempre os indivíduos que, conscientes de sua estranheza, do aspecto labiríntico de sua alma, preferirão as alegrias (e as angústias) que expressam o fato de serem sujeitos pensantes e falantes.

²³ Arthur Schnitzler 1862-1931, escritor e médico austríaco.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W., & HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. (G. A. ALMEIDA, Trans.) Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- ALVES, G. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2. ed. Londrina: Praxis, 2007.
- AMADEO, E. Poupança forçada com rótulos sociais. *Valor Econômico*, p. A16. 2006, 03-22.
- ANTUNES, R. *A dialética do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- _____. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R., & SILVA, M. A. *O Averso do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- BARROS, J. D. O conceito de alienação no jovem Marx. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 23 n. 1, 2014, p. 223-245.
- BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994.
- BEAUD, M. *História do Capitalismo de 1500 até nossos dias*. (M. E. PEREIRA, Trans.) São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BELLUZZO, L. G. *O Capital e suas metamorfoses*. São Paulo: UNESP, 2013.
- BIONDI, A. *O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo (Coleção Brasil Urgente), 2003.
- BITTENCOURT, R. N. A corrosão do caráter e os mecanismos alienantes dos processos de trabalho no capitalismo tardio. *Revista Húmus*, 2012, p. 5-25.
- BLASS, L. M. *Estamos em Greve: Imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários*. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- BRESSER PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: L. C. PRADO, & R. F. D'AGUIAR (Ed.), *Desenvolvimento Econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares* (p. 283). Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- CAMUS, A. *O Mito de Sísifo*. Carnaxide, Portugal: Livros do Brasil, 2005.
- CHESNAIS, F. *A mundialização financeira* (S. F. FOÁ, Trans.) São Paulo: Xamã, 1996.
- CLEMENTE, I., PEREIRA, R., & MENDONÇA, R. As cidades mais seguras do Brasil - Risco de Homicídio - em 100 mil habitantes. *Época*, 2005.
- COSTA, E. *Imperialismo*. São Paulo: Global, 1986.

- COUTINHO, L. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica. *Economia e Sociedade*, 1992. 69-89.
- DEANE, P. *A revolução industrial*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- DEJOURS, C. *A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 4. ed. (A. I. PARAGUAY, & L. L. FERREIRA, Trans.) São Paulo: Cortez – Oboré, 1991.
- DOBB, M. H. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- DÓRIA, P. *O Príncipe da Privatária*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- ENRIQUEZ, E., MOTTA, F., & (Orgs.), F. M. *Vida Psíquica e organização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- FARAH, V., & EDUARDO, A. L. Quando as diferenças são um problema? *R. bras. Est. pedag.* 2000, 64-75.
- FREITAS, M.C. e PRATES, D. Abertura financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México, *Revista Economia e Sociedade*, 11. Campinas, dezembro de 1998, pp. 185-6.
- GALBRAITH, J. K. *Moeda: de onde veio, para onde foi*. (A. Z. SANVICENTE, Trans.) São Paulo: Novos Ubrais, 1983.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, Mar./Abr 1995, 57-63.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social*. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- HELOANI, R. A organização do trabalho e a manipulação da subjetividade. (G. WOLFART, Interviewer) São Leopoldo: Unisinos, 29 de Abril de 2013.
- HELOANI, R. *Gestão e organização no capitalismo globalizado. História da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2003.
- HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- HOBSBAWM, E. J.. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. Ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IZUMI, P. K. *O bancário e a exigência de uma nova qualificação*. São Paulo: EDUC, 1998.
- JINKINGS, N. *O mister de fazer dinheiro: automatização e subjetividade no trabalho bancário*. São Paulo: Boitempo, 1995.
- _____. Os trabalhadores bancários em face da reestruturação capitalista contemporânea. *Cadernos de Pesquisa*, ago/2001, 1-22.
- _____. *Trabalho e resistência na "fonte misteriosa": os bancários no mundo da eletrônica e do dinheiro*. Campinas, São Paulo, Brasil: Editora da Unicamp, 2002.

LARANGEIRA, S. M. Reestruturação produtiva no setor bancário: a realidade dos anos 90. *Educação e Sociedade*, 1997. 110-138.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1985.

LESSA, S. *Mundo dos Homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo, 2002.

LOJKINE, J. *A Revolução Informacional*. (J. P. NETTO, Trans.) São Paulo: Cortez, 1995.

LUKACS, G. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. *Revista Temas*, 1979. 1-18.

MAGDOFF, H. *A Era do Imperialismo*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. (V. CIVITA, Ed., C. E. MATOS, R. d. ANDRADE, & D. d. AZEVEDO, Trans.) São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MANTOUX, P. *A Revolução Industrial no Século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra*. São Paulo: HUCITEC, 1957.

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2. ed. (J. C. BRUNI, E. MALAGODI, J. A. GIANNOTTO, W. REHFELD, & L. KONDER, Trans.) São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. *O Capital*. v. III/VI. Rio de Janeiro: Civilização, 1974.

_____. *O Capital: crítica da Economia Política: livro I: o processo de produção do capital*. 30. ed. v. I. (R. SANT'ANNA, Trans.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. *O Capital: crítica da Economia Política: livro I: O processo de produção do capital*. 30. ed. v. I. (R. SANT'ANNA, Trans.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

MATTOSO, J. E. Trabalho e Desigualdade Social no final do século XX. 1993. *Tese*. Campinas, São Paulo, Brasil.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. (P. C. CASTANHEIRA, & S. LESSA, Trans.) São Paulo: Boitempo, 2011.

NASCIMENTO, I. C. A determinação do valor da força de trabalho: um estudo sobre a questão do salário em Marx. 1987. *Dissertação de Mestrado*. São Paulo, Brasil.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P., & BRAZ, M. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2012.

OCADA, F. K. Trabalho, sofrimento e migração internacional: o caso dos brasileiros no Japão. In: R. ANTUNES, & SILVA, Maria A. Moraes, *O Avesso do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SANTOS, C. P. Dinheiro, Trabalho e as Tecnologias de Informação e da comunicação: um estudo sobre controle e disciplina na empresa bancária. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, 2008.

SANTOS, M. A. Patologia da Solidão: o suicídio dos bancários no contexto da nova organização do trabalho. 2009. *Dissertação*, 222. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

SEGNINI, L. Reestruturação nos bancos no Brasil: desemprego, subcontratação e intensificação do trabalho. *Educação e Sociedade*, 20, 1999. 183-209.

SILVA, J. C. Reestruturação no setor bancário: trabalho e resistência no processo de privatização do BESC. 2006. *Tese*. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações: investigando sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SWARY, I. e TOPF, B. *La desregulación financiera global: la banca comercial en la encrucijada*. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.

TAVARES, M. D. Globalização e o Estado Nacional. *Folha de São Paulo*, 1997. 10 12.

WANDERLEY, L. A. Evolução histórica da reprodução do capital e leitura mandeliana sobre renda tecnológica. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, 2006. 5-14.

WOLF, S. Qualidade Total e Informática: a constituição do novo "homem-máquina". São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ZYGMUNT, B. *Capitalismo Parasitário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.